Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Luís Miguel Barros de Moreira Pinto do Departamento de Engenheira Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os colonos desta terra, e em especial ao meu Avô, que já partiu…trabalhador incansável, amigo, amável, e mais que tudo… Avô!

AGRADECIMENTOS

A todos que colaboraram para a realização deste trabalho, em especial:

Ao orientador, o Prof. Doutor Luís Miguel Barros de Moreira Pinto pelo bom senso e visão crítica sempre prestados.

Ao co-orientador, o arquitecto Paulo Lima pela paciência, disponibilidade e carinho que sempre demonstrou em relação ao tema desta dissertação.

Ao arquitecto Hélder Coelho, ao Professor Doutor Michael Heinrich Josef Mathias, à Professora Doutora Ana L. Virtudes e ao Presidente da Freguesia de Santo Isidro de Pegões, o senhor Florêncio Manuel Pinto, pelo auxílio prestado em toda a fase de pesquisa.

Aos colegas e amigos que me fizeram sempre companhia ao longo desta dissertação.

Aos meus pais, José Marques Catarino e Custódia Catarino e ao meu irmão, Hugo Catarino pelo carinho e apoio que sempre demonstraram. À Catarina Vilelas, pela alegria e curiosidade com que sempre encarou o tema. E finalmente, um agradecimento muito especial ao Orlando Ribeiro, pelo companheirismo e confiança que sempre me transmitiu.

RESUMO

O objectivo fundamental desta dissertação é a identificação de um conjunto patrimonial arquitectónico quase esquecido, bem como a resolução teórica de alguns problemas através da concepção de uma metodologia projectual aplicável ao caso de estudo.

A progressiva descaracterização arquitectónica e paisagística do antigo Colonato Agrícola de Pegões pode conduzir a uma perda irreversível deste conjunto com elevado interesse histórico-cultural que, a curto prazo, se não forem adoptadas o quanto antes, e em simultâneo as medidas preventivas, dinamizadoras e de incentivo que permitam a sua valorização e salvaguarda, pode culminar no esquecimento ou na perda total de um património tão singular.

São estes os aspectos fundamentais retratados ao longo deste documento, com o intuito de apontar soluções teóricas viáveis para preservar a essência de um conjunto patrimonial coeso e equilibrado, detentor de uma importante envolvente natural, histórica e social que lhe permite desfrutar de variadíssimas perspectivas de futuro. Tentando assim combater possíveis intervenções que conduzam à criação de um património museológico estagnado ou a um somatório de descaracterizações individuais que podem levar à perda de todo o conjunto.

Palavras-chave: idealização teórica, metodologia projectual, descaracterização, património singular, salvaguarda, valorização.

ABSTRACT

The fundamental objective of this dissertation is the identification of an almost forgetful architectonic patrimonial, such as the theoretical resolution of some problems through the conception of a methodology applicable projectual to the study case.

The progressive architectonic and urban decharacterization of the Pegões old Agricultural colony, which has an enormous historical and cultural value. This problem can conduct to an irreversible loss and forgetfulness of this whole, if some countermeasures won´t be applyied with incentive and dynamic measures, allowing this way the safeguard and valorization of this singular patrimony.

This are the fondamentals shown along this document, with the intention to show some viable theoretical solutions to preserve the essence of a joined and equilibrated patrimonial whole, detainer of a natural, social and historical essence and an undeniable future potentialities. The main goal is to fight the interventions that can create a stagnant patrimony or a sum of individual decharacterization, conducting to an irreversible loss.

Keywords: *idealization, design methodology, adulteration, natural heritage, protection, recovery*.

RÉSUMÉ

L'objectif fondamental de cette étude est l'identification d'un patrimoine architectural aujourd'hui quasiment oublié, et la résolution de certains problèmes théoriques par la création d'une méthodologie de conception applicables à l'étude de cas.
La dés-caractérisation progressive de l'architecture et du paysage de l'ancienne colonie agricoles de « Pegões » peut entraîner une perte irréversible de cet ensemble de grand intérêt historique et culturel, qui dans le court terme, s'ils ne sont pas pris en conte par l'aménagement de mesures préventives ou de mesure incitative qui permettrait leur récupération, sa valorisation et sa protection, peut entraîner dans l'oubli ou la perte totale d'un patrimoine unique.

Ce sont les aspects fondamentaux décrits dans le présent document, afin de permettre des solutions théoriques viables pour préserver l'essence d'un ensemble patrimonial cohérent et équilibrée, qui détient un important environnement naturelles, historiques et sociales qui permet pour l'avenir de profiter d'une variété de perspectives différentes.

Ainsi, essayant de lutter contre d'éventuelles interventions qui conduisent à la création d'un musée du patrimoine en stagnation ou de l'aditions de dès-caractérisations qui entraineront la perte de l'ensemble.

Mots-clefs : idéalisation théorique, méthodologie de conception, dès-caractérisations, patrimoine singulier, sauvegarde, valorization.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA **2**

AGRADECIMENTOS **2**

RESUMO **3**

ABSTRACT **4**

RÉSUMÉ **5**

ÍNDICE **6**

ÍNDICE DE FIGURAS **9**

ÍNDICE DE TABELAS **15**

ÍNDICE DE DIAGRAMAS **16**

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO **17**

1.1.
RELEVÂNCIA TEMÁTICA 18
1.2.
OBJETIVOS 20
1.3.
METODOLOGIA DE ESTUDO 21

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO **22**

2.1.
COLONIZAÇÃO INTERNA 23

CAPÍTULO III

COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

ENSAIO DE COLONIZAÇÃO

1920-1940 ..... **30**

3.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS 31
3.2. ORIGEM E OBJECTIVOS 33
3.3. OS RESULTADOS 35
3.4. CONCLUSÃO 36

CAPÍTULO IV

COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

COLONIZAÇÃO INTERNA

1940-1970 37

4.1. ESTUDOS PRÉVIOS 38
4.2. RESULTADOS 40
4.2.1. O Ordenamento Territorial 42
4.2.2.Património Arquitectónico 45
4.2.2.1.Introdução 45
4.2.2.2. Descrição Global 47
4.2.2.3. Os Casais 66
4.2.2.3.1. Núcleo de Pegões Velhos 75
4.2.2.3.2 Núcleo de Faias 80
4.2.2.3.3. Núcleo de Figueiras 85
4.3.CONCLUSÃO 89

CAPITULO V

ANTIGACOLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

1970-2010 90

5.1. INTRODUÇÃO 90
5.2. DESCARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA 91
3.3.3. Conclusão 96

CAPITULO VI

PERSPECTIVAS DE FUTURO 97

6.1.ÁREAS RURAIS 98
6.2. ANTIGA COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES 101

CAPITULO VII

PATRIMÓNIO 105

7.1.PATRIMÓNIO 106

CAPITULO VIII

METODOLOGIA PROJECTUAL 109

8.1.METODOLOGIA PROJECTUAL 110
8. 2. APLICAÇÃO 111

8.2.1. ABORDAGEM GERAL – planeamento do território 111
8.2.2.Abordagem Pormenorizada - Conjuntos 116
8.2.2.1.Conjunto projectado pelo arquitecto Eugénio Correia... 116
8.2.2.2.Conjunto de equipamentos (edificios) criados pela J.C.I. 117
8.2.2.3.Conjunto formado pelos 207 "casais agrícolas"..... 118
8.2.2.4.Novas Construções/Funções..... 120
8.3. CONCLUSÃO..... 122

CAPITULO IX

CONCLUSÃO 123

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 125

BIBLIOGRAFIA GERAL: 125
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA: 126
NETGRAFIA: 126
LEGISLAÇÃO CONSULTADA 127

GLOSSÁRIO 128

ANEXOS

ANEXO A 133

RECOMENDAÇÃO NºR (89) 6 SOBRE A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO RURAL 133
CONSELHO DA EUROPA, ESTRASBURGO, ... 133
13 DE ABRIL DE 1989 133

ANEXO B 138

QUADROS SÍNTESE 138
Medidas a aplicar em casos Salvaguarda ou Propostas Contemporâneas para a área de estudo :

METODOLOGIA E PRINCÍPIOS

MATERIAIS

CARACTERISTICAS PARA NOVAS EDIFICAÇÕES/ALTERAÇÕES

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº e Nome	Página
Fig. 1 – Logótipo da Junta de Colonização Interna (Fonte: a memória descritiva das habitações das Faias);	24
Fig. 2 – Mapa de distribuição geográfica dos colonatos;Fonte: o Autor	26
Fig. 3 e 4– Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola do Barroso; Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960	27
Fig. 5 e 6 Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Boalhosa; Fonte:VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960	28
Fig. 7 Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Gafanha, Aveiro; Fonte:VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.;	28
Fig. 8 Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Gafanha, Aveiro; Fonte:VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.;	29
Fig. 9 – Planta de Enquadramento da Herdade de Pegões;Fonte: Arquitecto Hélder Coelho	31
Fig. 10 – Planta de Enquadramento da Herdade de Pegões; Fonte: Arquitecto Hélder Coelho	32
Fig. 11– Fracção da antiga herdade dos foros do Trapo, através desta imagem podem observar-se as linhas demarcadas através da primeira vaga de colonização e que ainda se mantêm; Fonte: Google Earth, Abril de 2010	33
Fig. 12 – Planta de Localização do Núcleo de Pegões Velhos;Fonte: O Autor, com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010	43
Fig. 13 e 14-Planta de Localização do Núcleo de Faias(em cima) e Figueiras (em baixo);Fonte: O Autor, com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010	44
Fig. 15-Foto do conjunto de instalações para uma família de colonos do núcleo das Faias. ;Fonte:VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960	45
Fig. 16-Foto do conjunto de instalações para uma família de colonos do núcleo das Figueiras;Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960	46
Fig. 17-Planta de Localização ;Fonte: o Autor , com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010	47
Fig. 18- Igreja de Santo Isidro de Pegões, fachada principal;Fonte: o Autor, Maio, 2006	48
Fig. 19 e 20 Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista lateral direita; Fonte: o Autor, Abril, 2010	49

Fig. 21 Igreja de São Francisco de Assis (Pampulha), Brasil, projectada pelo arquitecto Óscar Niemeyer; Fonte: www.panoramio.com, Abril2010 49

Fig. 22-Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista lateral esquerda; Fonte: o Autor, 2010 49

Fig. 23 (esquerda) - Igreja de Santo Isidro de Pegões, pormenor; Fonte: o Autor 2010 50

Fig. 24 (direita) - Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista posterior; Fonte: o Autor 2010 50

Fig. 25- Igreja de Santo Isidro de Pegões, interior; Fonte: o Autor, Maio,2006 50

Fig. 26 e 27- Igreja de Santo Isidro de Pegões. Vista para o altar (esquerda) 50

Pormenor, pintura do Santo Isidro (direita)Fonte: o Autor, Maio, 2006

Fig. 29 e 30 - Habitação, "Parabólica",Vista da fachada posterior; Fonte: o Autor,Abril, 2010 51

Fig. 31 a 32 - Escolas Primárias do núcleo de Pegões Velhos, Vista da fachada virada a Sul; Fonte: *o Autor, Abril, 2010* 52

Fig. 33 - Escolas Primárias do núcleo de Pegões Velhos, Vista da fachada virada a Norte, Fonte: o autor, Abril 2010 52

Fig. 34 - Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos, Vista lateral esquerda 53

Fonte: *o Autor, Abril, 2010*

Fig. 35 - Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos, Vista do pátio e porta principal Fonte: o Autor, Abril, 2010 53

Fig. 36e 37 - Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos Pormenor do banco **(esquerda),** Pormenor do pátio (**direita);** Fonte: *o Autor, Abril, 2010* 53

Fig. 38 - Projecto das Escolas Primárias dos núcleos das Faias e Figueiras Alçado principal e Planta de fundações; Fonte: Memória descritiva das escolas, projecto da JCI, 1952. 54

54

Fig. 39 - Projecto das Escolas Primárias dos núcleos das Faias e Figueiras 54

Alçado posterior principal e Planta cotada; Fonte: Memória descritiva das escolas, projecto da JCI, 1952; Escala: Gráfica

Fig. 40 - Planta de Localização da Escola do núcleo das Figueiras 55

Fonte: o Autor , com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010

Fig. 41 - Escola Primária das Figueiras, Alçado principal; Fonte: o autor, Abril de 2010 55

Fig. 42 - Escola Primária das Faias, Alçado principal; Fonte: o autor, Abril de 2010 56

Fig. 43 e 44 - Projecto do Plano geral do centro social das Faias, Planta de Implantação dos edifícios propostos, **(em cima),** Pormenor, legenda com dos 57

Fig. 45- Planta de Localização do centro Social das Faias e da Escola primária; Fonte: o Autor , com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010 57

Fig. 46 - Igreja das Faias, 2ª Alteração ao projecto existente, Alçado principal ;Fonte: memória descritiva da Igreja das Faias, 1957;Escala: Gráfica 58

Fig. 47 e 48 - Igreja das Faias depois das remodelações efectuadas em 2009/10,Alçado principal **(esquerda),**Pormenor da entrada secundária **(direita);** Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 58

Fig.49 - Igreja das Faias depois das remodelações efectuadas em 2009,Vista lateral direita; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 59

Fig. 50 – Edifício de apoio social das Faias, Alçado principal; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 59

Fig. 51 – Edifício de apoio social das Faias, Alçado principal; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 59

Fig. 52 - Cooperativa agrícola, Alçado principal, Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 60

Fig. 53 - Planta de Localização dos edifícios de cariz social do núcleo de Pegões; Fonte: o Autor, com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010 61

Fig. 54 - Cooperativa de consumo de Pegões Velhos, Alçado principal; Fonte: o autor, 2010 61

Fig. 55 - Adega cooperativa de Pegões (nº 8 da fig. 53) Alçado principal; Fonte: o autor, 2010 62

Fig. 56 a 58-Vista para a R. Engenheiro Pereira Caldas **(cima),** Ao fundo pode ver-se a adega cooperativa de Pegões; Centro de Saúde (nº 10 da fig. 53),**(esquerda)**Centro de aprendizagem (nº9 da fig.53),**(direita)**Alçado principal ; Fonte: o autor, 2010 62

Fig. 59 - Sede da Freguesia de Santo Isidro de Pegões, (nº 17 da fig. 53), Alçado principal; Fonte: o autor, 2010 63

Fig. 60 - Conjunto de edifícios de cariz social, (nº 14 a 17 da fig.53), Alçado principal; Fonte: o autor, 2010 63

Fig. 61 - Pousada da J.C.I., Vista lateral esquerda, (nº 17 da fig. 53),Alçado principal;Fonte: o autor, 2010 63

Fig. 62 - Habitações destinadas à assistente social e aos engenheiros da J.C.I., Vista lateral direita, (nº 17 da fig. 53); Fonte: o Autor, 2010 64

Fig. 63 e 64 - Habitações destinadas aos elementos da J.C.I., (nº 18 da fig. 53); Fonte: o autor, 2010 64

Fig. 65 - Habitação destinada ao responsável pelo gado, ao responsável pela companhia da luz e para um elemento da sede da freguesia (nº 18 da fig. 53); Fonte: o autor, 2010 64

Fig. 66 - Ovil e Armazéns da companhia eléctrica e da adega cooperativa (nº 14 e 15 da fig. 53);Fonte: o autor, 2010 65

Fig. 67 - Armazéns das máquinas agrícolas de grande porte (nº 12 da fig. 53);Fonte: o autor, 2010 65

Fig. 68 - Edifício de apoio aos agricultores (nº 13 da fig. 53);Fonte: o autor, 2010 65

Fig. 69 - "Casal agrícola" do núcleo de Pegões Velhos; Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960 66

Fig. 70 - Casa – Museu dos Patudos, edifício da autoria de Raul Lino, construído no inicio do séc. XX; Fonte: http://pacodearcos.blogs.sapo.pt; Abril, 2010 67

Fig. 71 - "Casal agrícola" do núcleo de Pegões Velhos; Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U. Coimbra 1960 68

Fig. 72 - Pormenores da carpintaria do "projecto tipo" adoptado para o núcleo das Figueiras; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949 70

Fig. 73 - Vista da Avenida Rovisco Pais (Estrada Nacional nº 4), À esquerda podem ver-se os "casais" que correspondem aos números 55 e 56 e à direita os terrenos que pertencem aos números 60 e 61;Fonte: o autor, 2006 75

Fig. 74 - Alçado principal e planta do "projecto tipo" adoptado para o núcleo de Pegões Velhos; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949; Escala: Gráfica 76

Fig. 75 - Casal nº 21;Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 77

Fig. 76 - "Casal da Floresta" nº 21 do núcleo de Pegões, Vista da posterior na qual se pode ver a pocilga e silo; Fonte: O autor, 2006 77

Fig. 77 – "Casal da Floresta" nº 21 do núcleo de Pegões, Pormenor do alpendre e arco mourisco; Fonte: O autor, 2006 78

Fig. 78 - Casal nº 78, "O Rosmaninho", pormenor da roldana;Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 78

Fig. 79 - "Projecto tipo" adoptado para o núcleo de Pegões Velhos; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949; Escala: Gráfica 78

Fig. 80 - Casal nº 67,"Mãe de Água"; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 79

Fig. 81 - Casal nº 204, “Casal da Concha”; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 79

Fig. 82 - Alçado principal e planta do “projecto tipo” adoptado para o núcleo das Faias; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949; Escala: Gráfica 80

Fig. 83 - Casal nº 104, *“Casal de Deus”;* Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 81

Fig. 84 - Casal nº 104, *“Casal de Deus”;* Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 81

Fig. 85 - Casal nº 133, *“Casal da Caridade”;* Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010 82

Fig. 86 - Pormenor Janelas; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949; Sem escala 82

Fig. 87 - Casal nº 131, *“Casal da Chaparrinha”,* vista posterior*;* Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 83

Fig. 88 - Casal nº 131, *“*Casal da Chaparrinha”, vista posterior*;* Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 83

Fig. 89 - “projecto tipo” adoptado para o núcleo das Faias; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949; Escala: Gráfica 84

Fig. 90 - Casal nº 108, *“Casal da Paz”,* casal modelo do núcleo das Faias; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 84

Fig. 91 - Casal nº 108, *“Casal da Paz”,* casal modelo do núcleo das Faias; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 84

Fig. 92 - Alçado Posterior do “projecto tipo” adoptado para o núcleo das Figueiras; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949 85

Fig. 93 e 94 - Alçado Principal e Planta do “projecto tipo” adoptado para o núcleo das Figueiras; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949 86

Fig. 95 - Casal nº197, *“Urze”*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras, com a nitreira em primeiro plano; Fonte: o autor , 2006 87

Fig. 96 - Casal nº197, *“Urze”*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras, com o silo em primeiro plano; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 87

Fig. 97 (esquerda) - Casal nº197, *“Urze”*, porta da habitação; Fonte: o autor, 2006 87

Fig. 98 (direita) - Casal nº197, *“Urze”*, porta do estábulo; Fonte: arquitecto Paulo Lima 87

Fig. 99 - Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, fachada principal; Fonte: o autor, 2006 88

Fig. 100 e 101 - Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, estábulo; Fonte: o autor, 2006 88

Fig. 102 - Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, Pormenor do estábulo; Fonte: o autor, 2006 88

Fig. 103 - Pormenor do estábulo; Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949 88

Fig. 104 - Escola primária do núcleo de Pegões Velhos onde se pode verificar a escamação da pintura e o desgaste da tijoleira do alpendre; Fonte: o autor, 2006 91

Fig. 105 e 106 - Edifico projectado para acolher os elementos da J.C.I. e actualmente convertido em Lar para Idosos; Fonte: o autor, 2010 92

Fig. 107 e 108 - Casal nº 3,"o vitorioso", nestas imagens pode verificar-se a ampliação da nitreira; Fonte: o autor , 2006 93

Fig. 109 - Casal nº 3, "o Vitorioso"; Fonte: o autor , 2006 93

Fig. 110 - Aqueduto de superfície, actualmente desactivado, núcleo das Figueiras; Fonte: o autor , 2006 94

Fig. 111 - Casa de Banho e Cozinha do casal nº197, *"Urze"*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras; Fonte: o autor , 2006 94

Fig. 112 - Casal nº177, *"Miosótis"*, original em fase de demolição, núcleo das Figueiras; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 94

Fig. 113 - Casal nº177, *"Miosótis"*, original em fase de demolição, núcleo das Figueiras; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 95

Fig. 114 - Casal nº67, *"Mãe de Água"*, núcleo de Pegões Velhos; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 97

Fig. 115 - Casal nº83, núcleo de Pegões Velhos; Fonte: 97

Arquitecto Paulo Lima, 2009

Fig. 116 – *"Casal da Cerdeira",* Habitação do Colonato Agrícola de Martim Rei, Sabugal; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 98

Fig. 117 – *"Casal de Santo Isidro",* Habitação do Colonato Agrícola de Martim Rei, Sabugal; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 99

Fig. 118 - Casal nº80, núcleo de Pegões Velhos; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 99

Fig. 119 - Antiga fábrica de óleo de eucalipto; Fonte: O autor, Abril 2010 100

Fig. 120 -Antiga praça de touros; Fonte: O autor, Abril 2010 102

Fig. 121 - Casal nº134, *"Casal do Pardal",* núcleo das Faias; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 104

Fig. 122- Fontanário de Pegões, séc. XVIII; Fonte: O Autor, 2006 107

Fig. 123-Avenida de Santo Isidro, vista da entrada principal da Igreja com o mesmo nome; Fonte: O Autor, 2010 112

Fig. 124- Escola primária e parque de merendas; Fonte: O Autor, 2010 116

Fig. 125- Freguesia de Santo Isidro de Pegões; Fonte: O Autor, 2010 117

Fig. 126- Vista de parte do conjunto de "casais" das Figueiras; Fonte: O Autor, 2010 118

Fig. 127- "Casal das giestas", nº178, núcleo das Figueiras; Fonte: O Autor, 2010 118

Fig. 128-"Casal da acácia", nº200, núcleo de Pegões; Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009 119

Fig. 129-Falso "casal" construído entre o nº 94 e o nº 147, núcleo das Faias; Fonte: Arquitecto Paulo Lima 120

Fig. 130- Falso "casal" , núcleo de Pegões; Fonte: O Autor, Abril de 2006 121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Colónias Agrícolas Criadas pela Junta de Colonização Interna; Fonte: Autor, 2010

Com base no Panfleto comemorativo do XXV aniversário da Junta de Colonização Interna emitido pelo Ministério da Economia, 24 de Abril de 1962 27

Tabela 2 a 5 – Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo de Pegões; (incompleta) Fonte: Autor, 2010 71 e 72

Tabela 6 e 7 – Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo das Faias; (incompleta) Fonte: Autor, 2010 73

Tabela 8 e 9 – Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo das Figueiras

(incompleta) Fonte: Autor, 2010 74

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1-

Coordenação entre os casos gerais e a pormenorização. 111

Fonte: o autor, 2010

Diagrama 2-

Coordenação entre o ordenamento do território e os vários grupos de edificado. 115

Fonte: o autor

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O Capitulo I, tem como intuito dar a conhecer da forma mais sucinta possível, o tema desta dissertação de Mestrado, dividindo-se para tal em três partes, que descrevem a relevância temática, os objectivos e a metodologia de estudo aplicados.

1.1.

RELEVÂNCIA TEMÁTICA

Desde o século XVIII que se verifica na Europa um abandono dos espaços rurais, no entanto em Portugal este processo viria a iniciar-se mais tarde. Na década de 30, tendo em vista esta problemática, o *Estado Novo*[1] levou a cabo uma campanha que visava incrementar e ampliar o território rural através da exploração dos baldios e dos terrenos incultos que se encontravam dispersos pelo país e que através desta iniciativa deram lugar a parcelas cultiváveis e habitadas.

No entanto, até mesmo esta política se revelaria inútil, pois actualmente, pode afirmar-se que não existem populações rurais, embora existam pessoas a habitar em áreas de paisagem rural não é a actividade agrícola a sua principal fonte de rendimento e consequentemente não é a base das suas vivências, este facto pode ver-se traduzido nas suas habitações ou nos terrenos que circundam as mesmas. Em resposta a todas as alterações sofridas ao longo dos tempos os pequenos núcleos de cariz rural, ou até mesmo as pequenas cidades travam uma luta constante para manter a sua vitalidade sem cair no esquecimento.

Paralelamente a este facto foi-se desenvolvendo um sentimento nostálgico relacionado com idealização da vida no campo, facto que se deve a uma mudança de mentalidade sobre os espaços rurais, reflectindo-se num aumento da procura de habitações em áreas que apesar de aludir às vivências no campo, possuem infra-estruturas directamente ligadas às áreas urbanas.

Esta dissertação tentará criar um equilíbrio entre a história, o local e a arquitectura tendo como base " o estudo e a exploração de formas de salvaguardar e valorizar os espaços rurais através de intervenções casuísticas, de modo a integrá-los no contexto da moderna sociedade urbana, sem se perder ou desvirtuar a sua expressão arquitectónica. A questão está em compreender e adaptar o conteúdo simbólico das paisagens e encontrar novas utilizações que lhes

1 -Grosso modo: tratou-se regime político ditatorial que vigorou em Portugal de 1933 a 1974.

confiram sentido no contexto da vida social contemporânea ".[2] Tendo como área de estudo será o antigo colonato agrícola de Pegões, facto que obrigará a uma abordagem histórica relativamente extensa.

De entre os sete colonatos agrícolas criados através dos mesmos ideais, apenas o de Pegões sobreviveu devido à conjugação de diversos factores, que foram desde a localização, passando pela invulgar adaptação aos solos incultos e pela dimensão da própria iniciativa, visto que esta foi a que ocupou a maior área e criou o maior número de habitações, facto que possibilitou a criação de várias infra-estruturas de apoio social e técnico que marcariam toda a diferença.

Pretende-se assim, contribuir para uma correcta organização do território através da idealização de formas de construir que respeitem todos os valores arquitectónicos e paisagísticos da área de estudo valorizando-a e salvaguardando-a da especulação imobiliária sem no entanto a deixar cair no esquecimento. Preservando toda uma envolvente histórica, social e cultural que ainda hoje se considera singular e que manifesta grandes perspectivas de futuro.

É ainda de mencionar, que o governo, através do conselho de ministros, fez publicar decreto-lei nº 19/2008 [44], de 1 de Julho, onde estabelece as medidas preventivas com vista a assegurar a implantação do novo aeroporto, que se localizará a cerca de 20 Km da área de estudo, onde alerta para a necessidade de proteger da especulação imobiliária algumas áreas mais sensíveis, como é o caso da antiga colónia agrícola de Pegões, tornando assim, ainda mais relevante a execução deste trabalho de forma a manter a memória e o património local vivos, antes que desapareçam ou se tornem só mais uma das condicionantes para o projecto aeroporto.

2- PARDAL, Sidónio; Lobo, Manuel Costa; Correia, Paulo- Normas Urbanísticas, Planeamento integrado no Território , vol. IV,1ª ed., U.T.L., 2000 ;pág.175

3- Decreto nº 19/2008 de 1 de Julho, alínea ii) deve ser dada particular atenção ao controlo de áreas de pequenas explorações agrícolas muito frágeis a pressões urbanísticas, como, a título exemplificativo, as resultantes da antiga Colónia Agrícola de Pegões

1.2.

OBJETIVOS

Tendo em conta a relevância temática anteriormente descrita, o objectivo desta dissertação é criar uma base teórica para eventuais abordagens projectuais Colónia Agrícola de Pegões de forma a desenvolver e consolidar uma estrutura urbana dotada de um grande potencial para crescer e afirmar-se, criando condições para a fixação da população e atracção de novos residentes.

- Objectivos específicos:
- Promover a valorização e salvaguarda do património;
- Minorar a construção e ampliação desregrada;
- Promover a qualidade habitacional, de forma a equilibrar os edifícios existentes com os propostos;
- Criar condições para um usufruto mais equilibrado das infra-estruturas disponíveis e que actualmente se encontram subaproveitadas;
- Combater uma possível desertificação física e humana.

1.3.

METODOLOGIA DE ESTUDO

O trabalho em seguida apresentado resultou de uma vasta pesquisa que teve como intuito o conhecimento aprofundado da antiga Colónia Agrícola de Pegões, assim como das formas mais adequadas de salvaguarda e valorização do património e das possíveis metodologias aplicar para a obtenção de projectos sustentáveis.

Procedeu-se, numa fase inicial, a um levantamento bibliográfico e técnico que sustentaria a relevância do tema e que, acabaria por se prolongar até ao fim do estudo devido à constante descoberta de novas informações e possibilidades.

Para além do trabalho de pesquisa teórico, foi realizada uma pesquisa perante alguns elementos da população local que adicionaram elementos fundamentais para a correcta compreensão da história do local e das perspectivas de futuro que o mesmo apresenta.

Durante a pesquisa foi constatada a falta de documentação sobre alguns elementos arquitectónicos, o que acabaria por ditar a introdução de mais um capítulo nesta dissertação, que terá como principal fim a documentação fotográfica e por vezes teórica dos mesmos, independentemente do maior ou menor valor que lhes seja conferido, estes elementos fazem parte de um todo, devendo ser abordados como tal.

Finalmente, foram elaborados quadros síntese de forma a tornar mais simples a aplicação de cada critério, facto que não deve invalidar a consulta mais detalhada deste documento que levará à correcta compreensão e aplicação dos conceitos.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Este capítulo é essencial na medida em que coloca o antigo Colonato Agrícola de Pegões no panorama nacional, possibilitando assim uma compreensão mas correcta de toda a área de estudo.

2.1.

COLONIZAÇÃO INTERNA

Desde o século XVIII que se atribuem responsabilidades do atraso económico português à agricultura, o que se deveu, como é referido por Luciano Amaral a "*uma estrutura fundiária desequilibrada, e a um sector com uma clamorosa incapacidade dos seus agentes para valorizarem a actividade a que se dedicavam, incapacidade essa essencialmente derivada de uma notória impreparação técnica e cultural"*[8]. Esta questão adquiriu outro sentido perante o regime totalitário exercido pelo *Estado Novo*[4] que realizou inúmeros debates sobre o tema e apresentou muitas soluções visando um combate simultâneo à agricultura desregrada, à problemática dos baldios [5] e à retracção rural. Para solucionar todos os problemas anteriormente referidos é lançada uma política que pretende fixar "*a população rural à terra através de incentivos que viabilizassem a pequena agricultura familiar"* [6], procurando uma correcção dos "*ancestrais vícios fundiários"* [7] através do emparcelamento de terras a Norte e da divisão a Sul, aliada a uma forma mais equilibrada da irrigação das terras que fossem consideradas de sequeiro aspirando a um aproveitamento mais equilibrado dos recursos disponíveis ao longo de todo o Pais.

---

4 -AMARAL, Luciano (1994a), «**Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante e Estado Novo (1950-1973)»,** in Análise Social, vol. XXIX (128), pp. 889-906.

5 -**Grosso modo**: tratou-se regime político autoritário que vigorou em Portugal de 1933 a 1974, que também foi conhecido por Salazarismo em referência a António de Oliveira Salazar que foi o seu fundador e líder.

6- **Grosso modo**: O adjectivo Baldio provém do árabe Bátil <<baldado; inútil>> e refere-se neste caso a terrenos incultos ou sem dono.

7-PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

8 -CASTRO CALDAS, Eugénio, **<<Aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao sul do Tejo>>,** comunicação às segundas Jornadas Agrónomas, realizadas no Instituto Superior de Agronomia de 3 a 8 de Dezembro de 1942, publicado em Problemas de Colonização, I – A Zona Pliocénica a Sul do Tejo, Lisboa, ME/JCI, 1943.

Para implementar esta política é criada pelo Governo em 1936 a Junta de Colonização Interna (J.C.I.) que, como é referido por José Garcês Pereira Caldas, Presidente da J.C.I., teria como *"fim a realização da mais completa utilização da terra, pela instalação, do modo mais racional, do maior número de famílias"*[9]



Fig. 1 – Logótipo da Junta de Colonização Interna (Fonte: a memória descritiva das habitações das Faias)

A J.C.I. levou a cabo um estudo aprofundado sobre os terrenos baldios existentes no país, que desde há muito eram apontados como mal aproveitados e que se viriam a revelar, de estrema importância para uma população empobrecida e que os utilizava como pasto para a criação de animais ou como floresta sendo que essa seria por vezes a sua única aptidão. No seguimento destes estudos e perante a política exercida por Rafael Duque que assume a pasta do Ministério da

9 -AMARAL, Luciano (1994a), **«Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante e Estado Novo (1950-1973)»,** in Análise Social, vol. XXIX (128), pp. 889-906.

Agricultura entre 1934 e 1944, assistiu-se a uma colonização que privilegiou essencialmente os terrenos baldios e montanhosos a Norte e deixou de parte a colonização do Sul opondo-se em simultâneo a uma florestação maciça. Estes factos fizeram com que a Herdade de Pegões, que deu origem ao Colonato Agrícola de Pegões, adquiri-se um sentido único pela sua localização a Sul do Tejo.

Em 1962, é elaborado pelo Ministério da Economia em conjunto com o Secretariado de Estado da Agricultura uma exposição publicitada através de um pequeno folheto comemorativo do XXV aniversário da J.C.I. no qual foi elaborado um resumo sobre a iniciativa e do qual passo citar alguns elementos para que se possa perceber todo o carácter singular da iniciativa e o peso que o Colonato de Pegões viria a adquirir na mesma.

Os objectivos principais da J.C.I. seriam *"promover e orientar a melhor distribuição da população rural; estudar e propor ao Governo as providências necessárias para a melhoria do arranjo da propriedade rústica e respectivo regime de exploração; auxiliar a realização de melhoramentos agrícolas destinados a elevar a capacidade produtiva da terra ou beneficiar as instalações rurais"*[10].

Para corresponder a estes objectivos foram, como é mencionado nesse folheto: *instituídos casais agrícolas, distribuídas glebas, regulamentado o regime de logradouro comum e atribuídas Casas do Povo às autarquias locais.*

As experiências de colonização foram efectivamente realizadas numa área total de 8 995 hectares, distribuindo-se ao longo do território continental e agrupados em sete núcleos principais descritos na tabela 1 e cuja localização pode ser conferida através da consulta da Fig.2.

Os colonatos anteriormente referidos adquiriram características muito diversificadas, o que se deveu a factores como a dimensão da própria iniciativa, a localização, a exploração agrícola a que se destinavam ou até mesmo a forma como os edifícios se distribuíram ao longo do território proporcionando ou não uma adaptação progressiva à modernidade.

10- Panfleto comemorativo do XXV aniversário da Junta de Colonização Interna emitido pelo Ministério da Economia, 24 de Abril de 1962.

As primeiras iniciativas de colonização interna foram realizadas pressionadas pelo Estado mas com fundos e recursos maioritariamente privados, que acabariam por se verificar claramente insuficientes. A falta de recursos técnicos e económicos que possibilitassem a concretização de estudos prévios adequados acabariam por resultar em concretizações desastrosas tanto ao nível da construção como do posterior acompanhamento, originando carências sociais e económicas insuportáveis para os colonos e por vezes para os próprios latifundiários.



Fig. 2 –

Mapa de distribuição geográfica dos colonatos.

Fonte: o Autor

Legenda:

▲ Colónias Agrícolas Internas

- Capitais de Distrito

---- Delimitação do Território Nacional

---- Rios

NOME DO COLONATO	NÚMERO DE CASAIS AGRÍCOLAS CONSTRUÍDOS	ÁREA DE IMPLANTAÇÃO (ha)
Alvão	*24*	626
Barroso	125	2 462
Boalhosa	30	282
Gafanha	77	441
Martim rei	39	372
Milagres	12	197
Pegões	206	4 615
Totais	**513**	**8 995**

Tabela 1 – Colónias Agrícolas Criadas pela Junta de Colonização Interna

Fonte: Autor, 2010

A arquitectura adquiriu grande relevância para o estudo destes colonatos, sendo que na maioria dos casos apenas as estruturas físicas resistiram à passagem dos tempos criando um património único e passível de ser estudado.

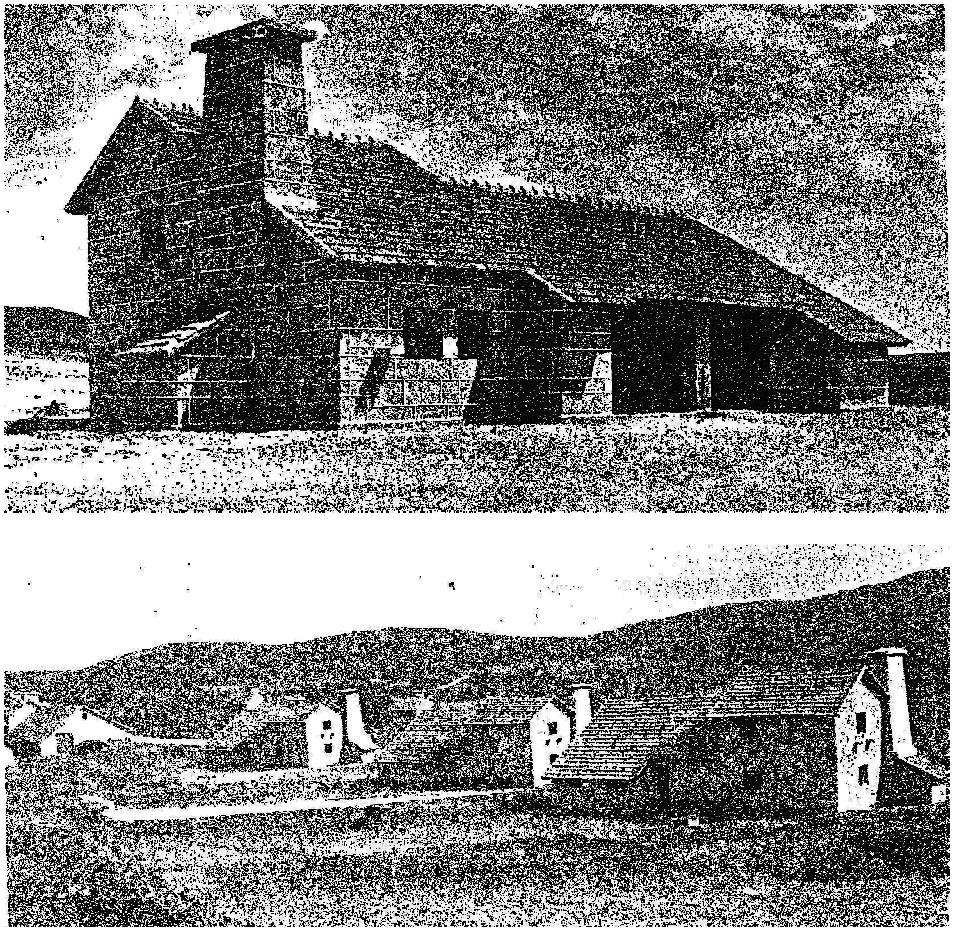


Fig. 3 e 4– Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola do Barroso

Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,*



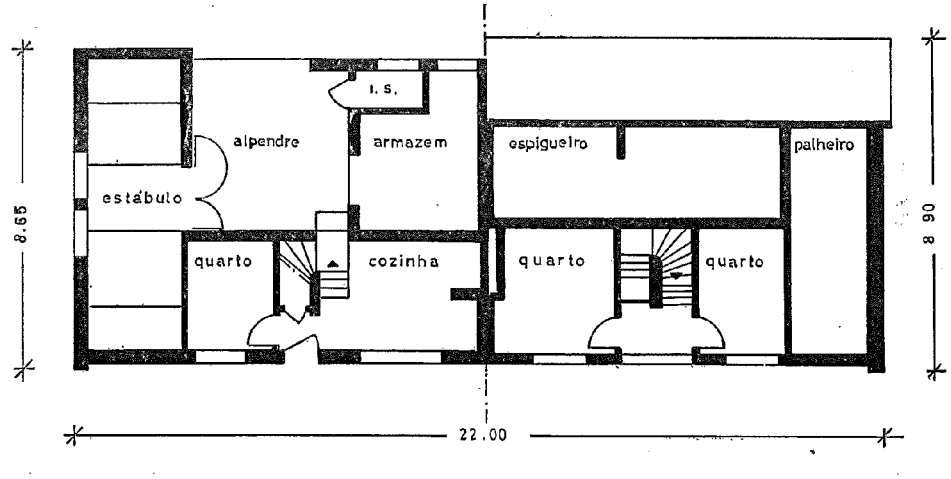


Fig. 5 e 6

Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Boalhosa

VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960

A colónia agrícola da Gafanha da Nazaré, em Aveiro é um exemplo deste fracasso. Neste caso, verificou-se a falta de aptência agrícola dos terrenos destinados ao cultivo o que originou um abandono prematuro das terras e o regresso dos trabalhadores que na sua maioria provinham de zonas piscatórias às suas origens.

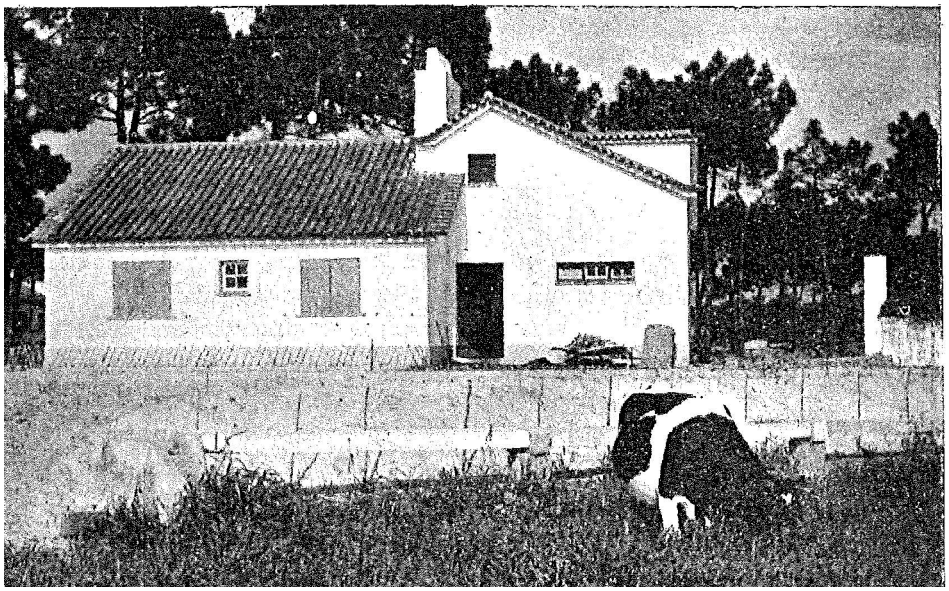


Fig. 7

Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Gafanha, Aveiro

VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuaias da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.;

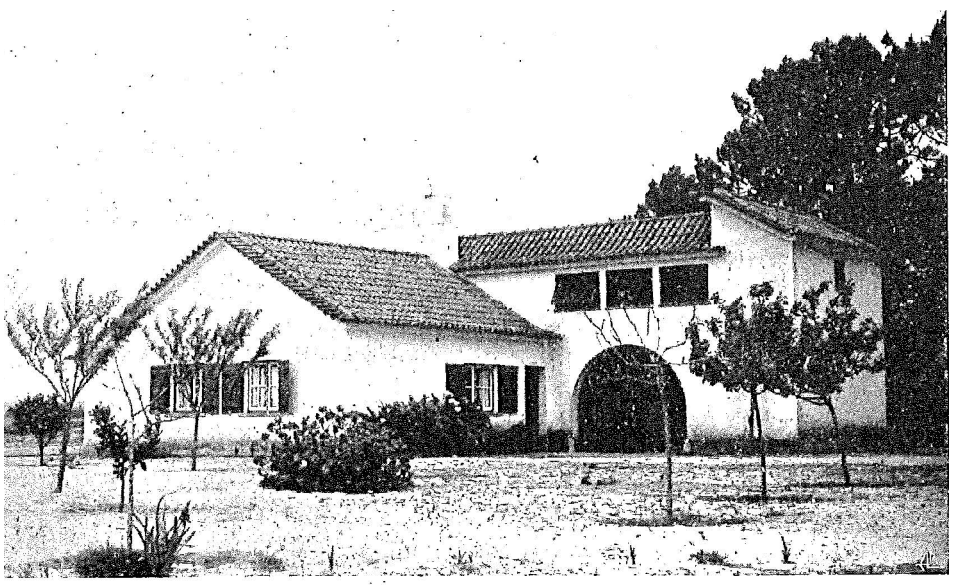


Fig. 8

Fotos das habitações construídas para o colonato agrícola da Gafanha, Aveiro

VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuaias da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.;

Em suma, em muitos colonatos apenas objectos materiais resistiram demonstrado que a tentativa de reavivar um meio rural que já há muito demonstrava sinais de retracção acabou por fracassar, atrasando de uma forma muito superficial, o êxodo rural.

CAPÍTULO III

COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

ENSAIO DE COLONIZAÇÃO

1920-1940

O colonato de Pegões foi objecto de uma primeira iniciativa de colonização que pelos mais variados aspectos, viria a revelar-se pouco estruturada em termos, económicos e sociais, como será descrito no capítulo III, seguidamente apresentado.

3.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Em 1939, os terrenos que geraram a Colónia Agrícola de Pegões inseriam-se na antiga Herdade de Pegões, que abrangia nesta época cerca de 6 300 ha e possuía uma configuração irregular cujo comprimento era de cerca de 15 KM por 6KM de largura, inscrevendo-se ainda na mancha dos terrenos pliocénicos a Sul do Tejo. A mesma era composta por dez herdades contíguas que davam pelo nome de: Sesmaria Nova, Pegos Claros, Pegões Velhos, Pessegueiro, Faias, Passarinhas, Lagoa do Calvo, Medronheira, Trapo e Aroeira. Os nomes destas herdades ainda se mantêm, no entanto muitas das suas características foram parcial ou até totalmente alteradas.

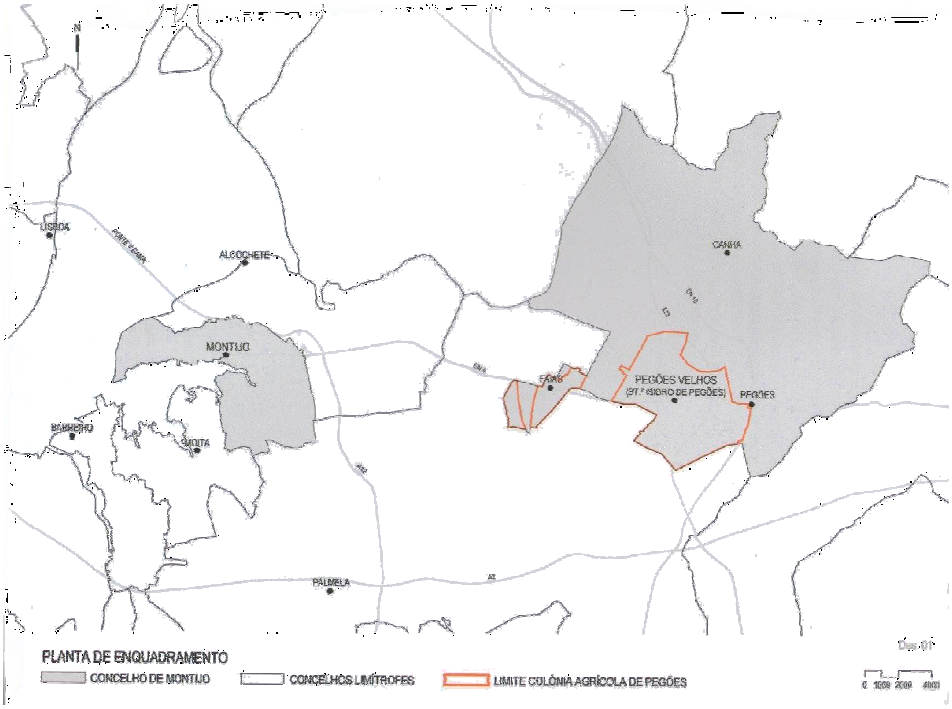


Fig. 9 – Planta de Enquadramento da Herdade de Pegões

Fonte: Arquitecto Hélder Coelho

A sede da herdade, que nesta época era conhecida por *"o monte*", encontrava-se sediada em Pegões Velhos, onde actualmente se situa a Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões. O facto de esta localidade ter sido a escolhida para este efeito está directamente relacionado com a sua localização, pois de entre as propriedades, esta era a que apresentava as características mais favoráveis de acesso às vias de comunicação que já se manifestavam de grande importância, existindo ligações contíguas a esta área, nomeadamente as estradas de ligação entre o Montijo e Vendas Novas e das localidades de Pegões a

Canha e de Pegões ao Poceirão (onde se localizava uma estação de comboios), existindo ainda uma facilidade de acesso às estradas de ligação entre Setúbal a Évora. Todas estas possibilidades colocavam a sede da Herdade de Pegões a cerca de 80 Km da capital. Este facto ainda hoje é de grande importância, no entanto se recuarmos algumas décadas a relevância deste elemento aumenta substancialmente pois tem de ser tida em conta a dificuldade inerente a um meio de transporte movido apenas pela tracção animal, assim como a inexistência das pontes de atravessamento do Tejo em Lisboa que dificultavam o escoamento da produção para uma área metropolitana que poderia rentabilizar a produção. Facto que obrigava os agricultores a percorrer grandes, e penosas distâncias para que poderem obter algum lucro através do fruto do seu trabalho.

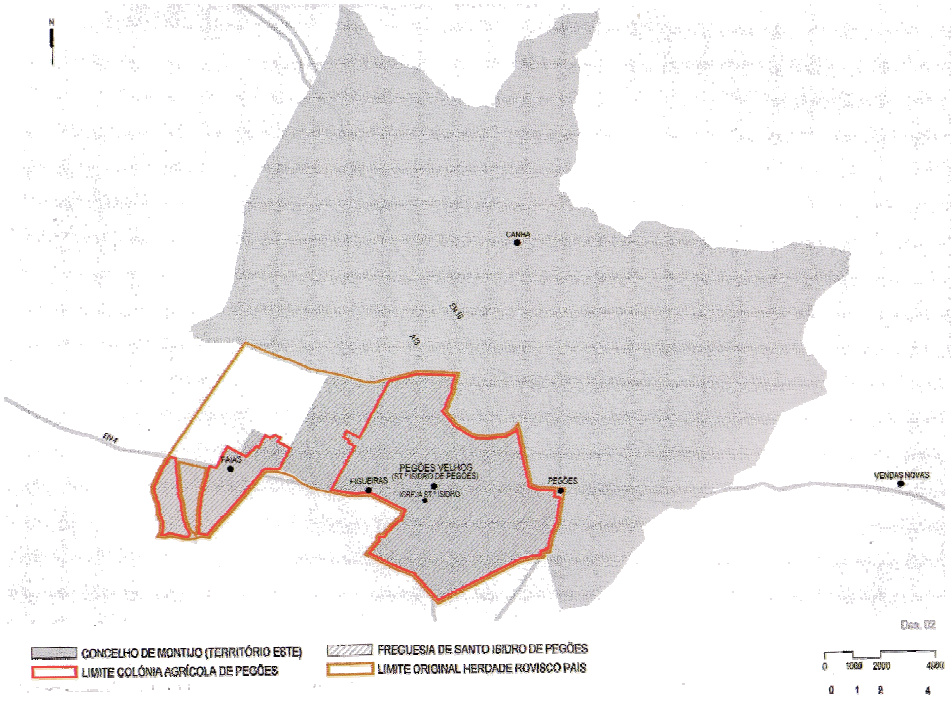


Fig. 10 – Planta de Enquadramento da Herdade de Pegões

Fonte: Fonte: Arquitecto Hélder Coelho

3.2. ORIGEM E OBJECTIVOS

Apesar de possuir uma localização muito favorável, a área de estudo padecia de muitos problemas nomeadamente ao nível da gestão territorial e agrícola, possuindo uma elevada percentagem de terrenos sem qualquer aproveitamento e pequenas áreas cultivadas que dependiam quase na totalidade dos trabalhadores sazonais. Esta problemática era comum a todo o território nacional devendo-se sobretudo aos grandes latifundiários que tinham a posse das terras dispondo de forma egoísta das mesmas e dos trabalhadores que dependiam delas para viver.

José Rovisco Pais foi até 1925, o único proprietário da Herdade de Pegões, facto que sofreria alterações drásticas através do decreto nº 9844, publicado a 20 de Junho de 1924, que concedia à " *(…)extinta Junta de Fomento Agrícola a competência de orientar e promover o aproveitamento de terrenos incultos e de charneca podendo até expropriá-los caso ficassem no estado de incultura arvense ou florestal durante os anos de 1920 a 1925."* [10] Este decreto originou a primeira iniciativa de colonização realizada nestes terrenos, a qual apenas foi executada em algumas centenas de hectares, que correspondiam a três herdades contíguas, mais precisamente a Aroeira, Foros do Trapo e as Passarinhas. Esta iniciativa, limitar-se-ia à demarcação das directrizes das propriedades através do corte de mato e floresta permindo a criação de ruas perpendiculares, resultantes do levantamento em planta, e que se *"(…)distanciavam entre si de 500 em 500 metros, com 5 metros de largura e mais de 2 m 2 nos cruzamentos, a cada canto."* [11]



Fig. 11– Fracção da antiga herdade dos foros do Trapo, através desta imagem podem observar-se as linhas demarcadas através da primeira vaga de colonização e que ainda se mantêm.

Fonte: Google Earth, Abril de 2010

[11] ROSAS, Francisco; (1939). Estudo **de um Caso de Colonização, relatório final do curso de engenheiro agrónomo apresentado ao Instituto Superior de Agronomia**, Lisboa, UTL

As áreas atribuídas a cada foreiro possuíam as mais variadas características e dimensões podendo discrepar entre mais de uma centena de hectares visto que os terrenos mais pequenos possuíam entre 6 ha e o maior 134,5 ha. Em 1929, o proprietário da herdade já tinha entregue terrenos a 49 foreiros, no entanto, as habitações iam surgindo um pouco por toda a herdade de acordo com as necessidades e possibilidades dos habitantes.

3.3. OS RESULTADOS

Os estudos realizados por Francisco Rosa nos finais da década de trinta mencionavam a existência de 129 edifícios, sendo que 109 pertenciam aos colonos e apenas 96 se destinavam a habitação.

Os materiais utilizados nas construções foram maioritariamente o adobe (em 69 dos casos), seguindo-se-lhe a taipa, o tijolo e a madeira com colmo. As casas eram de uma forma geral muito mal construídas não oferecendo segurança, principalmente no Inverno. Ocupavam apenas um piso, onde a área não alcançava os mínimos necessários, e nos casos em que existiam divisões internas, as mesmas não eram suficientes. O seu aspecto exterior era regular, sendo que, quase todas eram caiadas várias vezes no ano, facto que deixa transparecer um grande cuidado com as habitações, pois apesar de todas as dificuldades económicas que cada família possuía não descurava do pouco que tinha. Eram raros os casos em que se podia verificar a presença de alguns acabamentos mais dispendiosos tais como tectos forrados, pavimentos de cimento ou madeira e janelas envidraçadas, deixando sobressair o desconforto e a pobreza como elementos imperativos.

O grau de instrução era outro dos elementos onde se podia verificar a situação *"verdadeiramente deplorável"* [12] em que os colonos se encontravam devido ao elevado número de analfabetos, facto que, já era tido em conta por José Rovisco Pais que não lhe ficou indiferente organizando cursos de *"primeiras letras"* [12], que apesar de possuírem uma forma funcionamento um tanto ao quanto irregular, não eram de desprezar pois obtinham resultados relativamente positivos.

[12], ROSA; Francisco (1939).**Estudo de um Caso de Colonização, relatório final do curso de engenheiro agrónomo apresentado ao Instituto Superior de Agronomia**, Lisboa, UTL,

3.4. CONCLUSÃO

Esta iniciativa acabaria por considerar-se apenas como um ensaio de colonização pois pouco teve a ver com os principais objectivos traçados pelo Estado para estes casos. As poucas mudanças efectuadas visaram essencialmente o interesse do proprietário que ao ver-se na iminência de uma expropriação tentou adiar esse acontecimento através da divisão e cultura forçada dos seus terrenos realizando poucos investimentos com vista a obter o maior lucro possível, através de uma divisão da herdade *"a seu belo prazer"* [13].

Quando se compara a situação em que os colonos se encontravam antes e depois desta iniciativa, facilmente se conclui que apesar das dificuldades, estes passaram a viver com maior desafogo facto que nas suas terras de origem nunca teria sido possível.

Sem qualquer outro tipo de auxílio que não fosse a força do trabalho diário realizado pelos colonos, em dez anos a Herdade de Pegões já possuía uma população de 554 pessoas, distribuída por 129 edifícios que evidenciavam o esforço de um grupo de trabalhadores ligados à terra e que apesar de toda a sua dedicação não conseguiram ir de encontro aos desejos que o Estado tinha para estas áreas.

A inexistência de um projecto que visasse uma organização metódica para um futuro núcleo populacional, levou a que os pobres agricultores fossem lançados à sua própria sorte na charneca [14], o que criou muitos problemas tanto ao nível da sua própria subsistência económica como social.

"(…)pode-se portanto afirmar que esta tentativa de colonização fracassou completamente ." [15]

12 e15 FRANCISCO, Rosa**, (**1939). **Estudo de um Caso de Colonização, relatório final do curso de engenheiro agrónomo apresentado ao Instituto Superior de Agronomia**, Lisboa, UTL,

14- Charneca- s.f. terreno inculto e árido onde há apenas vegetação rasteira.(De orig. obsc)

CAPÍTULO IV

COLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

COLONIZAÇÃO INTERNA

1940-1970

O colonato de Pegões surgiu, como já foi referido nos capítulos anteriores, através de uma política de fomento agrícola realizada pelo Estado Novo, no entanto esta iniciativa viria a obter um sentido completamente diferente de todas as outras, o que se deveu em grande parte ao seu percurso histórico. Sendo assim, e para uma correcta compreensão de todo este trabalho, o capítulo III descreverá a origem, o presente e as perspectivas de futuro da área de estudo.

4.1. Estudos Prévios

Até à década de 30 já se tinham realizado ao longo do Pais algumas iniciativas no intuito de perceber e melhorar a agricultura e consequentemente o estado de vida das populações que dela dependiam. A Herdade de Pegões foi uma das áreas mais abrangidas por estes estudos, sendo que a partir de 1932, os mesmos adquiriram um novo sentido. Facto que se deveu essencialmente ao falecimento de José Rovisco Pais que doaria todos os seus bens aos Hospitais Civis, que por sua vez, por não possuírem nenhuma ligação com este tipo de bens acabariam por os entregar à Fazenda Nacional. Depois deste acontecimento, esta área passaria a ser abordada de uma forma totalmente distinta levando à criação de um projecto minuciosamente elaborado com o auxílio dos estudos realizados a partir da década de 30 e que mobilizaram uma inúmera variedade de meios sob a direcção do engenheiro agrónomo Prof. Henrique de Barros, dos quais resultariam elementos como a pormenorização em planta da aptidão cultural e um exame hídrico completo de toda a mancha do pliocénico.

A análise completa da Herdade de Pegões ficaria completa em 1941, permitindo *"antever largas possibilidades de fixação de famílias rurais, nesta importante zona do Sul "* [16]. Esta constatação viria a ser a base de todo o projecto de colonização para Pegões, visando a fixação de uma população em terrenos de elevada viabilidade agrícola, mas que no entanto necessitavam de uma orientação direccionada para as formas mais correctas de cultivo, caso contrário, poderia dar origem a mais um fracasso agrícola, económico e social.

Todos os outros colonatos realizados ao longo do Pais demonstraram uma evidente carência de estudos prévios que, em conjunto com um escasso financiamento e uma orientação pouco cuidada fizeram com que a Colonização Interna se tornasse uma

16-CASTRO CALDAS, Eugénio, **<<Aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao sul do Tejo>>,** comunicação às segundas Jornadas Agrónomas, realizadas no Instituto Superior de Agronomia de 3 a 8 de Dezembro de 1942, publicado em Problemas de Colonização, I – A Zona Pliocénica a Sul do Tejo, Lisboa, ME/JCI, 1943.

iniciativa claramente fracassada. O colonato de Pegões foi uma excepção, o que se deveu não só ao facto dos terrenos pertencerem ao Estado que pelo seu poder político teve capacidade suficiente para criar um projecto completo, mas também, à sua localização e ao esforço dos colonos que vieram das suas localidades de origem sem nada e perseguiram o sonho de serem económica e socialmente independentes. Esta iniciativa ainda hoje se considera possuidora de um carácter único, sendo a sua importância assinalada Dr.ª Isabel Costa Lopes: *"Aliás, de todo esse projecto global, apenas o colonato de Pegões resistiu à decadência do regime, apressada pela guerra colonial e pelo imparável surto de emigração dos anos sessenta."*[17]

Entre a elaboração do projecto e a instalação dos colonos passariam dez anos, sendo que em 1952, chegavam candidatos provenientes um pouco de todo o país em busca de melhorias de vida que nas terras de onde provinham se demonstravam cada vez mais impossíveis de alcançar. "*Trabalhávamos muito, mas pelo menos era para a nossa casa, não era para os outros"*, recorda Ludovina Branco[18], com 86 anos, e que foi uma das primeiras colonizadoras desta iniciativa. Esta recordação é comum a muitos dos colonos e alude a momentos muito difíceis passados nas terras de origem onde apenas os grandes latifundiários possuíam meios que possibilitassem o pagamento às famílias que trabalhavam de sol a sol para poder viver ou até mesmo, sobreviver.

Pode-se assim afirmar, que a colónia Agrícola de Pegões sobreviveu devido a um grande e estruturado estudo prévio e posterior acompanhamento, mas prosperou devido ao louvável esforço realizado diariamente e de forma incansável pelos colonos que nela deixaram toda uma vida de trabalho árduo.

17- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

18- Entrevista recolhida a 25 de Novembro de 2009

4.2. Resultados

Apesar de todos os estudos realizados no intuito de implantar colónias agrícolas em terrenos de sequeiro, apenas o Colonato de Pegões seria realizado e implantado a sul do Tejo, mais precisamente, na área que não foi alvo do primeiro ensaio de colonização, ou seja, 4 767,5 ha. Em 1957 esta área daria origem à freguesia de Santo Isidro de Pegões, agrupando os núcleos dos Foros do Trapo, Faias, Figueiras e Pegões Velhos, sendo que os últimos três que correspondem por sua vez aos núcleos da antiga Colónia Agrícola de Pegões.

Este projecto de colonização interna gerou elementos estruturais essenciais não só para a prática agrícola como para a habitação e convívio social. Para satisfazer estas necessidades foram construídos: 207 *"casais agrícolas"*[19], duas igrejas, quatro escolas primárias, dois centros de cívicos (que englobavam uma grande diversidade de elementos), um posto médico, duas adegas cooperativas e em paralelo foram realizadas variadíssimas obras de hidráulica que abrangeriam de forma mais ou menos pormenorizada todo o colonato.

As áreas destinadas a cada "*casal agrícola"* e consequentemente a cada família variaram de acordo com o núcleo em que se instalaram. Este facto deveu-se principalmente à qualidade dos solos que foram estudados e classificados de uma forma minuciosa para que a relação entre a área e a qualidade dos mesmos fosse a mais equilibrada possível. *"A cada casal eram cedidos em média, onze hectares de sequeiro, para cultivo de cereais, quatro de vinha, um de regadio, para laranjal, forragens, batatas e hortícolas, e dois de pinhal. Os rebanhos colectivos eram guardados em instalações próprias (…)aos primeiros colonos a JCI concedeu um empréstimo de vinte e cinco mil e quinhentos escudos destinado à aquisição de gado, alfaias e à constituição do Fundo de Exploração Rural".* [20]

Alguns dos colonos depararam-se com os terrenos que lhe cabiam ainda por desbravar, tendo uma visão que à partida não se demonstrava a mais animadora. Outros foram os que tiveram mais sorte

19-habitações, que passariam a ser nomeadas de "casais" agrícolas devido às suas características impares e que são descritas ao longo deste documento.

20- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

pois a sua área de vinha ou de laranjal já se encontrava plantada por iniciativa da JCI. Estes pormenores acabariam por marcar a diferença, pois apesar do Estado apoiar de igual modo as duas situações, o cultivo das terras exigia um esforço muito elevado tanto ao nível monetário como físico, podendo levar a um desencorajamento ou até ao abandono prematuro dos terrenos.

Um dos erros do ensaio de colonização de 1924 foi a falta de uma selecção criteriosa dos colonos, facto foi tido em conta de forma exaustiva no projecto de 1952. Os candidatos a colonos teriam de obedecer a inúmeros requisitos como por exemplo, ser português, casado, com menos de 45 anos, católicos, robusto, trabalhador, saudável, *"(…) não ser alcoólico, nem desordeiro nem comunista, acatara a Constituição e a ordem social, ter exercido durante cinco anos mesteres agrícolas(…)."*[21] Mesmo tendo de cumprir todas estas condições, surgiram pretendentes de todo o Pais, em busca das terras onde, através do seu esforço, poderiam cultivar os seus sonhos.

Os "casais" e todos os elementos que compunham cada parcela, não foram adquiridos nem mesmo cedidos de forma simples. Os colonos sujeitaram-se durante décadas a inúmeras contrapartidas, na perspectiva de um dia alcançar o fruto do seu trabalho e persistência que transformaram os terrenos incultos e abandonados em áreas produtivas e capazes de sustentar inúmeras famílias.

Os colonos usufruíam dos casais agrícolas a título de fruição provisória, podendo ser expulsos se existisse algum desvio às normas impostas pelo Estado e que eram controladas de forma diária, pelos engenheiros e pela assistente social, não só no que dizia respeito ao trabalho agrícola mas também no desenrolar das actividades mais privadas. O documento que concedia o título de fruição provisória do casal era entregue a cada colono de forma inalienável e indivisível descrevendo a área e valor dos elementos que seriam entregues em cada caso, atribuindo um prazo mínimo de 3 anos a título de experiência, depois dos quais a JCI apreciaria a capacidade do colono de explorar o casal podendo passá-lo a regime de fruição definitiva.

21- Fernando. O. Batista e Sara A. Pereira citado em **Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar.** 1ª ed. Edições Colibri , Câmara Municipal do Montijo, 2009, p. 24

4.2.1. O Ordenamento Territorial

O estudo da ocupação territorial promovida pela implantação do Colonato de Pegões, em terrenos incultos, deve ser realizado a fim de entender a forma como a população foi distribuída ao longo do território aproveitando os recursos naturais e as infra-estruturas disponíveis, visando a compreensão desta área rural e das suas necessidades dando-lhes razões económicas e sociais que viabilizassem a sua existência através da aplicação de medidas que compreendam profundamente este legado, as suas tradições e a sua cultura para que se possa criar um futuro sustentável.

A configuração dos aglomerados humanos que se estabeleceram neste território derivou directamente das funções que lhe foram impostas, nomeadamente a optimização dos trabalhos agrícolas e a habitação, resultando numa forma única de disposição para cada um dos três núcleos habitacionais.

A área de estudo apresenta um cariz marcadamente rural e por isso deve ser sempre encarada de uma forma muito particular. Nestes casos os usos e razões de ocupação do território são completamente diferentes dos urbanos necessitando assim de uma análise muito mais aprofundados antes de qualquer intervenção. Estes cuidados devem ser encarados como uma forma de potenciar os aglomerados rurais, dando-lhes razões para existir, criando condições para um desenvolvimento harmonioso e independente das especulações imobiliárias ou das musealização, de forma a organizar e qualificar a vida das populações que dependem ou dependeram essencialmente da agricultura.

Não é fácil definir uma malha organizacional rígida no meio rural, no entanto a maioria das aldeias são definidas por eixos mais ou menos complexos que correspondem na maior parte dos casos aos limites das propriedades agrícolas. O colonato de Pegões tem um cariz marcadamente agrícola, o que faz com que, a habitação não seja o elemento principal, surgindo como que, por acréscimo dentro das demarcações dos terrenos agrícolas.

Todos os “casais” foram distribuídos ao longo de linhas de água estruturantes, que ditaram o traçado de todos os outros elementos.

Os núcleos de Pegões Velhos e das Faias adquiriram uma disposição orgânica pela sua proximidade com uma linha de água que delimitou alguns dos terrenos e ao mesmo tempo criou um pretexto para a localização das vias principais. O núcleo das Figueiras adquiriu um carácter mais experimental no que diz respeito ao ordenamento territorial podendo traçar-se um paralelismo com o meio urbano pois possui uma malha organizacional regular que foi realizado com o recurso a movimentos de terras que alteraram o local de forma a moldá-lo ao projecto invés do contrário como tinha sucedido nos outros dois núcleos.

Para uma melhor compreensão da distribuição dos “casais” ao longo do território disponível, são apresentadas em seguida as imagens dos três núcleos de uma forma mais esquemática.

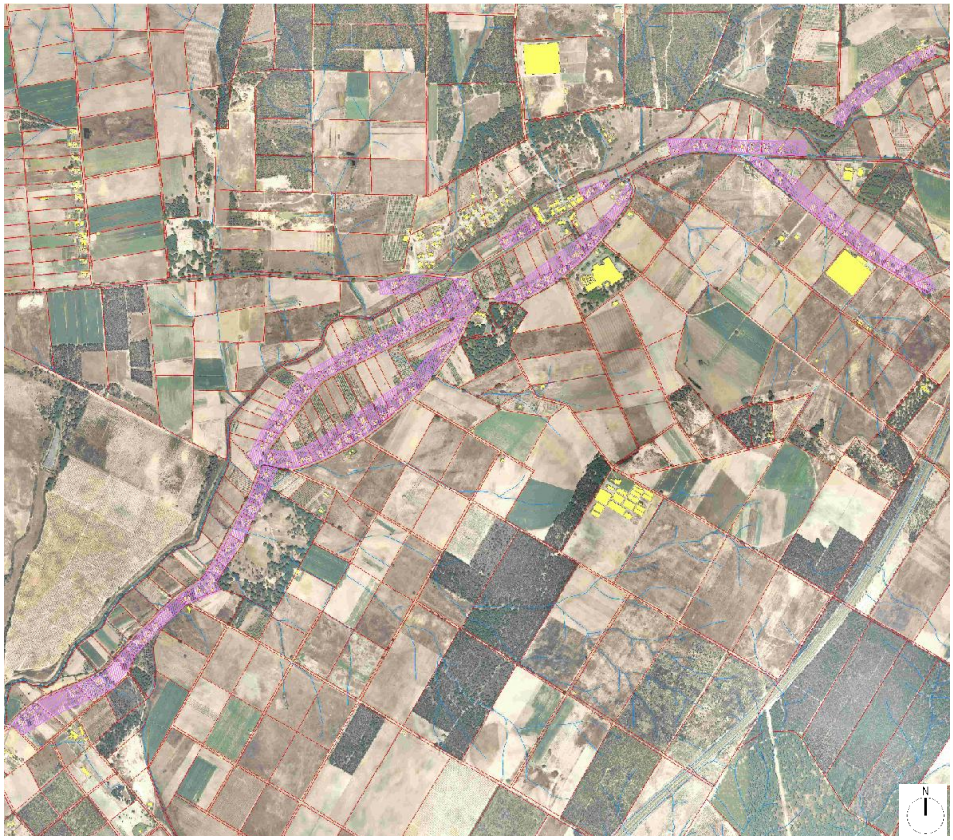


Fig. 12 –

Planta de Localização do Núcleo de Pegões Velhos

Fonte: O Autor,

Escala: Gráfica

Legenda:

Região ocupada pelos edifícios habitacionais do colonato, os “casais”.





Fig. 13 e 14-

Planta de Localização do Núcleo de Faias(em cima) e Figueiras (em baixo)

Fonte: O Autor,

Legenda:

Região ocupada pelos edifícios habitacionais do colonato, os "casais".

Escala: Gráfica

4.2.2.Património Arquitectónico

4.2.2.1.Introdução

O primeiro princípio adoptado pela Carta Europeia do Património arquitectónico em 1975 menciona que *"O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído (…) os conjuntos, mesmo na ausência de edifícios excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz deles obras de arte diversificadas e articuladas. São estes conjuntos que importa também conservar como tais. O património arquitectónico testemunha a presença da história e da sua importância na nossa vida."*[22]

Apenas na última década se pode assistir a uma consciencialização, embora que de forma muito moderada, da importância que a antiga Colónia Agrícola de Pegões detêm, pela seu valor histórico, cultural e consequentemente patrimonial. A demora com que se tem vindo a identificar este caso e os seus prováveis fins, levou a que fossem cometidos erros grosseiros e por vezes irreversíveis, originando uma descaracterização que apesar de ser efectuada por iniciativa privada afecta todo o conjunto.

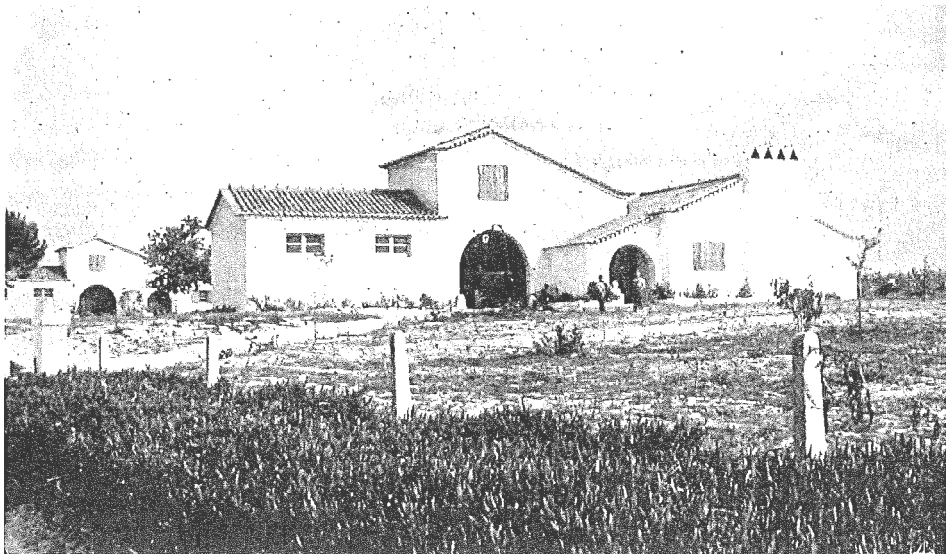


Fig. 15- Foto do conjunto de instalações para uma família de colonos do núcleo das Faias.

Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960

22-**Carta Europeia do Património Arquitectónico** (Outubro de 1975), Amesterdão; extraído de: http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/; a 2 de Março de 2010

A Câmara Municipal do Montijo manifesta desde 2001 o desejo de criar um Plano de Pormenor e Salvaguarda para a Antiga Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões, no entanto até hoje ainda não foi elaborado nenhum documento que permita uma informação adequada e que possibilite a construção e ampliação regrada para esta área.

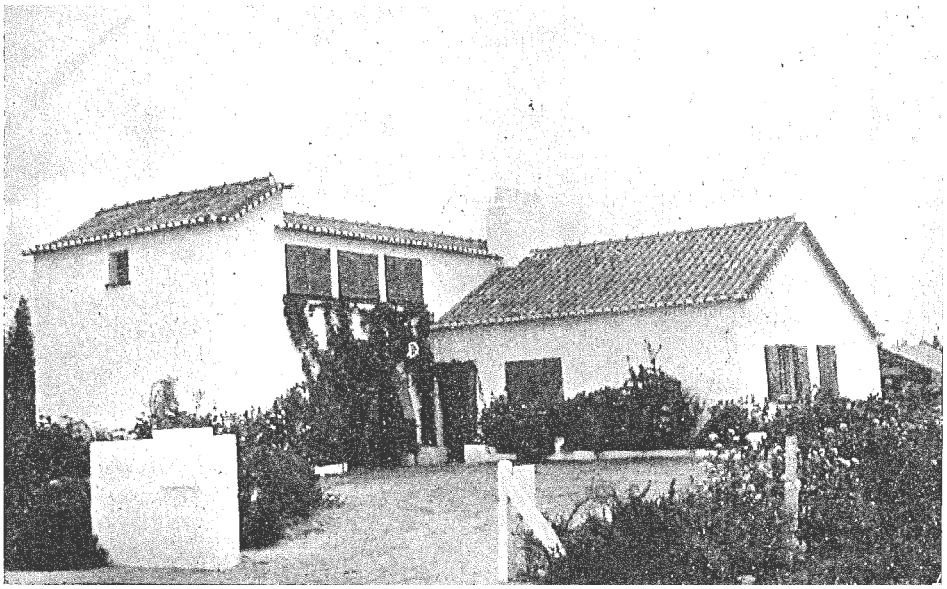


Fig. 16-

Foto do conjunto de instalações para uma família de colonos do núcleo das Figueiras.

Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuaias da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960

Devido à escassez de informação regulamentar, histórica e cultural têm-se vindo a verificar inúmeras ofensas ao património arquitectónico da área de estudo tais como *"a realização de destaques do espaço urbano que envolve o casal, a construção de habitações que não respeitam a traça arquitectónica e a baixa densidade que a caracteriza e, ainda, a realização de obras de restauro que desvirtuam a sua fisionomia"*[23]

Os factores anteriormente *descritos demonstram a importância e a celeridade com que deve ser realizada a descrição deste vasto conjunto arquitectónico de forma a obter uma caracterização histórica e arquitectónica que possibilite intervenções mais conscientes e cuidadas, para que este património não caia no esquecimento ou sofra alterações irreversíveis que comprometam a sua sobrevivência, a* sua identidade cultural e a qualidade de vida dos seus habitantes.

23 -Proc.Nº L- 195/01- **Plano de Pormenor e Salvaguarda e Valorização da "Antiga Colónia Agrícola de S to Isidro de Pegões",** Câmara Municipal do Montijo, D.A.U., 2001

4.2.2.2. Descrição Global

De um modo geral, os 207 casais foram distribuídos ao longo das vias estruturantes, no entanto, existem pormenores que diferenciam os três núcleos, tais como, a forma como foram dispostas as habitações e as diferentes abordagens realizadas na criação de equipamentos que visavam a sua auto-suficiência. Estes últimos elementos não serão abordados de forma muito minuciosa ao longo deste trabalho visto não serem o objecto principal do mesmo, no entanto são fundamentais para o enquadramento global do tema merecendo por isso uma abordagem sucinta sobre os mesmos.

Apesar da notória influência do Estado nos projectos arquitectónicos do colonato, existiram algumas fugas realizadas pelos arquitectos em relação aos ideais pretendidos, facto que se pode verificar de forma mais evidente no pequeno grupo de edifícios projectados por Eugénio Correia, e executados em 1954 no núcleo de Pegões Velhos. Apesar deste grupo se resumir a três edifícios habitacionais, uma igreja e duas escolas, os mesmos são descritos de forma minuciosa no livro "Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar", que demonstra a importância que adquiriram perante o conjunto e justifica a sua presença, embora de forma muito sucinta, no enquadramento deste trabalho.



Fig. 17- Planta de Localização

Fonte: o Autor, com base no levantamento aerofotogramétrico fornecido pela CM do Montijo, 2010

Legenda:

área edificada

99 "casais agrícolas"

1a 6 edifícios projectados pelo arquitecto Eugénio Correia

Escala: Gráfica

1- Igreja de Santo Isidro; **2 e3-**Escolas Primárias;
4 a 6- Edifícios habitacionais ,"Parabólicas" ; **7**- Cooperativa de consumo

"A localização da Colónia Agrícola de Pegões, e mais em concreto deste território em Santo Isidro, caracteriza-se enquanto um lugar de uma inegável beleza paisagística e dotado de um grande distanciamento aos circuitos urbanos. Esta situação particular confere-lhe igualmente um sentido plenamente rural e de enorme genuidade."[24]

Este conjunto situa-se na artéria principal de Pegões Velhos, a Avenida de Santo Isidro, o santo lavrador, e que deu também o nome à igreja que colmata este arruamento de forma muito clara e atraente formando um eixo que separa as duas escolas primárias.



Fig. 18-

Igreja de Santo Isidro de Pegões, fachada principal

Fonte: o Autor, Maio, 2006

A Igreja de Santo Isidro, tem uma posição privilegiada em relação a todo o conjunto, facto que a dota de uma certa imponência, no entanto não é a apenas a sua localização que a torna tão especial, mas sim a forma impar que lhe confere um carácter marcadamente moderno. As paredes e a cobertura são formadas por uma superfície contínua, executada através de uma estrutura criada por fusos cerâmicos, *"(…)capazes de suportar deformações lentas e bruscas "*[24], técnica que se tornou pouco conhecida, facto que talvez se tenha devido à elevada componente de mão-de-obra de que necessitava e à facilidade com que o betão se apresentava para a resolução de formas arrojadas e diversificadas através de técnicas mais acessíveis. Os exemplos de arquitectura moderna que utilizaram este tipo de construção são raros, facto que confere um valor ainda mais elevado a todo o conjunto.

24-. PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21





Fig. 19 e 20

Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista lateral direita

Fonte: o Autor, Abril, 2010

As linhas estruturantes da Igreja de Santo Isidro, são comparadas na obra *Santo Isidro de Pegões, Contrastes de um Património a Preservar* com as da Igreja de São Francisco de Assis em Belo Horizonte, no Brasil (Fig.21) realizada na década de 40 e projectada por Óscar Niemeyer e que gerou discórdia a quando da sua construção perante os fiéis, que chegaram a colocar em questão a realização dos cultos devido à sua forma revolucionária. No caso do colonato, existiu alguma discórdia numa fase inicial que se foi dissipando com o tempo acabando por se transformar num sentimento de afeição e até mesmo de pertença e orgulho para a maioria dos residentes.



Fig. 21

Igreja de São Francisco de Assis (Pampulha), Brasil, projectada pelo arquitecto Óscar Niemeyer

Fonte: www.panoramio.com, Abril 2010



Fig. 22-

Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista lateral esquerda

Fonte: o Autor,





Fig. 23 (esquerda)-

Igreja de Santo Isidro de Pegões, pormenor

Fig. 24 (direita)-

Igreja de Santo Isidro de Pegões, vista posterior

Fonte: o Autor 2010



Fig. 25-

Igreja de Santo Isidro de Pegões, interior

Fonte: o Autor,

Maio.2006



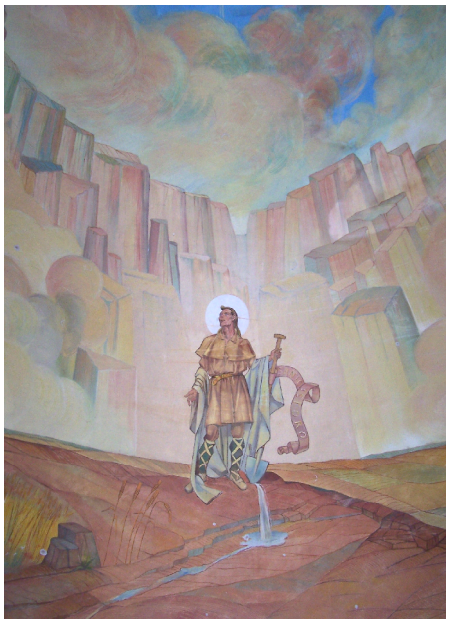


Fig. 26 e 27-

Igreja de Santo Isidro de Pegões,

Vista para o altar (esquerda)

Pormenor, pintura do Santo Isidro (direita)

Fonte: o Autor,

Maio, 2006

No desdobramento do arruamento, a Nordeste da Igreja, encontram-se as três habitações deste conjunto destinadas ao pároco e aos professores, estas possuem um carácter único no que diz respeito à arquitectura habitacional do colonato pois adquiriram a forma de parabolóides isostáticas, o que levou a que passassem a ser denominadas de *"parabólicas"* (da Fig. 28 até à 30). As três habitações foram implantadas segundo uma orientação cardeal Norte – Sul, demonstrando um carácter marcadamente experimental, moderno e funcional revelando com naturalidade uma ligação intimista com ao local e uma grande preocupação com o mesmo.



Fig. 28-

Habitação, "Parabólica",

Vista da fachada principal,

Fonte: o Autor,

Maio, 2006





Fig. 29 e 30-

Habitação, "Parabólica",

Vista da fachada posterior

Fonte: o Autor,

Abril, 2010

As duas escolas, estão posicionadas de forma simétricas em relação à avenida que culmina na Igreja, surgindo de forma muito natural por de entre a vegetação, no entanto, nem sempre foi assim, a quando da sua construção estas áreas eram áridas e desprovidas de sombras, facto que dá ainda maior relevância ao grande pátio que lhes foi atribuído e que está equipado com três casas de banho e um pequeno banco para o descanso do recreio. A sala mais pequena destinava-se às refeições e a maior ao ensino e aprendizagem, encontrando-se por isso, equipada com o mobiliário essencial à sua função, possuindo uma iluminação natural criada através da grande fachada envidraçada cuidadosamente voltada a Sul.

As reentrâncias criadas pelas formas das salas foram completadas no exterior por pequenos jardins e por bancos que se encaixam na perfeição nos edifícios.





Fig. 31 a 32-

Escolas Primárias do núcleo de Pegões Velhos

Vista da fachada virada a Sul

Fonte: *o Autor, Abril, 2010*



Fig. 33-

Escolas Primárias do núcleo de Pegões Velhos

Vista da fachada virada a Norte

Fonte: o autor, Abril 2010



Fig. 34- Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos

Vista do lateral esquerda

Fonte: *o Autor, Abril, 2010*



Fig. 35

Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos

Vista do pátio e porta principal

Fonte: o Autor, Abril, 2010





Fig. 36e 37

Escola Primária do núcleo de Pegões Velhos

Pormenor do banco **(esquerda)**

Pormenor do pátio (**direita)**

Fonte: *o Autor, Abril, 2010*

Foram criadas, para além das anteriormente mencionadas, outras estruturas de apoio social que pela importância que adquiriram no conjunto, também devem ser mencionadas de forma a obter uma caracterização mais completa de todo o património arquitectónico criado para a área de estudo e que, ainda se encontram por descrever.

A educação foi um dos pilares do sistema político vigente na época, facto que justificou a criação de mais duas escolas, uma no núcleo das Faias e a outra nas Figueiras, que apesar de terem sido realizadas com base no mesmo projecto apresentam um enquadramento relativamente diferente no que diz respeito ao conjunto.

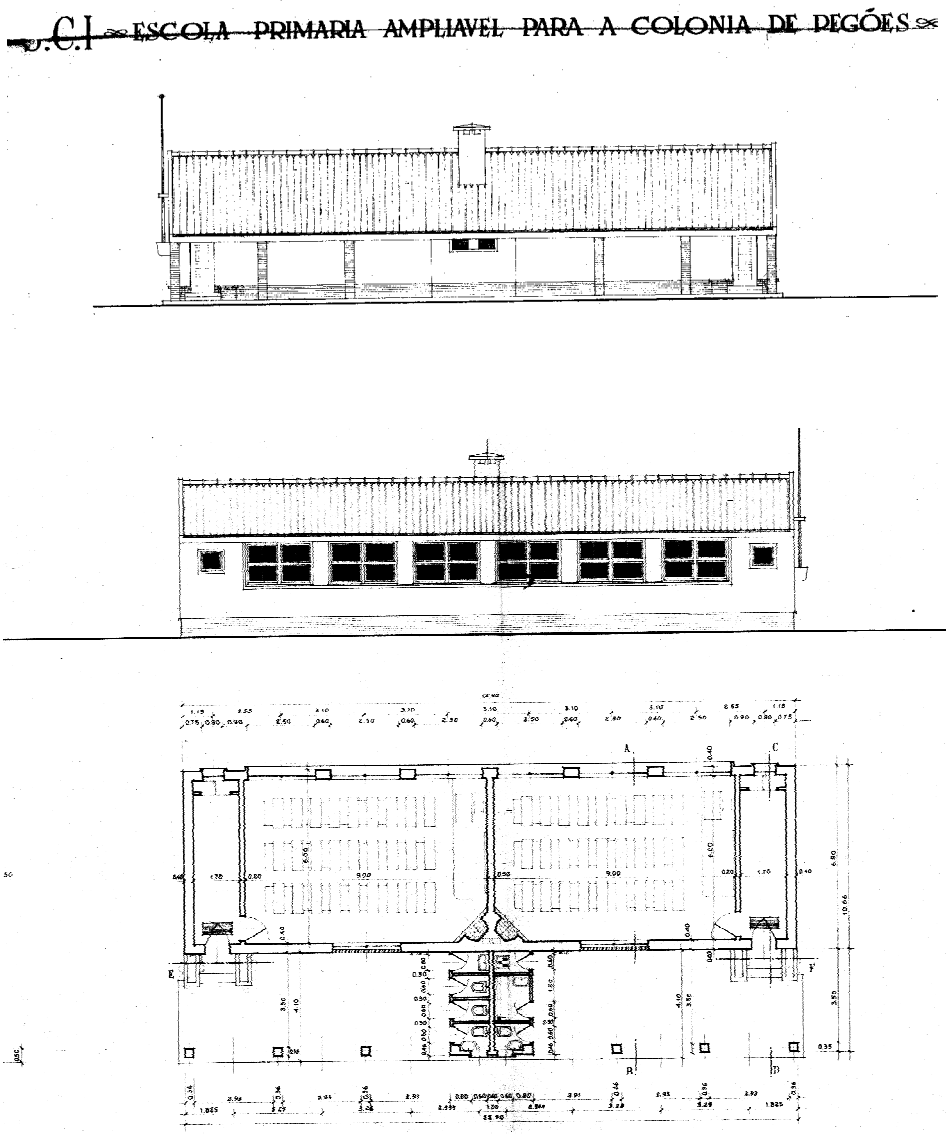


Fig. 38

Projecto das Escolas Primárias dos núcleos das Faias e Figueiras

Alçado principal e Planta de fundações

Fig. 39

Projecto das Escolas Primárias dos núcleos das Faias e Figueiras

Alçado posterior principal e Planta cotada

Fonte: Memória descritiva das escolas, projecto da JCI, 1952.

Escala: Gráfica

A escola das Figueiras foi construída no arruamento que colmata de forma perpendicular todos os acessos às habitações, fazendo com que as maiores fachadas mais importantes estejam voltadas a Sul para a área habitacional e a Norte para os campos de cultivo.



Fig. 40-

Planta de Localização da Escola do núcleo das Figueiras

Fonte: o Autor, 2010

Legenda:

área edificada

19- Escola Primária das Figueiras



Fig. 41

Escola Primária das Figueiras

Alçado principal

Fonte: o autor, Abril de 2010

No núcleo das Faias o edifício escolar apresenta um enquadramento diferente em relação ao conjunto visto que faz fronteira com uma importante via de comunicação, a estrada nacional Nº 4, que já nos primórdios do colonato se mostrava como um importante meio de comunicação. A forma como este edifício foi implantado acabou por transformá-lo, colocando-o de forma mais discreta no enquadramento do conjunto ao contrário da Escola das Figueiras que acabou por ser o elemento que colmata as vias.



Fig. 42

Escola Primária das Faias

Alçado principal

Fonte: o autor,

Abril de 2010

Estes edifícios foram, como era prática da época, criados de forma a separar o sexo feminino do masculino, sendo que este feito foi conseguido através de uma estrutura única que agrega de forma simétrica todas as necessidades inerentes ao ensino, diferenciando-se das escolas do núcleo de Pegões Velhos onde foram construídas estruturas totalmente independentes, criando uma separação claramente demarcada. Esta simetria, possibilitou não só uma separação entre os sexos, mas também idealizou uma possível ampliação com base no projecto inicial.

O único elemento de cariz social criado para o núcleo das Figueiras foi a escola primária anteriormente descrita, facto que acabaria por criar uma dependência deste núcleo em relação aos outros dois e que é justificável pela proximidade que o mesmo apresenta em relação a Pegões Velhos e consequentemente às suas mais-valias.

No caso do núcleo das Faias verificou-se uma tentativa de fundar um centro social que o tornasse auto-suficiente, no entanto e apesar desse projecto se demonstrar ambicioso, nunca se viria a concretizar por completo, criando apenas alguns elementos passíveis de ser mencionados tais como uma Igreja, um centro social, e uma da cooperativa agrícola. Á excepção da Igreja, todos os outros edifícios foram construídos fora do contexto do projecto idealizado em 1951 (Fig. 51), fazendo com que as vias que foram delineadas para acolher o primeiro projecto acabassem subaproveitadas.

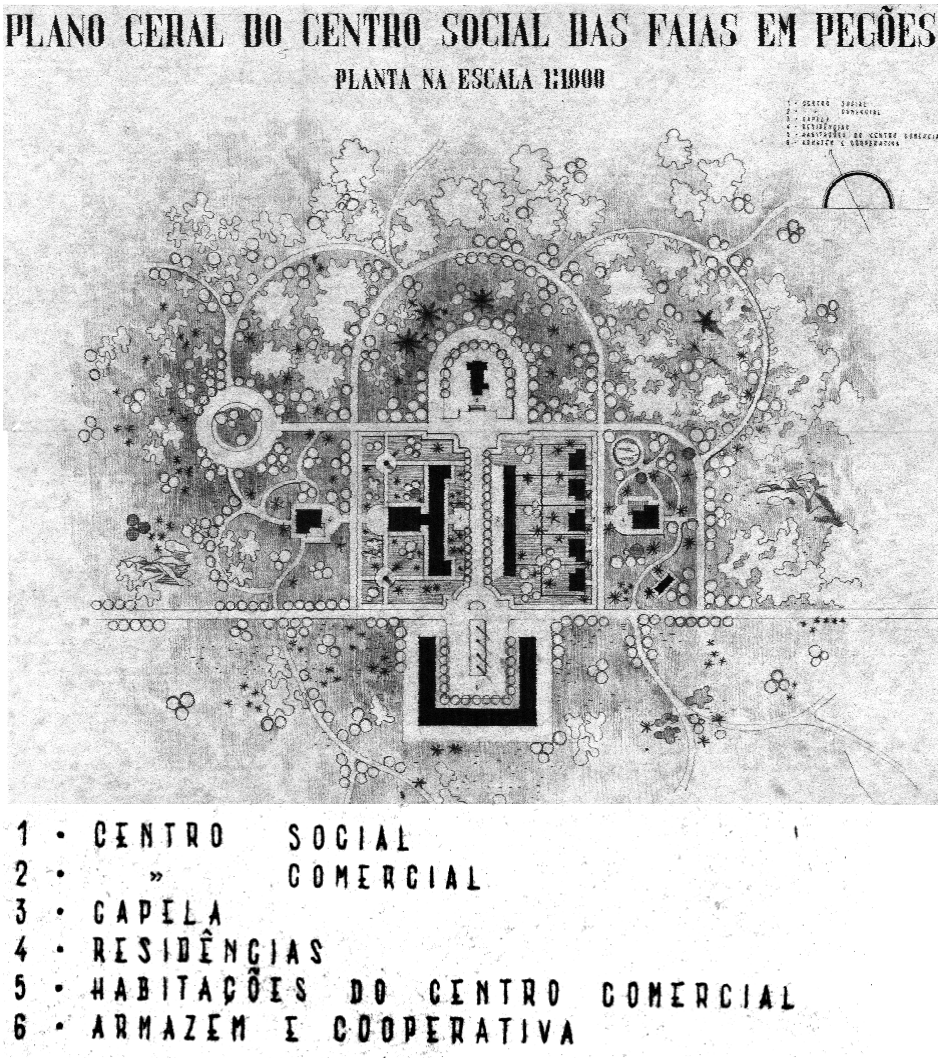
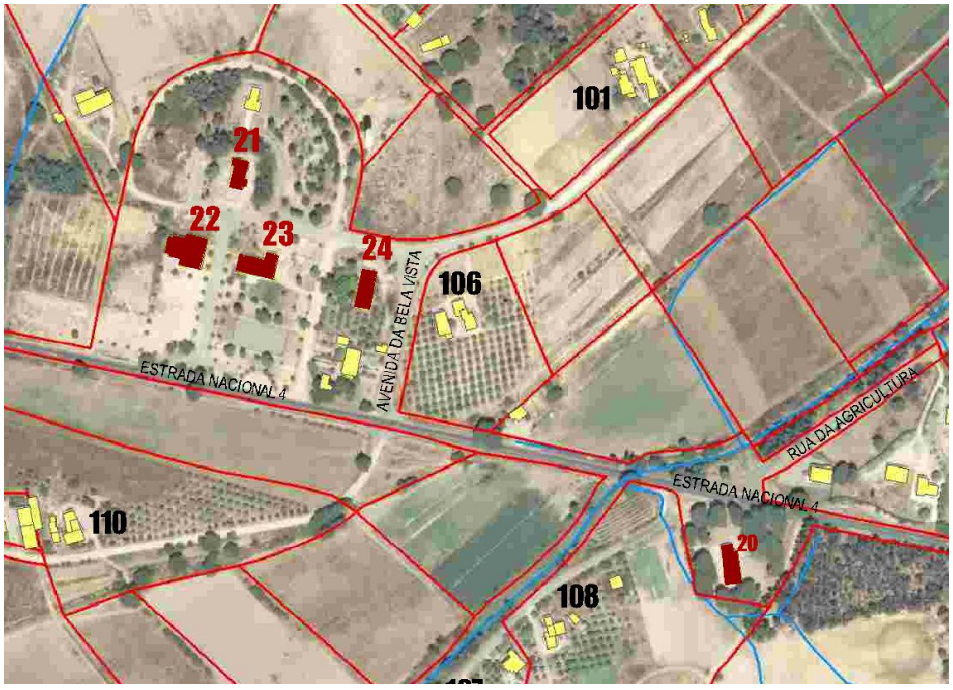


Fig. 43 e 44 -

Projecto do Plano geral do centro social das Faias, Planta de Implantação dos edifícios propostos **(em cima)**

Pormenor, legenda com dos edifícios propostos **(em baixo)**

Fonte: memória descritiva do centro social das Faias, 1951



20- Escola Primária; **21-** Igreja das Faias;
22- Cooperativa agrícola;**23 a 24-** Edifícios de cariz social

Fig. 45-

Planta de Localização do centro Social das Faias e da Escola primária

Fonte: o Autor, 2010

Legenda:

área edificada

99 "casais agrícolas"

20 a24 edifícios

A capela das Faias foi alvo de uma alteração ao projecto inicial por parte da JCI em 1957 , facto que é justificado na memória descritiva da mesma por não se adaptar da forma mais correcta às necessidades que lhe eram impostas, não sendo também proporcional em termos de conjunto, factores que depois da intervenção da J.C.I. obteriam uma clara resolução.

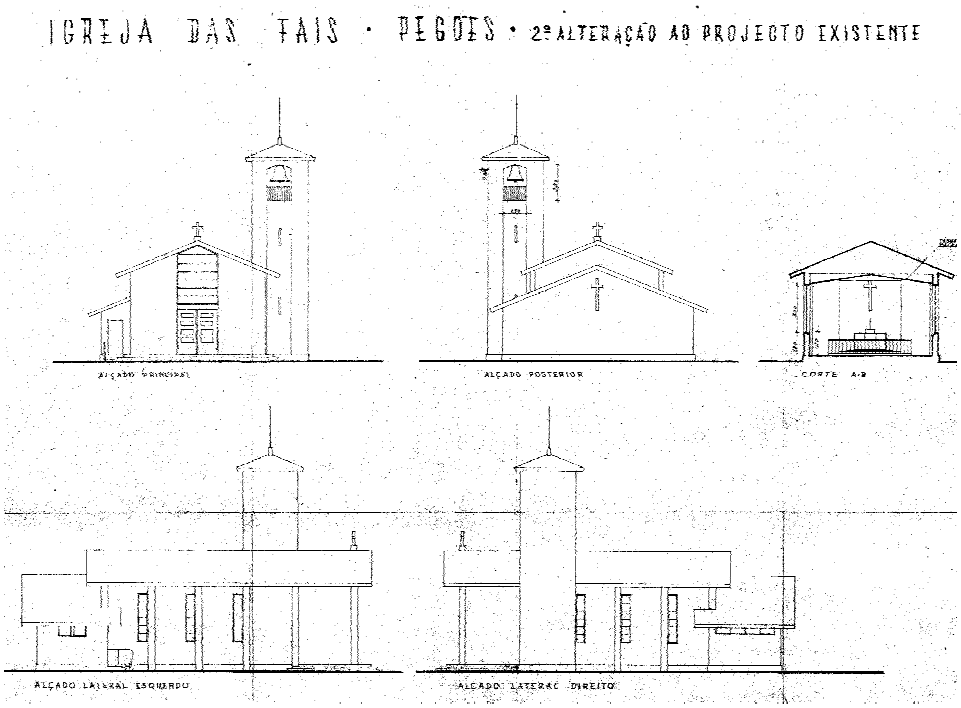


Fig. 46-

Igreja das Faias

2ª Alteração ao projecto existente

Alçado principal

Fonte: memória descritiva da Igreja das Faias, 1957

Escala: Gráfica

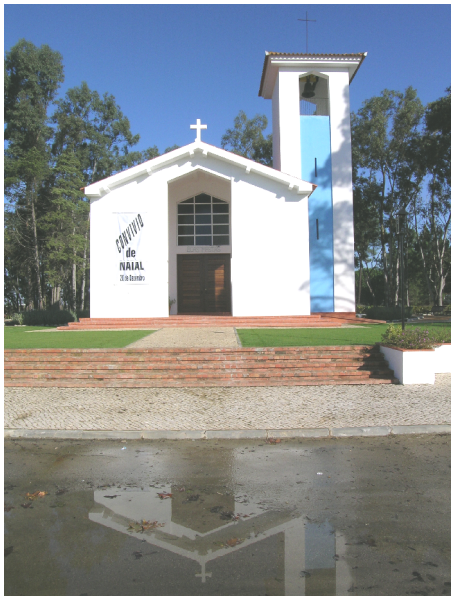




Fig. 47 e 48

Igreja das Faias depois das remodelações efectuadas em 2009/10

Alçado principal **(esquerda)** Pormenor da entrada secundária **(direita)**

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig.49-

Igreja das Faias depois das remodelações efectuadas em 2009/10

Vista lateral direita

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

Os edifícios ligados ao apoio social demonstram uma linguagem formal muito idêntica aos do núcleo de Pegões, reafirmando as suas raízes de ligação ao regime salazarista, que via na arquitectura uma forma de retratar e de exaltar o poder do Estado.



Fig. 50 –

Edifício de apoio social das Faias

Alçado principal

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 51 –

Edifício de apoio social das Faias

Alçado principal

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 52-

Cooperativa agrícola

Alçado principal

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010

O núcleo de Pegões Velhos, como foi referido anteriormente, adquiriu uma importância mais relevante, não só pela sua dimensão como pelas instalações que nele foram reunidas. Apesar da tentativa de auto-suficiência de cada núcleo, esse feito não foi alcançado, tal facto deveu-se essencialmente à inexistência de condições físicas suficientes, fazendo com que cada colono sentisse necessidade de se dirigir ao núcleo de Pegões Velhos a quando da resolução de problemas mais complexos.

Devido ao carácter dos edifícios, existiram duas áreas que se tornaram em pequenos centros de concentração social, nomeadamente, a área envolvente da igreja de Santo Isidro e a área que engloba a sede da Freguesia e o centro médico-social. Os edifícios que povoam esta última área não adquiriram uma relevância arquitectónica muito significativa, pois, como já foi referido anteriormente, foram de encontro aos cânones exigidos pelo Estado Novo não se demarcando pela forma mas sim pela função que acabaria por lhes conferir uma importância socioeconómica sem precedentes. Por estas e outras razões importa enumerar os elementos que compõem este conjunto, de forma a demonstrar que todo este projecto só fez sentido pelo seu enquadramento global único criado através de um grupo bem estruturado de edifícios que serviram uma população com necessidades muito próprias.

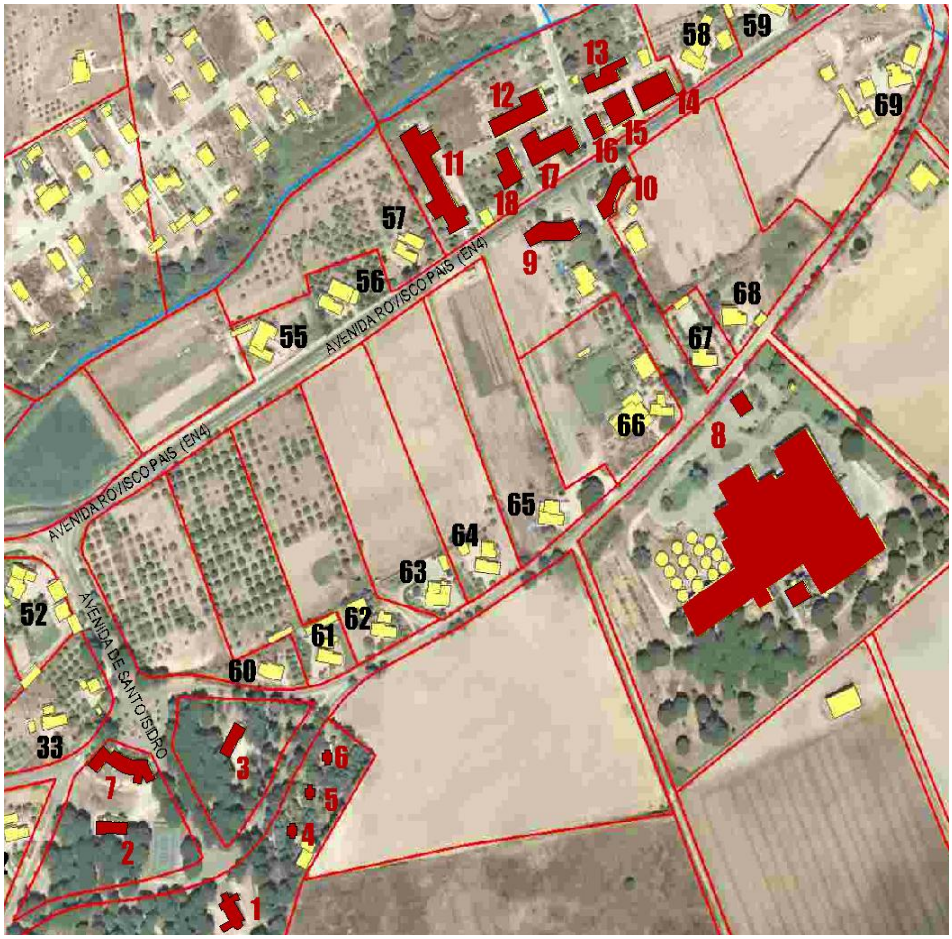


Fig. 53-

Planta de Localização dos edifícios de cariz social do núcleo de Pegões

Fonte: o Autor 2010

Legenda:

área edificada

99 "casais agrícolas"

1 a 18 edifícios de cariz social

1-Igreja de Santo Isidro; **2 e 3**-Escolas Primárias; **4 a 6-** Edifícios habitacionais ,"Parabólicas" ; **7-** Cooperativa de consumo; **8-** Adega cooperativa; **9 e 10-** Edifícios de cariz social; **11-** Ovil comunitário; **12-** Armazém de máquinas agrícolas;**13**- Habitação ; **14**- Armazéns da Adega cooperativa; **15-** Armazéns da companhia eléctrica; **16-** Habitação; **17**- Pousada da J.C.I e Junta de Freguesia; **18-** Habitação

O elemento assinalado com o número 7 na Fig. 53, foi realizado no intuito de albergar três áreas destinadas ao comércio, nomeadamente, um talho, uma mercearia e uma padaria. O último estabelecimento mencionado, nunca viria a exercer a função para que fora projectado, passando precocemente a ser utilizado como posto de correios, função com a qual permanece até aos dias de hoje.



Fig. 54-

Cooperativa de consumo de Pegões Velhos

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010

A adega cooperativa encontra-se assinalada na fig. 61, com o número 8 no entanto as dimensões de implantação com que se apresenta na actualidade não são idênticas às originais, visto que, este edifício se expandiu ao longo dos anos e actualmente ainda se encontra em estado de renovação.



Fig. 55-

Adega cooperativa de Pegões (nº 8 da fig. 53)

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010

Este grupo de edifícios, adquiriu um carácter marcadamente funcional, daí a simplicidade com que surge na paisagem através de uma organização extremamente cuidada e coesa.

A rua que é colmatada superiormente pela Adega Cooperativa de Pegões e que é perpendicular à Av. Rovisco Pais, é ao mesmo tempo o eixo de simetria entre os dois edifícios de apoio social que acolheram o centro de saúde e o centro de aprendizagem, este último recebia as crianças e adolescentes do sexo feminino que apesar de frequentarem a escola acabavam em grande parte por abandoná-la em tenra idade e eram incentivadas a aprender os ofícios intrinsecamente ligados ao cuidado do lar.







Fig. 56 a 58-

Vista para a R. Engenheiro Pereira Caldas **(cima)**

Ao fundo pode ver-se a adega cooperativa de Pegões.

Centro de Saúde (nº 10 da fig. 53) **(esquerda)**

Centro de aprendizagem (nº9 da fig.53) **(direita)**

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010

Na área anteriormente descrita foi erigida a maior parte dos edifícios técnicos e de alojamento para os engenheiros da J.C.I. e consequentemente de apoio aos colonos.

O edifício demarcado na fig. 61 com o número 17, era composto por três áreas distintas. Ao centro foi colocada a sede da Freguesia e os extremos funcionavam como habitação para os elementos da J.C.I. sendo, que o extremo esquerdo, funcionou durante as primeiras décadas como pousada para as entidades mais importantes que visitavam o colonato.



Fig. 59-

Sede da Freguesia de Santo Isidro de Pegões

(nº 17 da fig. 53)

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010



Fig. 60-

Conjunto de edifícios de cariz social

(nº 14 a 17 da fig.53)

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010



Fig. 61-

Pousada da J.C.I.
Vista lateral esquerda

(nº 17 da fig. 53)

Alçado principal

Fonte: o autor, 2010

Para analisar estes edifícios de uma forma correcta não se pode esquecer a época em que foram construídos, apesar da primeira impressão que os elementos habitacionais de cariz social deixam

transparecer de unidade, na realidade cada bloco era dividido em três habitações distintas que possibilitavam o alojamento no mesmo edifício, a título de exemplo, dos engenheiros com as respectivas famílias e da médica.







Fig. 63 e 64-

Habitações destinadas aos elementos da J.C.I
(nº 18 da fig. 53)

Fonte: o autor, 2010



Fig. 65 -

Habitação destinada ao responsável pelo gado, ao responsável pela companhia da luz e para um elemento da sede da freguesia
(nº 18 da fig. 53)



Fig. 66-

Ovil e Armazéns da companhia eléctrica e da adega cooperativa

(nº 14 e 15 da fig. 53)

Fonte: o autor, 2010



Fig. 67-

Armazéns das máquinas agrícolas de grande porte

(nº 12 da fig. 53)

Fonte: o autor, 2010



Fig. 68-

Edifício de apoio aos agricultores

(nº 13 da fig. 53)

Fonte: o autor, 2010

Todos estes edifícios adoptaram diferentes funções na área do apoio técnico e social aos colonos, no entanto nunca teriam funcionado se tivessem sido encarados de forma individual. Assim, pode afirmar-se que foi criado um ciclo de dependências no qual cada pequeno elemento fez toda a diferença.

Os edifícios de apoio mencionados anteriormente, formaram o núcleo social desta comunidade, o que torna imperativo o estudo minucioso dos mesmos.

4.2.2.3. Os Casais

"A problemática inerente à tipologia habitacional na ruralidade, encontrou um amplo espaço para a experimentação através dos trabalhos empreendidos pela Junta de Colonização Interna e não apenas em Pegões. Constata-se que os ensaios de colónias agrícolas noutros pontos do país, tais como no Barroso em Trás-os-Montes e na Boalhosa no Minho, foram igualmente um notável campo de experimentação dentro da realidade específica dos lugares onde se implantavam, absorvendo e vertendo criticamente, à semelhança de Pegões, as características vernáculas específicas dessas zonas em particular"[25]

Visando a concretização de um programa muito vasto de objectivos, foram criadas habitações económicas e de cariz marcadamente agrícola que acabariam por adquirir a nomenclatura de "casal" que derivou directamente das regras impingidas pela J.C.I. para a ocupação destes edifícios pelos colonos. Era mencionado claramente que os pretendentes a estas habitações teriam de ser obrigatoriamente casados, formando assim um casal.

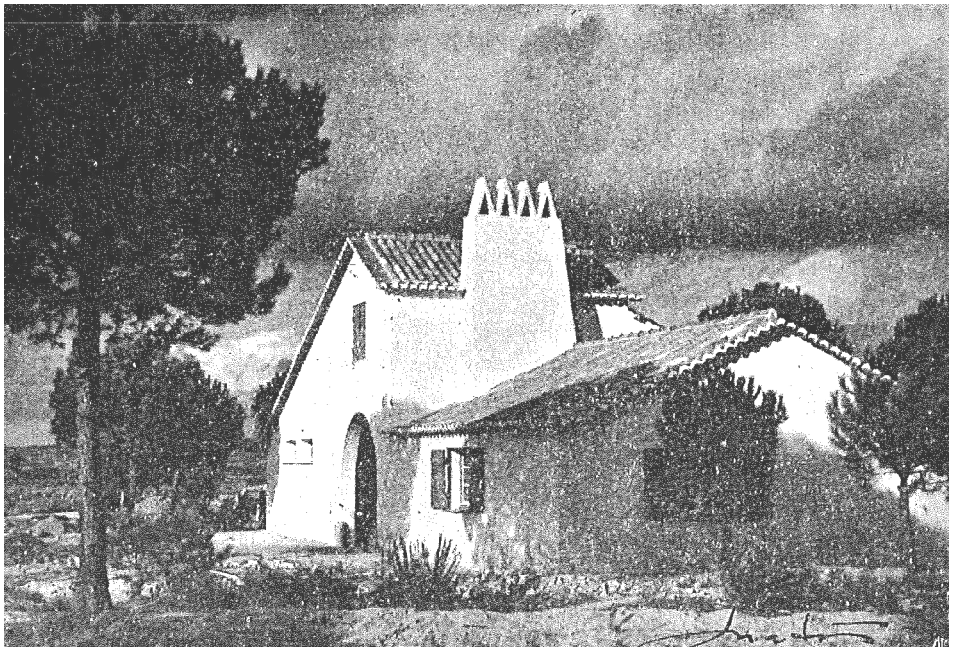


Fig. 69-

"Casal agrícola" do núcleo de Pegões Velhos

Fonte:

VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural,* D.G.S.U.; Coimbra 1960

25- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p97

Para cada um dos três núcleos do colonato foi criado um "projecto tipo" de habitação unifamiliar realizados pelos arquitectos Henrique Albino e António José de Oliveira Trigo. Estas habitações assumiram um cariz marcadamente *"regionalista e ruralizante*[26], facto que se deveu essencialmente às regras impostas pelo Estado para esta área, e que na época se assumiam de carácter conservador e anti-modernista aproveitando as premissas arquitectónicas do Arquitecto Raul Lino para definir através delas um nacionalismo desmedido que acabaria por retratar a arquitectura da casa portuguesa[27].



Fig. 70-

Casa – Museu dos Patudos, edifício da autoria de Raul Lino, construído no inicio do séc. XX

Fonte: http://pacodearcos.blogs.sapo.pt; Abril, 2010

Os *"casais agrícolas"* surgem por entre a paisagem povoando a natureza de forma única. A cada família de colonos foi cedido um "casal" que pela dimensão do terreno onde se implantou acabaria por dar origem a um povoamento relativamente disperso mas organizado. A implantação dos casais foi realizada com recurso a um alinhamento muito próprio e que acabaria por ser efectuado de forma a ocupar apenas um dos lados das vias estruturantes (excepto no arruamento central do núcleo das Figueiras) fazendo com que os terrenos em frente das habitações se destinassem a áreas cultiváveis, criando uma paisagem inconfundível.

[26]- Lino, Raul, (1933); **Casas Portuguesas, Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples**, Lisboa, , Edição Valentim de Carvalho

[27]- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

Estes edifícios apresentam algumas semelhanças com as construções alentejanas, ou o *"monte alentejano"*[28], nomeadamente os materiais, a cor, a simplicidade volumétrica, onde a planta térrea se desenvolve segundo uma planta essencialmente rectangular, exibindo para além das áreas habitacionais, zonas de arrumos e instalações para os animais tais como o celeiro e as pocilgas. Outra das características que permite comparar estas construções com o "*monte alentejano*", é a existência de contrafortes no projecto inicial realizado para o núcleo das Faias, do qual apenas resultaria um exemplo, pressupondo-se que a construção destes elementos teria sido abandonada por questões monetárias e pela sua irrelevância estrutural.

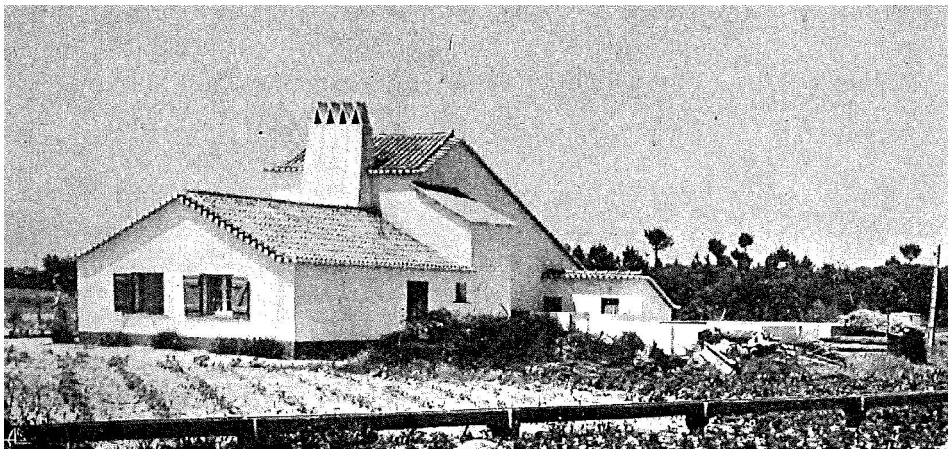


Fig. 71- "Casal agrícola" do núcleo de Pegões Velhos Fonte: VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata - Problemas Actuais da Pequena *Habitação Rural,* D.G.S.U. Coimbra 1960

"*A disposição num único piso torna menos penoso o intenso trabalho doméstico e permite uma ampliação mais fácil das diversas partes da habitação, o que tem importância sobretudo quando se trata de pequenas explorações"*[29], os anexos agrícolas assim como os armazéns e os abrigos dos animais, foram construídos de forma a não interferir com as funções habitacionais. *"A habitação é a peça fundamental e todo o resto pode considerar-se, do ponto de vista*

[28] -"O monte alentejano é uma construção térrea de planta rectangular de grandes dimensões, Possui vários quartos dispensa e arrumações, amassaria e uma sala de fora ligada à cozinha. O forno exterior é geralmente coberto por um alpendre ou é uma pequena construção cilíndrica. Completavam este tipo de construção várias dependências: celeiro, queijaria, cavalariça, cocheira, … o pavimento era de terra ou ladrilho…os materiais são alvenaria taipa e tijolo, reforçadas com contrafortes. Telhado duas águas" (retirado de Moutinho, Mário , Arquitectura popular portuguesa imprensa universitária editorial estampa, , 2ed 1979 lisboa)

[29]-VASCO, Lobo; ANTUNES, Alfredo da Mata; (1960); ***Problemas Actuaias da Pequena Habitação Rural,*** D.G.S.U. Coimbra , pág. 53

construtivo, sua extensão e como tal deve ser medido e projectado"[29]. Durante muito tempo os edifícios destinados à habitação e anexos agrícolas estiveram demasiado próximos ou até fundidos, no entanto a tomada de consciência para com os malefícios de tal facto fizeram com que a arquitectura se modelasse ao desejo de uma divisão entre essas funções. No caso em estudo, a fronteira entre estes elementos foi muito ténue e demarcada na fase de projecto.

No que diz respeito à orientação solar, esta foi a mais cuidada possível, tentando sempre colocar os compartimentos de menor permanência virados a Norte, no entanto em alguns casos esse facto acabaria por ser um pouco descurado quando os projectos principais davam origem ao simétrico do mesmo, não podendo como é lógico continuar a gerir-se pelos mesmos princípios de iluminação natural.

Todos os colonos tiveram de reger-se, como já foi referido anteriormente, pelas normas impostas pela J.C.I., este facto patenteou-se nas vivências e reflectiu-se nas construções, assistindo-se assim a uma normalização que representou ao mesmo tempo uma efectiva economia na construção. Assim sendo, todos os "casais", independentemente do núcleo em que foram edificados possuíam algumas características que os harmonizavam, tais como os materiais estruturantes, os revestimentos e coberturas dos edifícios.

O sistema construtivo utilizado em todas as habitações é assinalado como do *"tipo corrente"* [30] , o que neste caso, correspondeu à aplicação de paredes portantes, construídas com blocos de betão pré-fabricados.

O casal e respectivos anexos foram completamente caiados de branco e os caixilhos exteriores e os aros das portas pintados a óleo verde azulado. No entanto por se tratarem de vários casais era dada a possibilidade de variar a cor das portas interiores entre *"(…) azul claro, verde claro, amarelo gema d`ovo claro, etc., em concordância com as determinações da fiscalização."*[30]Todas as habitações foram caiadas a três demãos o que lhes conferia um carácter ainda méis homogéneo.

Também os pavimentos foram utilizados de forma

_____

_[30]- Extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949

homogeneizada, sendo que as áreas habitáveis foram revestidas a "*tijolo batido, e o palheiro e armazém, de soalho à portuguesa (…) a carpintaria de limpos será em pinho nacional, de corte em época própria e sem defeitos, sendo defendida com pintura a óleo*"[30]

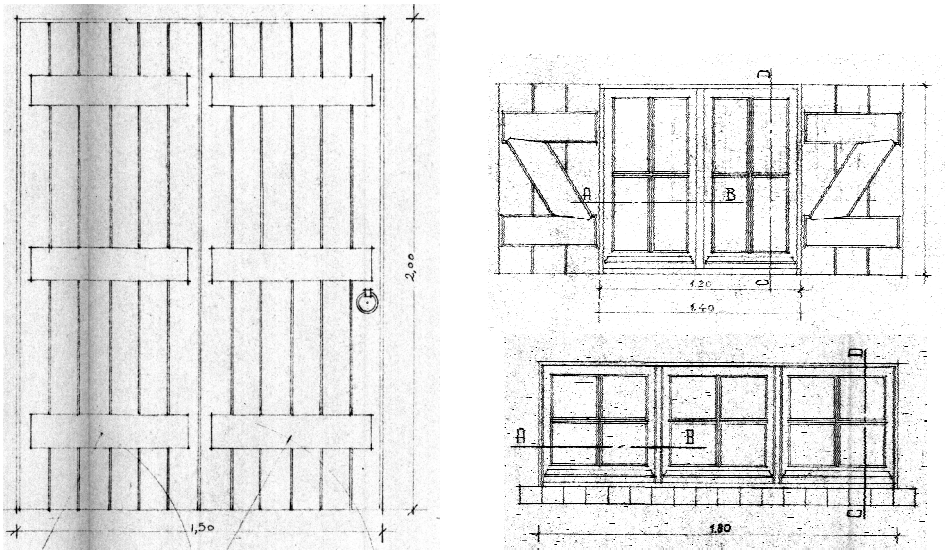


Fig. 72-

Pormenores da carpintaria do "projecto tipo" adoptado para o núcleo das Figueiras

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Apesar destes edifícios se terem regido pelas premissas defendidas pelo Estado para as casas rurais, existiu um "*desprendimento parcial à problemática habitacional dita portuguesa*" [57] que inferiu aos "casais", *"um valor acrescentado que muito provavelmente não era totalmente desejável aquando do projecto, mas que hoje pela sua simplicidade morfológica dentro de uma linguagem regionalista, são objecto de reconhecido valor patrimonial e de enorme homogeneidade imagética, notáveis pelo seu interesse histórico, social, técnico, e igualmente suficientemente coesos pela sua unidade e integração na paisagem."*[31]

Os núcleos das Faias, Figueiras e Pegões Velhos, apesar terem sido erguidos segundo a mesma base teórica, adquiriram leituras distintas, tanto ao nível do ordenamento territorial como da arquitectura. Este facto deveu-se não só ao local onde as mesmas se desenvolveram como também ao modelo habitacional que lhes coube. Por estas razões é pertinente dividir a análise dos casais pelos três núcleos de forma a compreender as suas características de uma forma mais aprofundada e coerente.

[31]- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri

É ainda de mencionar, que para além dos "casais" terem sido numerados, também lhes foi dado um nome, que é pertinentemente assinalado ao longo deste documento, e que pelo interesse que o tema tem despertado, até mesmo em alguns habitantes que afirmaram desconhecer esse facto, surgem, a título de curiosidade, na tabela 2, que infelizmente ainda se encontra incompleta. Os nomes foram agrupados de forma mais ou menos criteriosa, sendo que existem algumas excepções à regra que surgem no meio dos grupos, os temas principais foram nomes de animais, árvores, flores, santos ou virtudes, que eram pontuados por nomes dos próprios proprietários ou elementos diferenciadores. Ao longo da elaboração desta dissertação, foi ainda realizada uma pesquisa junto da população, que para além de aumentar o número de nomes conhecidos e documentados e comprovou que existem nomes que se repetem nos três núcleos como se pode comprovar em seguida.

N.º	Núcleo de Pegões Nome
1	Pegos Claros
2	Tojo
3	Vitorioso
4	São João
5	Giestas
6	Branco
7	São Pedro
8	Fortuna
9	
10	Santo António
11	Virtude
12	dos Anjos
13	Nossa Senhora de Fátima
14	São José
15	Felicidade
16	Fé

N.º	Núcleo de Pegões Nome
17	Canto
18	Alegria
19	Boa Hora
20	Roseira
21	Floresta
22	
23	Ventura
24	Alegre
25	de Santo Isidro
26	
27	
28	Joaquina
29	Boa Fé
30	Ribatejo
31	Esperança
32	Pinheirinhos
33	

Tabela 2 e 3 – Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo de Pegões; (incompleta)

Fonte: Autor, 2010

N.º	Núcleo de Pegões Nome
34	das Heras
35	Ribeira
36	Viveiros
37	Nossa Srª da Conceição
38	da Paz
39	Primavera
40	Passarinhos
41	casal da Igreja
42	
43	
44	Freixos
45	Paraíso
46	Chiquito
47	Roseiral
48	Vencedor
49	Marmeleiro
50	Ameixeiras
51	
52	Pontão
53	
54	dos Pombinhos
55	da Luz
56	
57	
58	Várzea
59	Choupal
60	Santa Susana
61	Andorinha
62	Baixa das Andorinhas
63	Fetos
64	Sargacinho
65	Limoeiro
66	Azenha

N.º	Núcleo de Pegões Nome
67	Mãe de Água
68	Prosperidade
69	Laranjeiras
70	do Futuro
71	
72	Nossa Srª do Rosário
73	das Antas
74	do Forno
75	
76	da Fonte
77	
78	Rosmaninho
79	
80	
81	Azinheira
82	Ventoso
83	
84	
85	
86	Pereira
87	Eira

200	Acácia
201	
202	Mariposa
203	Joaninha
204	Concha
205	
206	
207	do Lago

Tabela 4 e 5 –

Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo de Pegões;

(incompleta)

Fonte: Autor, 2010

N.º	Núcleo das Faias Nome
88	da Cruz
89	de Santo António
90	Três Unidos
91	da Vitória
92	do Altinho
93	Ventoso
94	Florido
95	do Futuro
96	do Ouro
97	do Ricardo ou Martinha
98	do Pato
99	de Santa Maria
100	dos Coelhos
101	
102	Bons Vizinhos
103	de Nossa Senhora
104	de Deus
105	Boa Fé
106	da Bela Vista
107	Providência
108	da Paz
109	do Ninho
110	da Fé
111	do Ernesto
112	Branco
113	das Andorinhas
114	do Nascente
115	da Esperança
116	Maravilhoso
117	de S. Francisco

Nº	Núcleo das Faias Nome
118	da Boa Vontade
119	das Canárias
120	das Virtudes
121	de São José
122	
123	da Graça
124	
125	do Meio
126	da Animação
127	
128	da Liberdade
129	
130	
131	da Chaparrinha
132	
133	da Caridade
134	Pardal
135	de Nossa Srª de Fátima
136	das Flores
137	dos Pinheirinhos
138	de São João
139	da Mimosa
140	do Vivas
141	Alentejano
142	Poço
143	da Juventude
144	da Ajuda
145	da Luz
146	Trabalho
147	Girassol
148	da Felicidade
149	da Glória

Tabela 6 e 7 – Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo das Faias;

(incompleta)

Fonte: Autor, 2010

N.º	Núcleo das Figueiras Nome
150	Tojo
151	Andorinha
152	
153	Rolinha
154	Pintarroxo
155	Estorninho
156	Canário
157	
158	Toutinegra
159	Perdiz
160	Gaivota
161	Gavião
162	Pardal
163	Narceja
164	Cotovia
165	Cuco
166	
167	Faisão
168	
169	Abetarda
170	
171	Saudade
172	Rouxinol
173	Margaridas
174	Goivos
175	
176	Junquilho
177	Miosótis
178	Giestas
179	Malmequer

N.º	Núcleo das Figueiras Nome
180	Zínias
181	
182	Sardinheira
183	Casal Lírio
184	
185	Casal Mimosas
186	Casal Madressilva
187	
188	
189	
190	
191	
192	
193	Heras
194	Lilás
195	Trevo
196	Águia
197	Urze
198	
199	Anémona

Tabela 8 e 9 –

Nomes dos "casais " agrícolas, Núcleo das Figueiras

(incompleta)

Fonte: Autor, 2010

4.2.2.3.1. Núcleo de Pegões Velhos

A este núcleo couberam 95 casais agrícolas apoiados, como já foi referido anteriormente, por: uma igreja, duas escolas primárias, três "parabólicas" (residências destinadas ao pároco e aos professores), uma pousada da J.C.I. (onde actualmente funciona a Junta de Freguesia), e edifícios destinados a acolher uma assistente social, um médico e os engenheiros da J.C.I., uma cooperativa agrícola, uma cooperativa de consumo e um centro médico-social, um centro de reprodução animal e um ovil comunitário.

As vias de comunicação foram construídas com base na linha de água existente e que acabaria por se tornar de forma simultânea na condicionante e ao mesmo tempo no pretexto para a colocação das habitações, e para a divisão dos terrenos.



Fig. 73-

Vista da Avenida Rovisco Pais (Estrada Nacional nº 4)

À esquerda podem ver-se os "casais" que correspondem aos números 55 e 56 e à direita os terrenos que pertencem aos números 60 e 61.

Fonte: o autor, 2006

Aos colonos deste núcleo foram atribuídas os maiores terrenos de cultivo, cerca de 20 ha, complementados pelo *" casal*" composto por uma área coberta destinada aos animais com cerca de 67 m^2 e uma área habitacional com 54 m^2, distribuídos por três quartos que instruíam uma separação entre as crianças do sexo feminino e masculino ainda que estes fossem irmãos. Possuía uma retrete equipada com *"(…)bacia turca com bordadura para assentamento de tapete de madeira para banho de chuveiro móvel"*[32] ,não dispunha de água canalizada em abundância por isso apenas era alcançável a partir do alpendre. A maior divisão da casa era designada por *"mesa cozinha"* [32], que se caracterizava pela junção de uma cozinha e de uma sala de pequenas dimensões que permitiam as rápidas refeições tão necessárias aos

[32]- extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949

agricultores aos quais não restava tempo para mais nada que não fosse comer e dormir.

"A entrada da habitação faz-se através do alpendre, que constitui o elemento de ligação a coberto entre a casa e os anexos"[33] agrupando da forma mais económica possível, os elementos necessários à exploração agrícola que se distribuem a partir do alpendre. Do lado esquerdo do edifício foi criado o estábulo com capacidade para acolher 5 bovinos, sendo que na parte posterior do mesmo localizam-se duas pocilgas, com possibilidade de ampliação contemplada no projecto inicial.

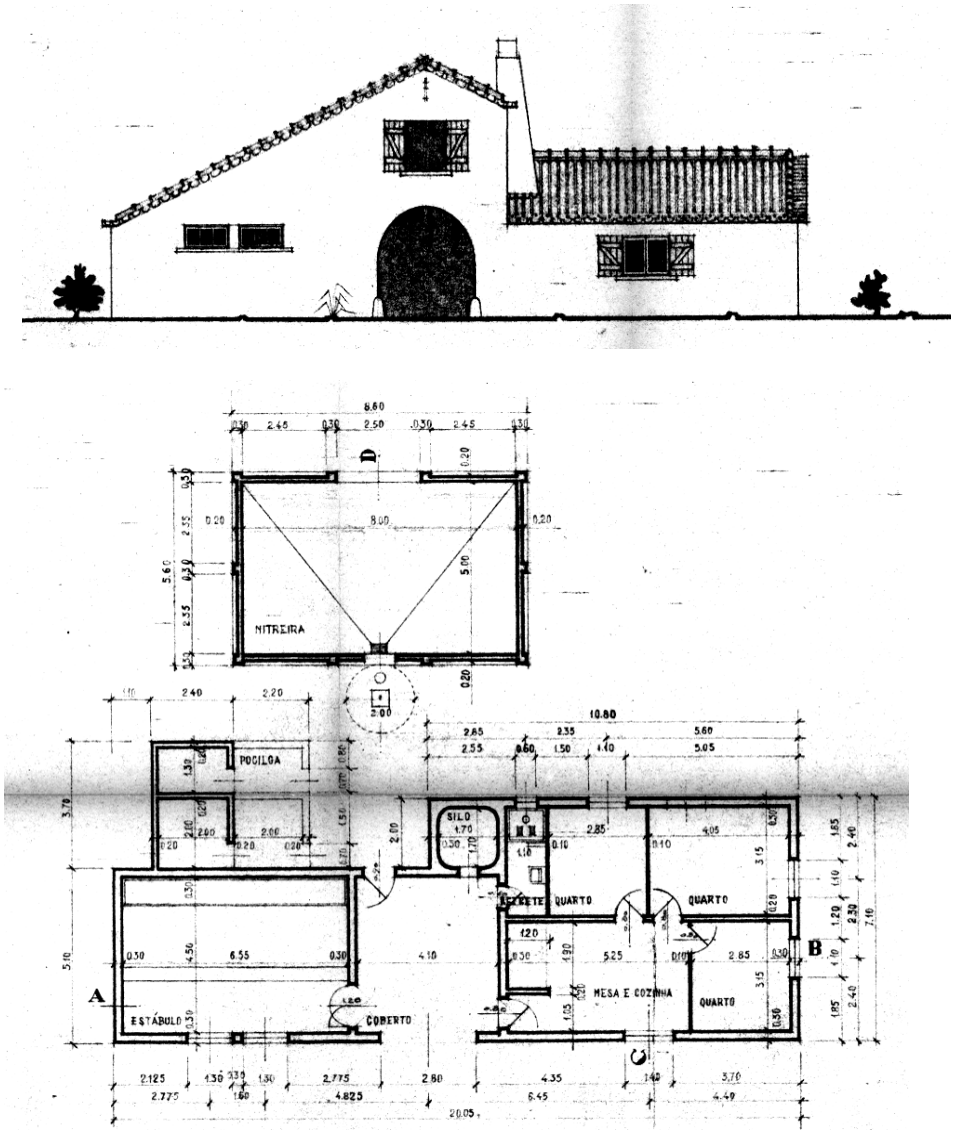


Fig. 74-

Alçado principal e planta do "projecto tipo" adoptado para o núcleo de Pegões Velhos

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Escala: Gráfica

[33] - extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949



Fig. 75-

“Casal da Floresta” nº 21 do núcleo de Pegões Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 76-

“Casal da Floresta” nº 21 do núcleo de Pegões

Vista da posterior na qual se pode ver a pocilga e silo

Fonte:

O autor, 2006

Foi construído um palheiro no piso superior acessível pelo janelão através de uma escada amovível que se sobrepõe ao estábulo e prolonga sobre o alpendre. Na fachada principal foi fixada uma roldana que possibilitava a recolha e armazenamento da palha. No caso deste núcleo o silo destinado ao armazenamento dos cereais que por questões económicas foi associado às paredes da própria habitação e possuía uma cobertura amovível de forma a aproveitar ao máximo toda a sua capacidade.



Fig. 77-

"Casal da Floresta" nº 21 do núcleo de Pegões Pormenor do alpendre e arco mourisco.



Fig. 78-

Casal nº 78, "O Rosmaninho" , pormenor da roldana.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010

A menos de dois metros do "casal" foi construída uma nitreira com 40 m^2 que tinham como função o armazenamento dos nitratos ou estrumes, que por sua vez eram utilizados para a adubação dos terrenos ou cedidos ao Estado visto que na época destas construções os adubos químicos eram demasiado dispendiosos, elevando assim o valor deste elemento de construção relativamente simples, as suas paredes foram elevadas em blocos de cimento e no interior foi criado um declive de 3% em direcção à fossa que lhe fica anexa.

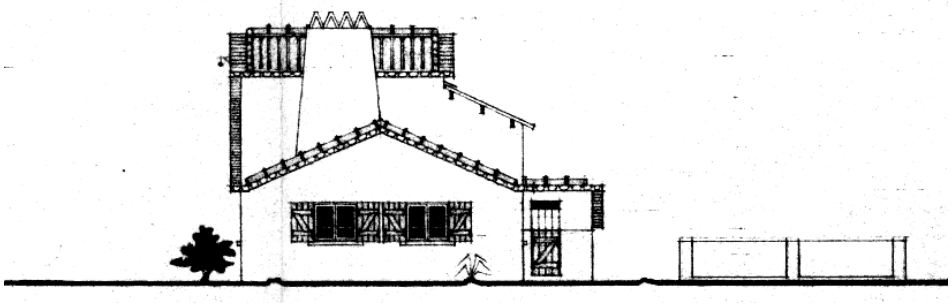


Fig. 79-

"Projecto tipo" adoptado para o núcleo de Pegões Velhos

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Escala: Gráfica

A cobertura foi executada com o recurso à telha tipo "campo"[34] e ao beirado à portuguesa. Apenas o silo foi coberto com chapa de zinco ondulada que foi fixada às madres por meio de grampos e pintada da cor que mais se aproximasse da telha.



Fig. 80-

Casal nº 67,"Mãe de Água"

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

Embora tenha sido o "projecto tipo" anteriormente mencionado o que caracterizou este núcleo, existe um pequeno grupo de edifícios que foi erigido com base no projecto utilizado para os "casais" das Figueiras e que não deve ser nunca desprezado pelo número reduzido de elementos que formam o grupo das Alpenduradas. Este pequeno grupo possui os oito edifícios localizados mais a Norte do colonato adquirindo uma beleza paisagística muito singular pelo seu distanciamento às vias de comunicação principais e proximidade à barragem de Pegões Velhos. Pensa-se que por terem sido os últimos a ser construídos acabariam por adoptar o outro modelo, visto que se encontram numerados do nº 200 a 207.



Fig. 81-

Casal nº 204, "Casal da Concha"

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010

[34]- extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949

4.2.2.3.2 Núcleo de Faias

A este núcleo foram atribuídos 62 *"casais*" agrícolas apoiados, por uma escola, uma igreja e um centro social, este último elemento acabaria por não se concretizar por completo, fazendo com que este núcleo dependesse de Pegões Velhos a quando da resolução de problemas mais complexos.

À semelhança do núcleo anteriormente descrito, todos os "casais" foram distribuídos segundo uma via estruturante cujo traçado dependeu em muito da linha de água existente.

Aos colonos deste núcleo foram atribuídas as menores áreas de cultivo, cerca de 15 ha, complementados por um "casal" com 60 m^2 de área habitacional e 73 m^2, destinados ao apoio à lavoura e aos animais.

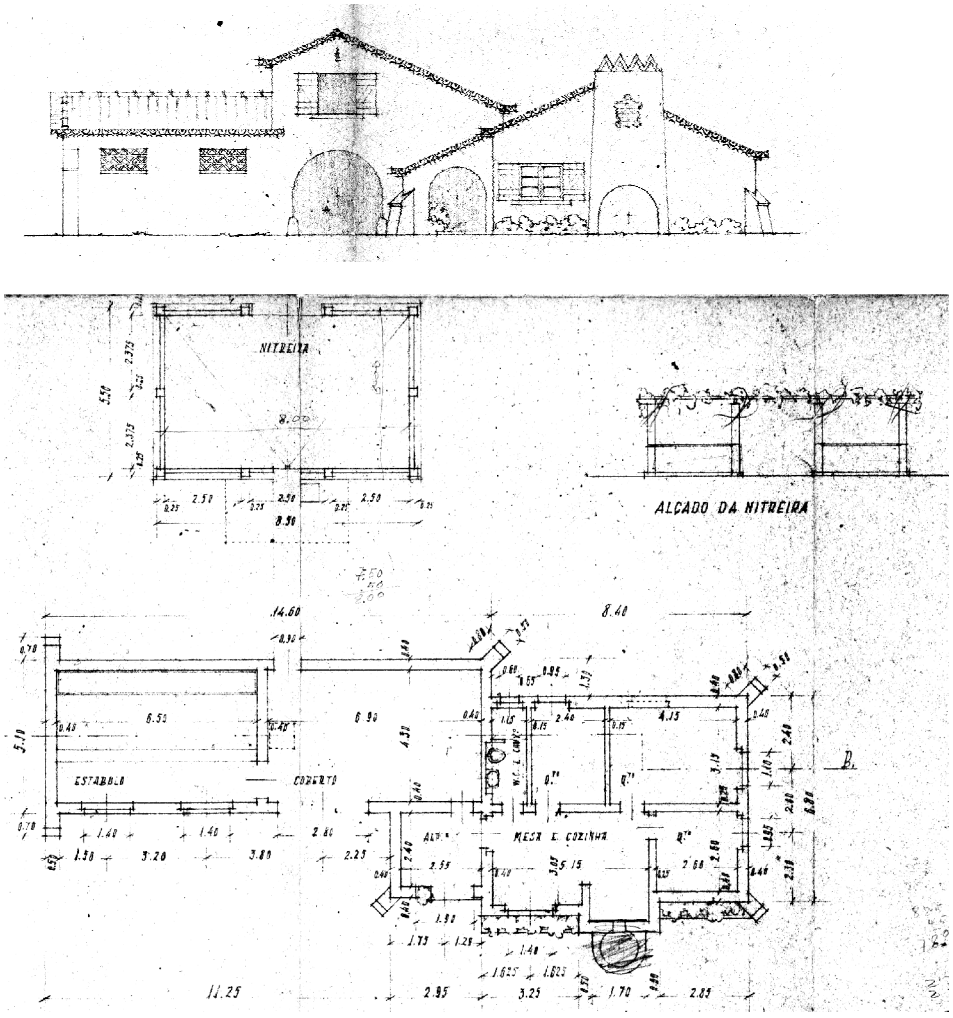


Fig. 82-

Alçado principal e planta do "projecto tipo" adoptado para o núcleo das Faias

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Escala: Gráfica

Apesar de todos os *"casais"* se regerem pelos mesmos ideais foram resolvidos de formas ligeiramente diferentes, neste caso a distribuição das divisões é praticamente idêntica à do núcleo de Pegões Velhos, apresentando alguns aperfeiçoamentos tais como as entradas nitidamente separadas para as áreas destinadas à habitação e à lavoura, sendo que o arco mourisco delimita as duas entradas, o maior dá acesso ao estábulo e o mais pequeno abre-se para um pátio coberto onde se encontram duas portas, uma de acesso directo à "mesa e cozinha" [35] e outra de acesso ao alpendre.

Também neste projecto foram criados três quartos e uma retrete que aqui adquirira características ligeiramente diferentes, estando directamente ligada à área habitacional.



Fig. 83 -

Casal nº 104, *"Casal de Deus"*

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 84-

Casal nº 104, *"Casal de Deus"*

Fonte: Arquitecto Paulo Lima. 2010

[35] - extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949



Fig. 85-

Casal nº 133, *"Casal da Caridade"*

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

A entrada para o estábulo é realizada pelo alpendre que possui a maior área coberta do edifício, esta foi projectada para acolher as alfaias agrícolas e as carroças. O palheiro ocupa a parte superior do estábulo e do alpendre e é acessível através de uma escada amovível através do alçapão ou pelo janelão aberto na fachada principal na qual foi colocada uma roldana que possibilitava o transporte da palha para o armazenamento no palheiro, à semelhança de todos os outros casais.

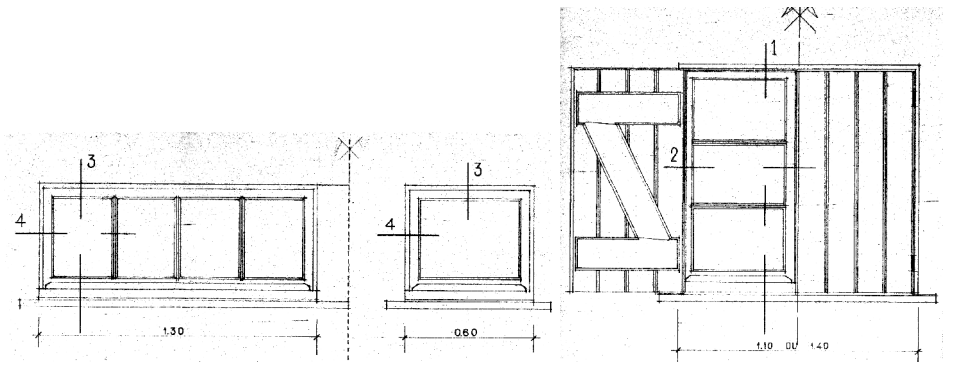


Fig. 86-

Pormenor das Janelas

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Sem escala

Este núcleo não possui pocilgas no projecto inicial e o silo ao contrário do que acontece nos outros núcleos encontra-se distanciado da habitação. A nitreira foi construída regendo-se pelas mesmas regras do núcleo de Pegões Velhos, distanciando-se cerca de cinco metros em relação à habitação, facto que determinou a diferença em termos de higiene e organização deste núcleo.



Fig. 87-

Casal nº 131, *"Casal da Chaparrinha",* vista posterior.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 88-

Casal nº 131, "Casal da Chaparrinha", vista posterior.

Fonte: o Autor, 2009

Existiram alterações ao projecto inicial deste núcleo que podem ser constatadas através da observação do *"casal modelo"*[36] que apresenta alguns elementos únicos, como é o caso dos contrafortes dos quais se pode concluir que por se ter chegado à conclusão de que encareciam a construção e não apresentarem mais-valias relevantes em termos de resistência acabariam por ser retirados do projecto. Também o forno que se pode ver representado na imagem abaixo indicada acabaria por não ser executado em nenhum dos edifícios, não havendo relatos que mencionem a causa de tal decisão.

[36] -Nomenclatura dada às primeiras habitações construídas em cada um dos três núcleos e que serviram como o próprio nome indica de modelo para todas as outras, neste caso esta foi na época uma das habitações mais importantes chegando até mesmo a alojar os engenheiros da J.C.I..

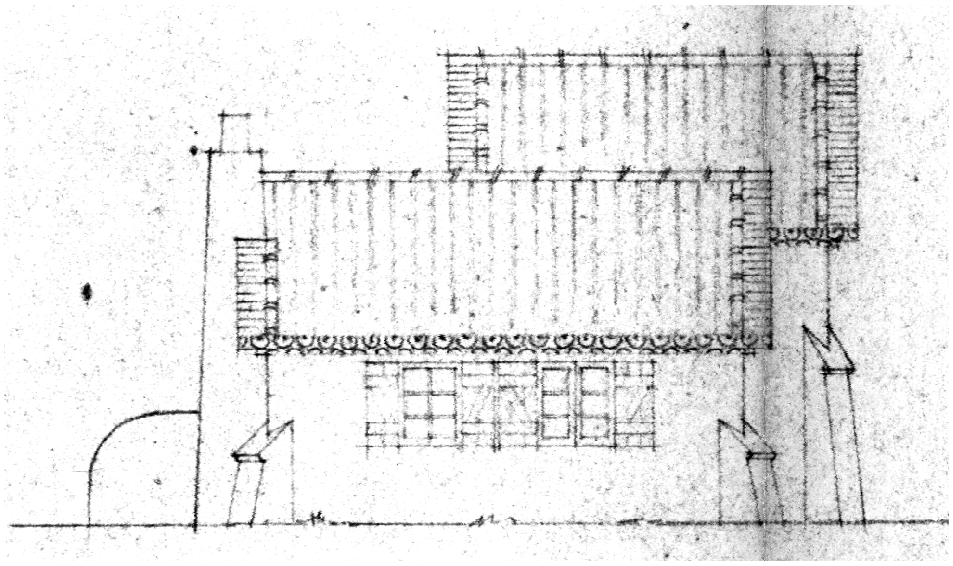


Fig. 89-

"projecto tipo" adoptado para o núcleo das Faias

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

Escala: Gráfica



Fig. 90 -

Casal nº 108, *"Casal da Paz",* casal modelo do núcleo das Faias

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 91-

Casal nº 108, *"Casal da Paz",* casal modelo do núcleo das Faias

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

4.2.2.3.3. Núcleo de Figueiras

O núcleo das Figueiras é o mais pequeno possuindo apenas 50 “casais” com 66 m^2 de área útil e 62 m2 destinados ao apoio à lavoura e aos animais e um elemento de apoio social e educativo, fisicamente representado pela escola que se destinava ao ensino primário.

Este núcleo adquiriu um carácter marcadamente experimental no que diz respeito ao ordenamento do território. Os “casais” foram distribuídos ao longo de três vias paralelas que culminam numa quarta perpendicular às anteriores onde se localiza a escola primária. O traçado destas vias é em muito diferente das anteriormente referidas pois nada tiveram que as ligasse a um traçado natural, muito pelo contrário, para possibilitar a sua criação tiveram de ser exercidos alguns movimentos de terra de forma a planar e desbravar uma área coberta por figueiras e terrenos alagadiços. Este núcleo foi o mais abrangido por obras de hidráulica que criaram condições para o cultivo e possibilitaram uma organização habitacional regida por uma malha rectangular. Por estas razões também os casais foram ligeiramente alterados surgindo de forma simétrica e abdicando por vezes da vista privilegiada para os campos agrícolas.

Neste projecto a distinção entre a área habitacional e os anexos agrícolas é mencionada logo na parte inicial da memória descritiva como elemento fundamental para o bem funcionamento do edifício, o que tornou este “casal” diferente em termos de organização visto que não existe uma ligação directa entre as duas tipologias de ocupação.

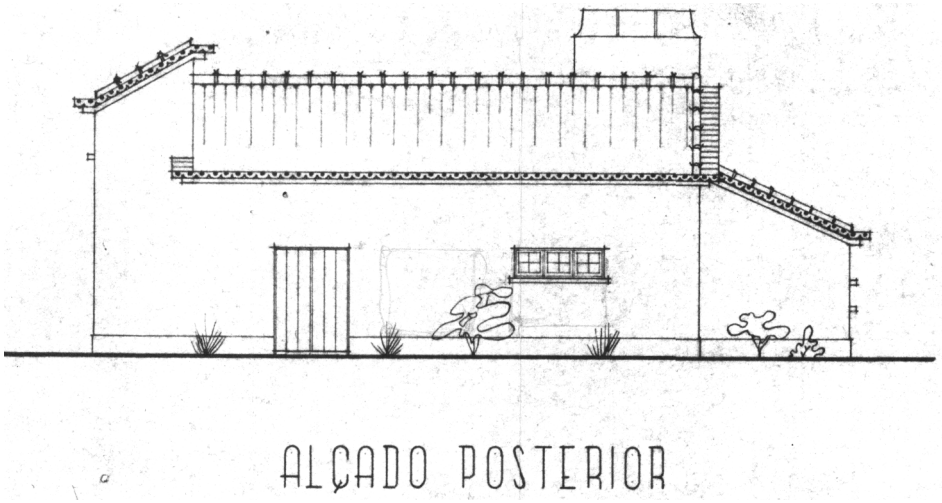


Fig. 92-

Alçado Posterior do “projecto tipo” adoptado para o núcleo das Figueiras

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

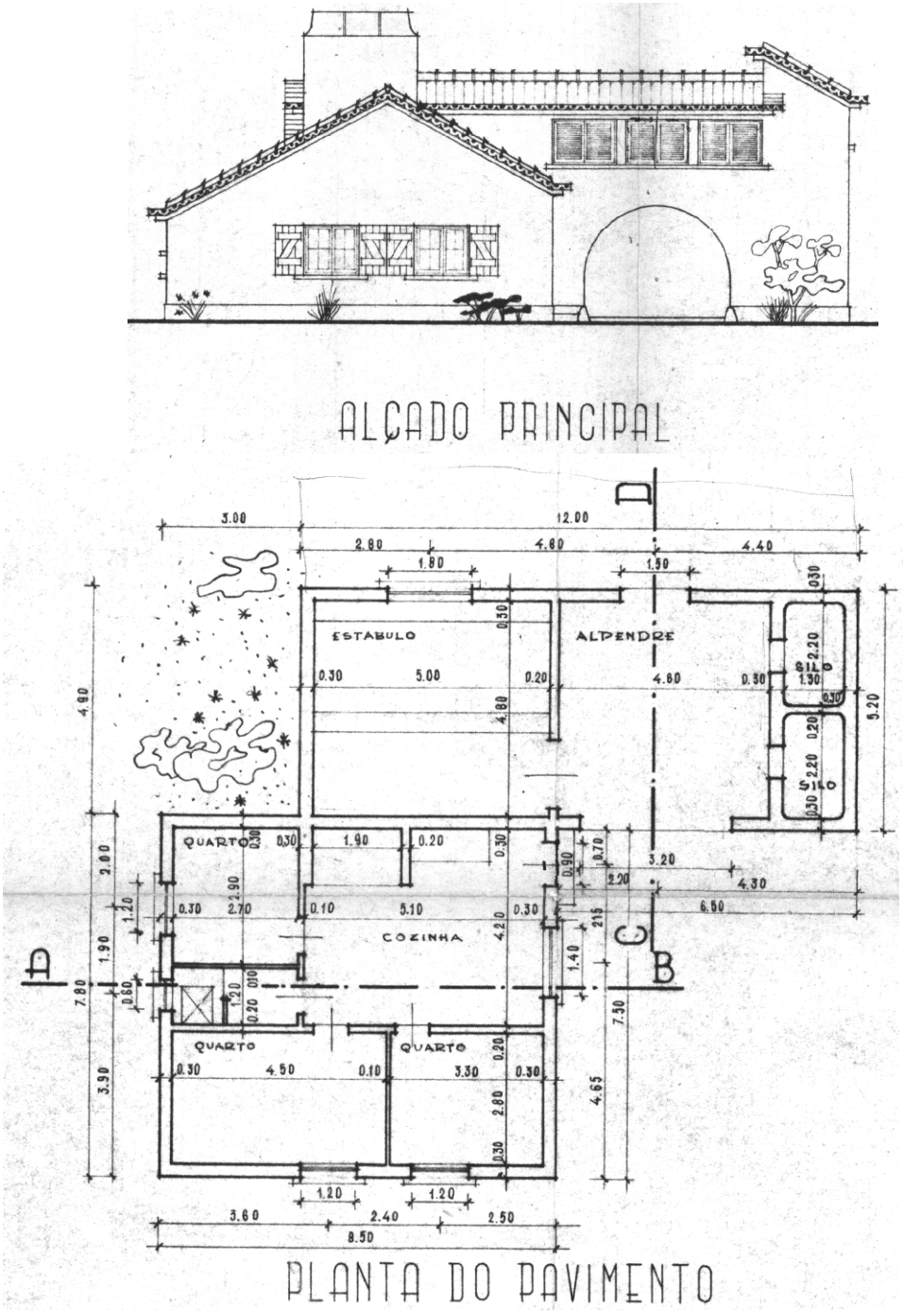


Fig. 93 e 94-

Alçado Principal e Planta do "projecto tipo" adoptado para o núcleo das Figueiras

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

" A residência é constituída por três quartos, - permitindo a separação dos filhos varões e fêmeas do casal -, uma cozinha e retrete"[37]. Este projecto contemplava a construção de uma fossa para servir a retrete e o esgoto do estábulo, o que já se podia considerar como uma grande mais-valia em termos de higiene.

[37]- extraído da memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões, J.C.I., 1949

A nitreira também foi contemplada neste projecto, no entanto de adquiriu um distanciamento maior em relação à área habitacional.

O silo adquiriu uma forma diferente neste núcleo ligando-se directamente ao edifício e desdobrando-se em dois elementos para armazenamento dos cereais, o que lhe atribuiu uma volumetria e um valor plástico totalmente diferente.



Fig. 95- Casal nº197, *"Urze"*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras, com a nitreira em primeiro plano

Fonte: o autor , 2006



Fig. 96- Casal nº197, *"Urze"*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras, com o silo em primeiro plano

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010





Fig. 97 (esquerda) - Casal nº197, *"Urze"*, porta da habitação

Fig. 98 (direita)- Casal nº197, *"Urze"*, porta do estábulo

Fonte: arquitecto Paulo Lima

À semelhança dos outros dois projectos, foi criado um estábulo sob o qual foi erigido um o palheiro acessível por um dos três janelões ou pelo alçapão com o auxílio de uma escada amovível, também este possuía uma roldana na fachada principal, possibilitando a recolha e armazenamento da palha.



Fig. 99

Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, fachada principal

Fonte: o autor , 2006





Fig. 100 e 101

Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, estábulo

Fonte: o autor , 2006



Fig. 102

Casal nº197, *"Urze"*, núcleo das Figueiras, Pormenor do estábulo

Fonte: o autor , 2006

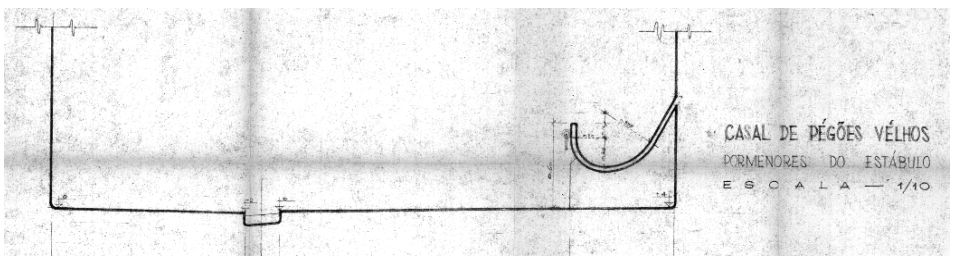


Fig. 103

Pormenor do estábulo

Fonte: Memória descritiva do casal da Herdade de Pegões, J.C.I., 1949

4.3.Conclusão

O projecto de colonização interna levado a cabo na Colónia Agrícola de Pegões, criou um conjunto patrimonial muito completo, sendo que apesar da auto-suficiência não ser uma característica patente no meio rural, foi esse o princípio adoptado.

Assim, pode confirmar-se a criação de um meio social de características únicas e que só foi possível através da realização de um vasto número de estudos prévios que equacionaram algumas das possibilidades para estes terrenos de forma a não cair novamente nos erros do passado, onde se pensou mais a favor dos grandes latifundiários e menos a favor de uma sociedade una e com possibilidades de crescimento.

CAPITULO V

ANTIGACOLÓNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES

1970-2010

5.1. Introdução

Devido ao facto da colónia Agrícola de Pegões, ter sido instalada em terrenos pertencentes ao Estado, esta acabaria por adquirir uma forte conotação política com o mesmo. A quando da queda do regime ditatorial, a Junta de Colonização Interna, também foi extinta, o que colocou o colonato numa posição muito frágil e instável fazendo com que esta passasse pela jurisdição de "vários organismos do Ministério da Agricultura"[38].

O factor histórico anteriormente enunciado levou a que em 1989, os colonos que já se encontravam em regime de fruição definitiva, recebessem pela mão do Primeiro-Ministro Aníbal António Cavaco Silva, os alvarás e as terras de forma antecipada. A entrega foi precedida de um conjunto de amortizações realizadas ao longo de décadas de acordo com as possibilidades e produtividade demonstradas por cada um dos colonos, fazendo com que os pagamentos efectuados por cada um até então fossem diferentes, no entanto o valor final a pagar foi idêntico.

38-**Relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Director Municipal de Montijo,Revisão do PDM**, Abril de 2008, pág. 369

5.2. Descaracterização arquitectónica

A partir do momento em que os terrenos e habitações passaram a depender exclusivamente da vontade dos proprietários, iniciou-se um processo de descaracterização dos edifícios. Inicialmente construídos para uma utilização intimamente ligada à actividade agrícola e que devido à entrada em decadência da mesma acabariam por ser alterados de acordo com as necessidades impingidas pelo passar dos tempos.

As alterações realizadas no conjunto arquitectónico da Colónias Agrícola de Pegões são mais relevantes quando se analisam os edifícios habitacionais cuja própria função justifica a maior parte das alterações, no entanto, e tendo em conta todos os princípios enunciados ao longo deste documento, também são de mencionar, embora que de forma muito sucinta, as adaptações realizadas nos elementos de cariz social.

Os edifícios projectados pelo arquitecto Eugénio Correia, nomeadamente a Igreja de Santo Isidro, as escolas primárias e os três edifícios habitacionais (as “parabólicas”), chegaram até à actualidade sem grandes alterações de adaptação, mas com algumas patologias associadas ao facto de já terem completado cinco décadas de existência sem que fossem alvo de uma manutenção mais cuidada no que diz respeito à conservação estrutural e dos revestimentos.



Fig. 104

Escola primária do núcleo de Pegões Velhos onde se pode verificar a escamação da pintura e o desgaste da tijoleira do alpendre

Fonte: o autor , 2006

Todos os outros edifícios de cariz social descritos na secção 4.2.2.2., sofreram alterações, mas nunca perderam o seu carácter de

unidade no que diz respeito à proporção e aos materiais o que lhes confere um elevado potencial de adaptabilidade. Um dos exemplos deste tipo de alterações foi o edifício criado para alojar os elementos da J.C.I. e que foi adaptado em 2009 para a função de Lar para Idosos, no qual foram executadas obras a nível interno e externo, mas sempre realizadas de forma a respeitar todo o conjunto adaptando-se a novos requisitos tais como áreas mínimas e a mobilidade condicionada, factores de extrema importância quando se reflecte com base na função do edifício.





Fig. 105 e 106

Edifico projectado para acolher os elementos da J.C.I. e actualmente convertido em Lar para Idosos

Fonte:
o autor , 2010

As “tipologias dos casais agrícolas revelaram-se francamente desajustadas em função da evolução que se verificou nas últimas décadas nos padrões de vida e de conforto exigidos pelas famílias, pelo que estas foram sendo progressivamente sujeitas a concomitantes adaptações, que passaram pela transformação das estruturas de apoio à exploração agrícola em quartos de habitação e pela construção de ampliações ilegais.”[39]

Algumas alterações são visíveis ao longo das 207 habitações, é o caso da conversão da nitreira que por ter abandonado a função foi transformada em anexo coberto, esta alteração é justificada pelo casal de colonos João Sousa e Ana Branco Sousa[40], residentes no casal nº3,através da afirmação: “na altura era mais caro mandar a baixo do

3

9- **Relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Director Municipal de Montijo, revisão do PDM,** Abril de 2008, pág. 369

40- Entrevista recolhida a 14 de Janeiro de 2006

que construir em cima", sendo que foi o que realmente se verificou durante décadas, deixando transparecer as carências económicas de uma população que viveu essencialmente do que a agricultura lhe dava.





Fig. 107 e 108

Casal nº 3,"o vitorioso", nestas imagens pode verificar-se a ampliação da nitreira.

Fonte: o autor , 2006

Os alpendres, na maior parte dos casos, foram convertidos em áreas habitáveis através do encerramento do arco mourisco, fazendo com que, apenas as linhas delimitadoras do mesmo subsistissem até a actualidade, no entanto, nos casos mais extremistas até estas linhas foram substituídas por elementos completamente estranhos a estes edifícios.



Fig. 109

Casal nº 3, "o Vitorioso"

Fonte: o autor , 2006

Também os quartos foram alterados por se demonstrarem claramente insuficientes, em número e área, o que fez com que sofressem um processo contínuo de ampliação de forma a ir de encontro às necessidades de cada família fazendo com que até mesmo o celeiro acabaria por ser transformado em mais um quarto ou despensa.

As zonas que foram construídas no intuito de albergar os animais e todos os elementos necessários ao trabalho agrícola, foram progressivamente levadas para longe da área habitacional o que

originou um aumento significativo do espaço disponível para habitação e acabaria por possibilitar, na maior parte dos casos, a convivência de três gerações no mesmo "casal".

Na fase inicial do colonato a água chegava aos campos de cultivo através de um sistema hidráulico de superfície livre, realizado através de caleiras rigidamente regradas de forma a que cada um dos colonos tivesse direito a duas horas de rega e de acordo com a ordem estipulada pelos engenheiros da J.C.I.. A água destinada a fins domésticos passou a chegar à população de uma forma mais fácil a partir da década de 80, data em que foram construídos pequenos fontanários instalados ao longo dos três núcleos.



Fig. 110

Aqueduto de superfície, actualmente desactivado, núcleo das Figueiras

Fonte:
o autor , 2006

Actualmente todos os edifícios possuem água canalizada facto que deu origem a novas infra-estruturas ou ampliações das existentes de forma a melhorar as condições das áreas directamente influências por este facto, nomeadamente as cozinhas e casas-de-banho que actualmente possuem todas as características de conforto e higiene necessárias.





Fig. 111

Casa de Banho e Cozinha do casal nº197, *"Urze"*, propriedade da Câmara Municipal do Montijo, núcleo das Figueiras.

Fonte:
o autor , 2006

Embora a maior parte das alterações efectuadas nos "casais" sejam justificadas pela necessidade de adaptação à modernidade ou por carências económicas existem casos injustificáveis que devem ser evitados tais como a demolição total executada no edifício nº 177, e que

deu lugar a uma cópia não fidedigna do mesmo, retirando-lhe assim o seu valor histórico através da alteração de elementos fundamentais tais como o arco mourisco que deu lugar à demarcação de um arco retorcido e a adulteração da proporção criada pelo actual projecto.



Fig. 112

Casal nº177, *"Miosótis"*, original em fase de demolição, núcleo das Figueiras.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009



Fig. 113

Casal nº177, *"Miosótis"*, original em fase de demolição, núcleo das Figueiras.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

3.3.3. Conclusão

Os elementos acima identificados demonstram que apesar das alterações efectuadas ao longo de todo o colonato terem sido regidas pelos mesmos princípios, acabariam por transformar os edifícios padronizados em elementos únicos, conferindo-lhes um carácter claramente singular através da sua capacidade de adaptação a critérios pessoais possibilitando uma demonstração material de sentimentos como o de posse e afecto, aos quais a arquitectura, pelo seu cariz social e histórico, não pode ficar indiferente.



Fig. 114 -

Casal nº67, *"Mãe de Água"*, núcleo de Pegões Velhos.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

Poucos são os casos em que foi respeitado o valor histórico e patrimonial destes edifícios em detrimento de uma área habitável de maiores dimensões. As alterações efectuadas de forma incorrecta deveram-se não só à escassez de recursos dos proprietários mas também à ausência de critérios que possibilitassem intervenções conscientes que não descaracterizassem todo o conjunto.



Fig. 115 -

Casal nº83, núcleo de Pegões Velhos.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

CAPITULO VI

PERSPECTIVAS DE FUTURO

Este capítulo torna-se essencial, na medida em que disponibiliza os elementos necessários à correcta compreensão da metodologia projectual proposta para a área de estudo e de possíveis aplicações em outras áreas com características semelhantes.

6.1.Áreas rurais

"O meio rural integra aldeias e mesmo pequenas vilas porque, para além dos campos afectos directamente à produção agrícola e pecuária, engloba também o conjunto de espaços e actividades que possibilitavam à vida rural a sua notável auto-suficiência e capacidade de sobreviver como sistema quase isolado."[41]

Apesar desta expressa auto-suficiência ligada às áreas rurais, desde o século XVIII que se verifica em toda a Europa um abandono das mesmas. Em Portugal este processo viria a iniciar-se mais tarde, facto que se deveu essencialmente à campanha levada a cabo na década de 30 pelo *Estado Novo*[1], e que visava incrementar e ampliar o território rural através da exploração dos baldios e dos terrenos incultos que se encontravam dispersos pelo país e que através desta iniciativa deram lugar a parcelas cultiváveis e habitadas.



Fig. 116 – *"casal da Cerdeira",* Habitação do Colonato Agrícola de Martim Rei, Sabugal

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

No entanto, até mesmo esta política acabaria por se revelar inútil, podendo-se afirmar que, actualmente não existem populações rurais, embora existam pessoas a habitar em áreas de paisagem rural, actividade agrícola diminuiu muito, não sendo, actualmente a principal fonte dos seus rendimento e consequentemente não é a base das suas vivências, facto que se traduz nas suas habitações ou nos terrenos que circundam as mesmas.

41 - PARDAL, Sidónio; Lobo, Manuel Costa; Correia, Paulo- **Normas Urbanísticas, Planeamento integrado no Território ,** vol. IV,1ª ed., U.T.L., 2000 ;pág.171**.**

Em resposta a todas as alterações sofridas ao longo dos tempos os pequenos núcleos de cariz rural, ou até mesmo as pequenas cidades travam uma luta constante tentando manter a sua vitalidade sem cair no esquecimento.



Fig. 117 – *"Casal de Santo Isidro",* Habitação do Colonato Agrícola de Martim Rei, Sabugal

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2010

Perante todas estas alterações foi-se cultivando um sentimento nostálgico relacionado com a idealização da vida no campo, no entanto estes espaços foram constantemente abandonados em detrimento da vida na cidade, que transmite uma ideia de maior qualidade de vida relacionada com a conquista de empregos menos exigentes em termos físicos, mas que, muitas vezes se tornam psicologicamente mais desgastantes o que faz com que este ciclo esteja actualmente em fase de mutação. Este acontecimento deve-se em grande parte a uma mudança de mentalidade sobre os espaços rurais reflectindo-se num aumento da procura de habitações em áreas que apesar de aludirem às vivências no campo, possuem infra-estruturas directamente ligadas às vivências na cidade.



Fig. 118 -

Casal nº80, núcleo de Pegões Velhos.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

Mesmo diante destes factores, continuam a ser contemplados no ordenamento do território, apenas dois tipos de vivências, as urbanas e as rurais, não existindo lugar no ordenamento do território para um meio-termo que contemple os pequenos agricultores que apesar de cultivarem para um pequeno núcleo familiar, possuem empregos ligados directamente à vida urbana. Apesar deste tipo de situações não se encontrarem devidamente previstas legalmente no planeamento do território, são cada vez mais uma opção, ou até mesmo um ideal de vida, isto acontece mesmo quando o meio rural se demonstra menos vantajoso em termos económicos.

Devido a todos estes factores pode afirmar-se que: *"Quando hoje se refere à Revitalização do Meio Rural, não se pretende com isso aludir à ressurreição daquele modo de vida"* [42], sendo este um bom princípio a adoptar em projectos para as áreas em causa.



Fig. 119 - Casal nº140, *"Casal do Vivas",* núcleo das Faias.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

Existem inúmeras hipóteses de futuro para todos os edifícios resultantes da colonização interna realizada ao longo de todo o país, no entanto, pelo tempo disponível para a realização deste trabalho se demonstrar claramente insuficiente para uma abordagem que englobasse todas as possibilidades, apenas serão abordadas algumas das hipóteses e conceitos aplicáveis ao Colonato Agrícola de Pegões e que poderão, em alguns casos, ser adaptadas a outros locais.

42 - PARDAL, Sidónio; Lobo, Manuel Costa; Correia, Paulo (2000) - **Normas Urbanísticas, Planeamento integrado no Território,** vol. IV, 1ª ed., U.T.L., ; pág.173**.**

6.2. Antiga Colónia Agrícola de Pegões

Mesmo depois de se cingir o estudo, ao antigo Colonato de Pegões, as perspectivas de futuro são infindáveis, podendo variar de acordo com as variáveis que vão desde a boa vontade dos habitantes, até aos investimentos que estão actualmente em fase de projecto por iniciativa do Estado.

Foi constatada a necessidade de criar alguns tipos de construções que, apesar de ainda não se encontrarem devidamente estudadas, já se encontram mencionadas no Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Montijo, realizado em 2008, e no qual atesta a necessidade de criação *"da tipologia da habitação unifamiliar isolada, em banda e germinada, considerando que existe grande procura para estas tipologias na Área Metropolitana de Lisboa e em particular no concelho do Montijo. Acresce que o PROT-AML*[43] *reconhece e recomenda a vantagem do Montijo se especializar na oferta dessas tipologias"* [44], também neste documento é mencionado o dever de dar inicio a uma tomada de *"medidas de planeamento que evitem a criação de uma paisagem descaracterizada, resultante de uma edificação avulsa e de baixa qualidade arquitectónica, numa repetição de processos idênticos já verificados na AML. De facto, desde a criação da segunda travessia do Tejo, a pressão da especulação imobiliária acentuou-se nesta região, sem que exista uma resposta adequada por parte dos organismos públicos na orientação do crescimento da edificação. A revisão do PDM constitui uma oportunidade para, partindo da actual situação cadastral e de propriedade, identificar quais as opções de planeamento mais vantajosas para este território e definir um quadro de alterações de uso que defenda os interesses do Estado, do município e dos proprietários."*[44]

43– **PROT-AML**- Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

44- **Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Montijo, revisão do PDM,** Abril de 2008, pág. 370

Não é só a habitação unifamiliar que exige mais área de construção, existem outros tipos de edifícios que são cada vez mais procurados, nomeadamente, os que se destinam ao apoio turístico e às actividades de descoberta que interligam o património e a natureza, sendo de mencionar, a título exemplificativo, os passeios pedestres e de aventura. Já há alguns anos que estas actividades são realizadas na área do antigo colonato de Pegões, mas continuam sem possuir estruturas adequadas para acolher os turistas que pretendam conhecer de forma mais aprofundada o local. Este tipo de iniciativas divulga e valoriza o território, através da aplicação de usos regrados que se revelam de extrema importância para o quadro económico e social deste meio.

Para além de todas as hipóteses relacionadas com a criação de novos edifícios, existe ainda, uma relativa facilidade de adaptação das estruturas antigas à contemporaneidade, criando assim, amplas possibilidades para uma convivência harmoniosa entre elas.

Apesar de todos os elementos resultantes da colonização interna terem sido mencionados anteriormente, existem outros que evidenciam um elevado potencial arquitectónico, paisagístico e consequentemente patrimonial, que foram edificados numa fase posterior ao colonato e que merecem ser mencionados, a título de curiosidade, para que não fiquem no esquecimento. São eles, a antiga praça de toiros e a fábrica de óleo de eucalipto, que se encontram desactivados há alguns anos, mas continuam a demonstrar um enquadramento paisagístico de excelência, e a despertar a criatividade para futuras intervenções, as quais devem ser promovidas pelas entidades competentes.



Fig. 119 -

Antiga fábrica de óleo de eucalipto

Fonte:
O autor, Abril 2010



Fig. 120 -

Antiga praça de touros

Fonte:
O autor, Abril 2010

É ainda de mencionar, que o governo, através do conselho de ministros, fez publicar o decreto-lei nº 19/2008 [45], a 1 de Julho, onde estabelece as medidas preventivas com vista a assegurar a implantação do novo aeroporto, que se localizará a cerca de 20 Km da área de estudo. No mesmo documento alerta-se ainda, para a necessidade de proteger da especulação imobiliária algumas áreas mais sensíveis, como é o caso da antiga colónia agrícola de Pegões, tornando assim, ainda mais relevante a execução deste trabalho de forma a manter a memória e o património local vivos, antes que desapareçam ou se tornem só mais uma das condicionantes para o projecto do novo aeroporto.

45- **Decreto nº 19/2008 de 1 de Julho**, alínea ii) deve ser dada particular atenção ao controlo de áreas de pequenas explorações agrícolas muito frágeis a pressões urbanísticas, como, a título exemplificativo, as resultantes da antiga Colónia Agrícola de Pegões

Mesmo perante a existência de todas estas possibilidades de futuro, e talvez muitas mais ainda por descobrir, não existe documentação legal que contemple de forma adequada todas as oportunidades anteriormente descritas, facto que, poderá resultar em erros irreversíveis ao nível do ordenamento do território e da arquitectura, reflectindo-se na economia, na sociedade na cultura e, arruinando a memória de um património singular.



Fig. 121 -

Casal nº134, *"Casal do Pardal",* núcleo das Faias.

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

CAPITULO VII

PATRIMÓNIO

Este Capitulo tem como intuito sustentar da forma mais coerente possível, todas as apostas na área de estudo, sustentando-as nas definições, recomendações e Cartas sobre o Património arquitectónico aplicadas a nível Europeu e Internacional.

7.1.PATRIMÓNIO

"Um Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica" é o título da Declaração de Viena elaborada em 2009 e que alerta mais uma vez para a importância que o património deve ter na nossa sociedade, não apenas pela sua função histórica mas também pela sua evidente capacidade de criar um futuro sustentável, através de investimentos realizados no presente. É ainda referido no mesmo documento *" (...) que o investimento no restauro, ou na recuperação de edifícios e sítios históricos, gera postos de trabalho, relançando a economia, ao contrário da construção de novos edifícios; que o património se encontra no seio das comunidades, estimulando a coesão social, bem como o sentido de identidade e de pertença a um lugar. O património faz-nos sentir em casa."*[46]

Apesar de toda a importância que o estudo da arquitectura representou e representa para a correcta compreensão da História da Humanidade, a consciência de que a mesma deveria ser preservada para uma correcta compreensão de factos históricos, sociais, económicos e culturais, manifestou-se de forma muito ténue até ao inicio do século XX, sendo que, apenas em 1931 "as conclusões da Conferência de Atenas deram origem à Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte, que a Assembleia da Sociedade das Nações aprovou (...) onde pela primeira vez num documento jurídico de uma Organização Internacional se aborda a questão do património e da humanidade." [47]

Desde então, o conceito de património tem vindo a evoluir, sendo, que apenas em 1985, através da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico na Europa (ver anexo A), são definidos três grupos distintos, nomeadamente: os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios (ver glossário), que pelas suas características impares necessitavam de uma urgente diferenciação,

46-**"Um Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica"** , Declaração de Viena ,2009; extraído de: http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/; a 2 de Março de 2010

47- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito; (2004); **Património Arquitectónico e Arqueológico; Cartas e recomendações e convenções internacionais**; Livros horizonte; pág. 17

para que fossem objecto de uma correcta abordagem.

Também a importância do património natural e construído que caracteriza as áreas rurais, tem vindo a ser largamente debatida a nível da Europa, facto que levou à elaboração de várias cartas e recomendações na tentativa de criar uma uniformização de conceitos e de estratégias, a adoptar nestes casos.



Fig. 122-

Fontanário de Pegões, séc. XVIII

Fonte: O Autor, 2006

Apesar de existirem relatos da existência de normas sobre a protecção do património que datam do ano 44 d.C., apenas a partir de 1960 se começa a dar uma " (…) *especial importância à problemática da arquitectura rural e da paisagem, ameaçadas de desaparecimento devido às rápidas transformações em curso nos modos de produção, nos hábitos de vida e na paisagem"*[48], é ainda de mencionar que, em Portugal, na mesma década, era publicada a obra " A *Arquitectura Popular Portuguesa"*, que dava a conhecer as suas genuínas características, como resposta dos arquitectos à tentativa do Estado Novo de impor um "estilo" oficial, baseado na idealização da casa portuguesa que ressaltava dos estudos e projectos do Raul Lino.

Apenas em 1975, ano Europeu do Património Arquitectónico, é reconhecida uma efectiva necessidade de salvaguardar do edificado através de princípios de *conservação integrada* (ver glossário), que idealizam um desenvolvimento para as áreas rurais ao nível da sociedade, da economia e da cultura, através da implementação de estruturas físicas que apoiem a fixação humana. Catorze anos mais

48- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito; (2004); **Património Arquitectónico e Arqueológico; Cartas e recomendações e convenções internacionais**; Livros horizonte; pág. 21

tarde foi aprovada pelo Conselho da Europa a Recomendação n.º R (89) 6 sobre a *Protecção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural (ver Anexo B) que* realça a necessidade de uma efectiva coordenação entre os Estados membros para que as suas políticas agrícolas e ambientais não firam o património natural e construído rural. *"As linhas orientadoras desta recomendação incluem 4 objectivos fundamentais:*

- *Salvaguarda da memória colectiva da Europa rural através do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de identificação do seu património arquitectónico;*
- *Integrar a salvaguarda do património construído no processo de planeamento económico, de ordenamento do território e de protecção do ambiente;*
- *Dinamizar a valorização do património como factor privilegiado de desenvolvimento local;*
- *Promover o respeito e o conhecimento do património rural ao nível Europeu."*[49]

Mais tarde, em 1999, é lançada pelo ICOMOS[50] a *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* (ver Anexo C), que alerta para os perigos que a uniformização traz para este tipo de edifícios e incentiva a conservação como forma de *"dignificar a memória da Humanidade."*[51]

Todos os documentos referidos anteriormente, em conjunto com os que actualizam os mesmos princípios, visam a criação de um equilíbrio entre o conservadorismo, que pode levar a uma falsa musealização e a inovação radical, que através de um desejo progressista anárquico gera mudanças constates que podem levar à destruição ou desenraizamento do património, privando as gerações vindouras a possibilidade de conhecer as memórias do passado, essenciais para a criação de um futuro próspero.

49- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito; (2004); **Património Arquitectónico e Arqueológico; Cartas e recomendações e convenções internacionais**; Livros horizonte; pág. 34

50-**International Council on Monuments and Sites** (Conselho internacional dos monumentos e dos sítios)

51- **Carta sobre o Património Construído Vernáculo**, ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999; extraído de: http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/; a 2 de Março de 2010

CAPITULO VIII

METODOLOGIA PROJECTUAL

Este capítulo foi estrategicamente realizado a partir de uma abordagem mais geral que disponibilizou bases suficientes para o progresso e criação de uma metodologia mais específica aplicável ao local de estudo. Desta linha de pensamento resultaram não só a divisão em duas áreas de abordagem definidas como o ordenamento do território e os conjuntos arquitectónicos, mas também três quadros síntese de recomendações que proporcionaram a correcta aplicação de todos os princípios enumeradas de forma mais alargada neste documento.

8.1.METODOLOGIA PROJECTUAL

Leon Battista Alberti[52], na obra *"De Re Aedificatória",* encara os modelos de construção e de valorização estética em vigor na antiguidade clássica como referências abandonando assim, as linhas de pensamento que até então os defendiam como modelos absolutos. A metodologia projectual a adoptar na área de estudo, irá directamente de encontro à autonomia disciplinar da arquitectura, por ele defendida, visando a criação de uma correcta compreensão em relação aos problemas, que leve os possíveis executantes à configuração e resolução de soluções sustentáveis. É ainda de mencionar que esta dissertação não tem como intuito a criação de um modelo físico, mas sim de uma metodologia teórica, atendendo sempre ao facto da repetição não lhe ser inerente.

Não existe um método[53] absoluto em arquitectura, mas existem caminhos mais ou menos seguros. A experiência já demonstrou, que as intervenções que foram realizadas sem a mínima noção de cultura, de local ou até de técnica, originaram perdas irreversíveis que devem ser combatidas a todo o custo. De forma a conferir meios teóricos que previnam que tal acontecimento volte a acontecer, serão enumeradas diversas formas de agir na antiga colónia agrícola de Pegões e que terão como base, os princípios mais actualizados, mencionados nas cartas e recomendações europeias sobre o património arquitectónico, de forma a ir de encontro às expectativas de futuro mencionadas anteriormente no capituloVI.

Através do levantamento teórico realizado com base na antiga Colónia Agrícola de Pegões foi possível a concepção de uma metodologia projectual, aplicável em futuras intervenções arquitectónicas. No entanto, devido às características evidenciadas ao

---

52-**Leon Battista Alberti** (Génova, 18 de Fevereiro de 1404 — Roma, 20 de Abril de 1472) foi um arquiteto e teórico de arte: um humanista italiano, ao estilo do ideal renascentista e filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor. Retirado de : http://pt.wikipedia.org/wiki/Leon_Battista_Alberti;

53- Grosso modo: **Método:** do Grego methodos, met' hodos que significa, literalmente, "caminho para chegar a um fim";extraído de :http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9todo;15 Junho de 2010

longo de toda a pesquisa pode afirmar-se que existem outras áreas no país, nomeadamente as que foram alteradas mediante o processo de colonização interna e possivelmente em áreas de cariz marcadamente rural, que poderão beneficiar da aplicação de alguns dos princípios fundamentais da metodologia descrita em seguida.

Para que esta metodologia seja colocada em prática da forma mais correcta, deve ser examinada a partir da análise de dois grupos fundamentais, onde se identificará o caso geral e partir-se-á para o particular, que correspondem neste caso, ao ordenamento do território e aos conjuntos de edificado. Pretendendo-se assim, a criação de uma solução global que vise a criação da pormenorização de caso, e consequentemente uma obtenção de um conjunto de medidas equilibradas, coesas e contextualizadas, essenciais para a correcta compreensão e posterior elaboração de propostas projectuais para a área de estudo. (Diagrama nº1)

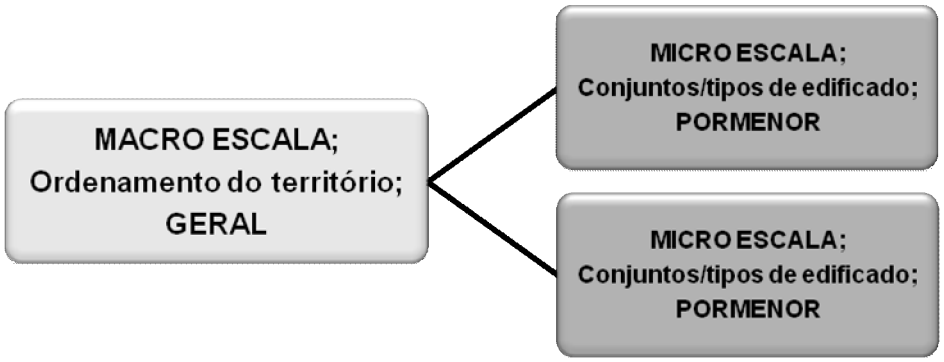


Diagrama 1- Coordenação entre os casos gerais e a pormenorização.

Fonte: o autor, 2010

8. 2. APLICAÇÃO

8.2.1. ABORDAGEM GERAL – planeamento do território

As grandes cidades têm sido o alvo preferencial do planeamento do território, que tem vindo a deixar de parte as áreas rurais e naturais, pelo seu crescimento lento, e pela fraca exposição às pressões imobiliárias que os mesmos apresentam. No entanto, e como

já foi referido anteriormente, a área de estudo difere da maioria das zonas rurais pelo seu evidente crescimento populacional que não tem encontrado uma resposta adequada com as construções disponíveis e previstas. Este facto tem vindo a criar problemas físicos e sociais, que a cada dia que passa sem que sejam tomadas as devidas medidas, tendem a agravar-se, correndo o risco de transformar uma das maiores e mais bem estruturadas iniciativas levadas a cabo pelo Estado Novo, numa área descaracterizada ou até mesmo esquecida.



Fig. 123-

Avenida de Santo Isidro, vista da entrada principal da Igreja com o mesmo nome.

Fonte:
O Autor, 2010

Não existe nenhuma regulamentação que vise o planeamento do território e que seja aplicável de forma específica ao antigo colonato agrícola de Pegões. Sendo que, em 2001, foi tomada uma deliberação pela Câmara Municipal que refere a necessidade de elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização. No entanto, passados 9 anos sob o alerta lançado através desse documento, nada mais foi feito, facto que demonstra uma postura de negligencia em relação a todo o património em causa. São criados dia após dia imbróglios jurídicos que derivam directamente da falta de regulamentação para esta área, problema que, com o passar dos tempos, tenderá a agravar-se pondo em risco de uma forma irremediável toda a singularidade deste local.

Visando uma adaptação às pressões imobiliárias, combatendo uma possível descaracterização e indo de encontro às políticas de salvaguarda e revitalização, deve ser realizado rápida e eficazmente um Plano Pormenor de Salvaguarda e Valorização, que identifique de uma forma clara e correcta, todas as possibilidades de intervir na área de estudo. Para que esse mesmo documento seja elaborado nas devidas condições deverá ter como referências principais as cartas e recomendações europeias sobre o património arquitectónico, nomeadamente a Recomendação N.º R (89) 6 Sobre a Protecção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural (ver ANEXO A) e por consequência as suas linhas orientadores fundamentais descritas anteriormente no capitulo VII, que se adequam na perfeição ao caso de estudo. O mesmo documento deve detectar e criar medidas que incentivem os elementos dinamizadores do local, sem nunca esquecer o controlo efectivo de todas as iniciativas que possam pôr em causa o ordenamento do território e o património.

É ainda de frisar que o planeamento desta área não poderá ser realizado através da exclusiva intervenção do Estado, visto que, a quase totalidade das construções e terrenos se encontram hoje sob a posse dos particulares. No entanto, o Estado deve assumir o papel de liderança para que cada intervenção, mesmo se realizada a título particular, vise a coesão do conjunto. Para que tal aconteça terão de existir condições precisas que restrinjam mas ao mesmo tempo dêem apoio técnico, reduzam taxas, incentivem candidaturas ou ofereçam projectos que se adeqúem aos preceitos em causa.

“As soluções preconizadas pelo Plano Pormenor devem permitir, dentro de prazos razoáveis, a estabilização dos usos do solo em áreas sob pressões mais intensas, que simultaneamente garantam o cumprimento do estatuto non aedificandi ou de conservação do existente das áreas a salvaguardar e proteger, e o crescimento equilibrado das áreas urbanas em termos dos diversos usos e funções.”[54]

Para a correcta elaboração do Plano Pormenor em causa, deve proceder-se antes de mais, à correcta classificação dos elementos edificados que revelam um valor patrimonial elevado, para que os mesmos sejam alvo de uma regulamentação específica que possibilite a

aplicação de medidas tendentes à salvaguarda, conservação e reabilitação. Aconselhando-se que para tal sejam abordados critérios urbanísticos que preservem as construções que foram criadas no âmbito da Colonização Interna, nomeadamente, índices de baixa densidade habitacional, uma cércea que não exceda os 4,00 metros ou um piso, e a interdição de construções que pelo seu volume ou uso possam interferir de forma abusiva na correcta compreensão do património natural e edificado.

Qualquer intervenção deve respeitar o valor plástico dos materiais originais e todas as características que os mesmos evidenciam. Tendo sempre em vista uma possível reversibilidade do processo, pois, como a experiência já demonstrou, existem elementos que hoje em dia podem "estar na moda" mas que no futuro, poderão comprometer todo o património e a história para as gerações vindouras. Para que tal aconteça devem ainda ser realizadas acções de formação e consciencialização que cheguem aos técnicos e à população em geral, de forma a alertá-los e informá-los, para o facto de que cada caso é um caso, e que cada obra reflecte para além da técnica e dos modismos, uma história, um local, ou até mesmo os ideais do proprietário.

Independentemente do projecto a realizar, existem fases que nunca deverão ser esquecidas, nomeadamente, a análise e diagnóstico realizada no local na fase de estudos prévios, e a fiscalização que deve ser realizada ao longo da vida útil da construção, para que se possam realizar ou conceber constantes adaptações ao presente e ao futuro, sem nunca esquecer o passado e tudo o que o mesmo representa para a sociedade.

PARDAL, S. ; LOBO M. C.; CORREIA, P. V. D.; (1991) Normas Urbanísticas Volume II– **Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Plano ,** Universidade Técnica de Lisboa, 2ª edição ,pág. 271

Todos os conceitos referidos nas recomendações e cartas europeias sobre o património arquitectónico, podem ser aplicados na antiga colónia agrícola de Pegões, desde que, se tenham sempre em conta os objectivos específicos da intervenção, e área em que serão efectuadas, de modo a que não existam incoerências entre as estruturas individuais e as perspectivas de futuro equacionadas para o conjunto.

O princípio de salvaguarda (ver glossário) deve ser aplicada de forma equilibrada ao longo de todo o conjunto, podendo ser a base para a elaboração dos planos que regulem e apoiem todas as intervenções através do exame pormenorizado dos problemas e das hipóteses possíveis através da aplicação de conceitos como a conservação, restauro e reabilitação, que pela sua grande abrangência merecem uma clarificação mais específica e acautelada.

Apesar do ordenamento do território ser, nesta dissertação, subdividido em conjuntos para efeito de pormenorização, o intuito não será a criação de uma hierarquia, mas sim, de uma necessidade de agir em cooperação. Para que tal seja possível, foram enumerados conjuntos fundamentais que tiveram como características unificadoras, as suas origens, os materiais, formas de construção aplicados e o uso, conhecidos através da pesquisa realizada anteriormente, e que acabariam por dar origem à enumeração de quatro conjuntos, são eles: o conjunto de edifícios projectados pelo arquitecto Eugénio Correia, o conjunto de equipamentos criados pela J.C.I. (de cariz social), os 207 “casais” agrícolas e as novas construções. (diagrama 2).

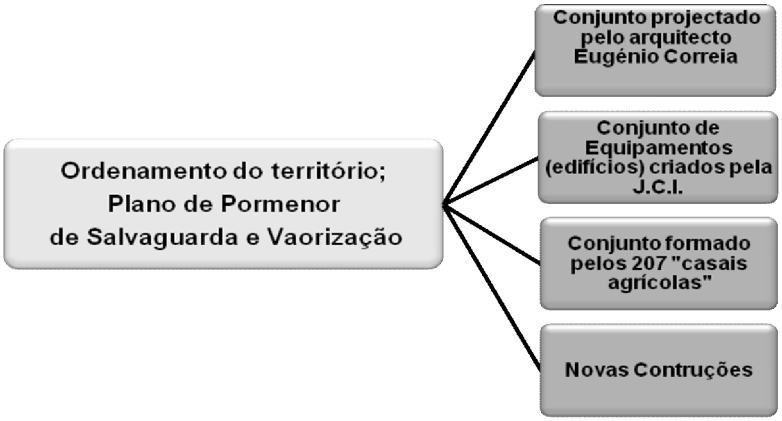


Diagrama 2-

Coordenação entre o ordenamento do território e os vários grupos de edificado.

Fonte: o autor

8.2.2.Abordagem Pormenorizada - Conjuntos

8.2.2.1.Conjunto projectado pelo arquitecto Eugénio Correia

Este conjunto é composto por seis edifícios: a Igreja de Santo Isidro de Pegões, as três habitações "parabólicas"e as duas escolas primárias, que são consideradas pelo arquitecto Nuno Teotónio Pereira, na obra "Santo Isidro de Pegões, contrates de um Património a Preservar"[55], como um importante contributo para a arquitectura moderna. O mesmo documento, descreve de forma minuciosa este conjunto e as formas mais adequadas de intervenção a aplicar. Dando um particular destaque à salvaguarda (ver glossário) e à reabilitação (ver glossário), que podem em conjunto, sanar as patologias e garantir a longevidade do conjunto.

Para uma correcta intervenção nestes elementos, para além dos passos enumerados na abordagem do ordenamento do território, deve ser tida em conta a importância que a manutenção do uso teve na sua conservação e que poderá continuar a contribuir para um futuro sustentável onde apenas terão de ser corrigidas as patologias inerentes ao passar dos tempos.



Fig. 124-

Escola primária e parque de merendas

Fonte:
O Autor, 2010

55-. PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009)– **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar**. Colecção Estudos Locais -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

8.2.2.2.Conjunto de equipamentos (edificios) criados pela J.C.I.

Como já foi mencionado anteriormente, os edifícios de cariz social realizados para a Colónia Agrícola de Pegões acabariam por se revelar como um dos elementos que conduziram ao sucesso desta iniciativa. Facto que lhes confere um elevado valor no conjunto e para o futuro do mesmo.



Fig. 125-

Freguesia de Santo Isidro de Pegões

Fonte:
O Autor, 2010

Para uma intervenção nestas construções, devem ser aplicados princípios de reabilitação, salvaguarda e sobretudo a aplicação de usos que correspondam às possibilidades e necessidades da população sem que, para tal, exista uma necessidade de proceder a alterações drásticas e irreversíveis no edificado e na paisagem.

Estes edifícios, apesar de se encontrarem todos no mesmo conjunto, são utilizados para diferentes funções, facto que lhes conferem características particulares e a necessidade de uma abordagem mais individualizada, devido à falta de uma unidade em termos de usos, volumes, materiais ou até mesmo de perspectivas de futuro.

8.2.2.3.Conjunto formado pelos 207 "casais agrícolas"

Este é o conjunto que se encontra perante um eminente risco de descaracterização total, necessitando assim, de uma abordagem mais célere e eficaz em termos de legislação, que o proteja e valorize, dotando-o de capacidades para evoluir na direcção mais correcta.



Fig. 126-

Vista de parte do conjunto de "casais" das Figueiras

Fonte:
O Autor, 2010

As construções deste conjunto encontram-se quase totalmente na posse dos privados, o que as coloca em perigo pela escassez de conhecimento e de meios dos próprios donos. Este facto pode ser combatido através da cooperação do Estado para a consciencialização da população, através de acções e benefícios que os encaminhem e alertem para a correcta aplicação dos princípios e características adequados a cada caso.



Fig. 127-

"casal das giestas", nº178, núcleo das Figueiras

Fonte:
O Autor, 2010

Neste conjunto deve ser dada ainda mais importância aos pormenores singulares, que lhes são tão característicos e que vão muito para além das cores e dos materiais, (cal e madeira de pinho de origem

nacional) centrando-se em elementos como a organização do edifício, harmonia das proporções e a aplicação do arco mourisco, de chaminés ímpares e do beirado à portuguesa, elementos que importa preservar a todo o custo.

Em quase todos os casos, as áreas que davam abrigo aos animais e às ferramentas indispensáveis ao trabalho agrícola foram convertidas em áreas habitacionais, o que acabaria por se reflectir não só nos compartimentos interiores, mas também, no exterior pela colocação de novas janelas, portas ou até mesmo do encerramento ou total destruição do arco mourisco.

Tendo em conta que, praticamente todos os edifícios já foram intervencionados, de forma mais ou menos drástica, deve dar-se particular importância à fase de análise e diagnóstico que revelará em que estado se encontra actualmente o edificado e possibilitará traçar o rumo mais correcto a adoptar.



Fig. 128-

"casal da acácia", nº200, núcleo de Pegões

Fonte: Arquitecto Paulo Lima, 2009

8.2.2.4.Novas Construções/Funções

Todas as construções a efectuar na área de estudo, devem ser o reflexo da época em que foram criadas, não devendo nunca falsear o património edificado através de cópias que em nada dignificam as antigas construções e nada acrescentam à actualidade.



Fig. 129-

Falso "casal" construído entre o nº 94 e o nº 147, núcleo das Faias

Fonte: Arquitecto Paulo Lima

No que diz respeito à aplicação dos materiais e da escolha dos métodos construtivos, deve ser deixado ao critério e bom senso do arquitecto e do proprietário desde que não venham interferir com a correcta leitura dos edifícios existentes. Para que tal aconteça devem ser adoptados critérios como a aplicação de cérceas e volumes que não obstruam a paisagem e os elementos já construídos, de uma forma grosseira. Tendo ainda um especial cuidado, com a adequação do uso que se quer dar ao elemento e a localização desejada.

Por outro lado, devem ser incentivadas as novas construções que apoiem em termos habitacionais, comerciais, industriais, culturais ou turísticos todo o conjunto já existente indo de encontro às expectativas e normas definidas para um correcto ordenamento do território e para o seu desenvolvimento económico e social sustentável que premeie a autenticidade (ver glossário), a identidade (ver glossário) e a coesão.

Existem inúmeras áreas que poderiam ser identificadas e correctamente regulamentadas no PDM como propícias à implantação de pequenas industriais e comércio, esta medida reduziria os impactos

negativos que estas explorações podem causar, beneficiando em simultâneo o ordenamento do território e as pequenas empresas. Poderiam receber, a título de exemplo, as empresas de preparação e transformação de produtos agrícolas, que se encontram demasiado próximas dos "casais" agrícolas e que através da atribuição de mais-valias poderiam deslocar-se e até multiplicar-se, possibilitando a criação de uma cooperativa de produtores agrícolas capaz de incentivar e escoar o volume da produção através de uma gestão profissional, à semelhança do que se verifica na Adega Cooperativa de Pegões, que já há algumas décadas possui renome a nível internacional.

Existem inúmeras possibilidades que permitem apostar em novas construções, no entanto, todas devem premiar e interligar-se com apostas sociais e económicas viáveis. Como já foi referido anteriormente, uma das grandes apostas no meio rural é o turismo, no entanto devem ser criadas estruturas que o apoiem de forma coerente. Apesar de existirem algumas apostas nos passeios pedestres, o mesmo não acontece a nível do comércio tradicional, das infra-estruturas e dos edifícios que deveriam acompanhar este tipo de procura. Um bom exemplo de estrutura a reabilitar, é constituído pelas duas barragens, para as quais já foram propostos alguns projectos mas que teimam em não avançar, adiando mais uma vez, a aposta em iniciativas com um elevado potencial para o apoio ao turismo e à própria população local.



Fig. 130-

Falso "casal" , núcleo de Pegões

Fonte:
O Autor, Abril de 2006

8.3. Conclusão

A metodologia projectual a adoptar para a antiga colónia Agrícola de Pegões, está sintetizada nos quadros que se encontram disponíveis no Anexo B, de forma a facilitar a compreensão e aplicação dos conceitos mencionados anteriormente. É ainda de mencionar que os princípios a aplicar não devem ser estático, por isso, os quadros referidos anteriormente tenderam a actualizar-se com o passar dos tempos.

CAPITULO IX

CONCLUSÃO

Esta dissertação deve servir como base teórica para futuros projectos na área de estudo, dotando os técnicos e a população em geral de meios que lhe permitam conhecer o seu passado e olhar para o presente de forma a construir um futuro melhor.

As essências do passado devêm ser incentivadas através de uma regeneração constante que evite a perda das memórias históricas e culturais, muitas vezes transmitidas através das construções arquitectónicas e que ainda não adquiriu o devido valor nas políticas de ordenamento do território. Para que tal aconteça devem ser executadas campanhas de sensibilização e acompanhamento, perante a população que muitas vezes quer fazer o melhor mas não possui meios financeiros, técnicos ou até mesmo a mais simples informação histórica que auxilie as suas opções.

Para que tal aconteça, deve contrariar-se o quanto antes, o atraso na salvaguarda e conservação do património verificado até agora pela ausência de meios legais que regulamentem, apliquem e fiscalizem todas as restrições e incentivos que devem ser criados pelas entidades competentes sob a forma de Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização aplicado à área da antiga Colónia Agrícola de Pegões, para a que seja realizada um correcta abordagem dos problemas e criação de soluções a curto, médio e longo prazo.

Algumas das medidas a adoptar neste sentido em áreas rurais de elevado valor histórico e, em particular no caso de estudo, consistem na proibição de construções que criem altas densidades habitacionais, ou que visem apenas proveitos económicos sem olhar a toda a envolvente do local. Se assim não for, corre-se cada vez mais o risco de uma destruição completa de todo o enquadramento arquitectónico, histórico e natural, que culminará na perda irreversível de algumas das mais-valias essenciais destes locais. Já foram identificadas algumas intenções de projectos neste âmbito o que torna a aplicação de normas mais restritivas para estes casos cada vez mais inadiáveis.

Devem ser incentivados os usos adequados a cada situação, limitando assim as alterações irreversíveis e incentivando todas as alternativas que viabilizem económica e socialmente a coesão de uma área com inúmeras possibilidades de futuro que devem ser encaradas sob as mais diversas perspectivas de forma a prever os erros criando uma base sólida para um futuro mais sustentável.

A partir desta dissertação e de todo o trabalho de pesquisa que a mesma representou é possível traçar vários caminhos não só na área projectual, mas também, na área da investigação, conduzindo a uma possível tese de Doutoramento ou à documentação das características desta e de outras iniciativas realizadas sob os mesmos princípios, e que ainda hoje se encontra escassamente documentadas.

Esta dissertação permitiu descobrir a existência de inúmeras possibilidades de futuro para a área do antigo Colonato Agrícola de Pegões. No entanto, para que exista um crescimento, salvaguarda e conservação sustentáveis, este conjunto necessita e merece, um investimento colectivo adequado, para a correcta preservação das heranças histórico-culturais do passado.

"Sendo assim, projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem."[55]

56-TÁVORA, Fernando, **"Da Organização do Espaço", (2006)** FAUP Publicações, 6ª edição, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Geral

— AGUIAR, José; CABRITA, A. M. Reis; APLETON, João; (2002); **Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais; Volume 1;DGOT,LNEC, Sector de Edições e Artes Gráficas do CDIT; 6ªEdição**

— AMARAL, Luciano (1994a), «**Portugal e o passado: política agrária,** grupos **de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante e Estado Novo** (1950-1973)», in Análise Social, vol. XXIX (128), pp. 889-906.

— CARVALHO, Manuel João, (2005), **Planeamento Urbanístico e Valor Imobiliário, as parcerias público-privado: teorias, metodologia, potencial**; Editora Princípia, Cascais; 1ªEdição

— CASTRO CALDAS, Eugénio, (1943**) << Aspectos do habitat rural na mancha pliocénica ao sul do Tejo>>**, comunicação às segundas Jornadas Agrónomas, realizadas no Instituto Superior de Agronomia de 3 a 8 de Dezembro de 1942, publicado em Problemas de Colonização, I – A Zona Pliocénica a Sul do Tejo, Lisboa, ME/JCI

— COELHO; António Batista; COELHO, Pedro Batista ;(Abril de 2009**);**Habitação **de interesse social em Portugal** 1988-2005;Livros Horizonte

— CHOYA, Fançoise; (2008); **Alegoria do Património**; EDIÇÕES 70,LDA

— LINO, Raul, (1933); Casas **Portuguesas, Alguns Apontamentos** sobre **o Arquitectar das Casas Simples**, Edição Valentim de Carvalho ,Lisboa

— MORAIS, Sousa João; (1925) **Metodologia de Projecto em Arquitectura, Organização Espacial na Costa Vincentina;** Referência/Editorial Estampa; 1ª Edição

— MOUTINHO, Mário (1979); **Arquitectura Popular Portuguesa** imprensa universitária editorial estampa, Lisboa, 2 ª edição,

— PARDAL, Sidónio; (2004) **Estudo sobre o novo diploma para a RAN, REN e disciplina da construção fora dos perímetros urbanos**, Universidade Técnica de Lisboa

— PARDAL, S. ; LOBO M. C.; CORREIA, P. V. D.; (1990) **Normas Urbanísticas Volume I – Princípios e Conceitos Fundamentais** , Universidade Técnica de Lisboa

— PARDAL, S. ; LOBO M. C.; CORREIA, P. V. D.; (1991) Normas Urbanísticas Volume II– **Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Plano ,** Universidade Técnica de Lisboa, 2ª edição

— PARDAL, S. ; LOBO M. C.; CORREIA, P. V. D.; (2000)Normas Urbanísticas Volume IV **– Planeamento Integrado do Território, Elementos de Teoria Crítica,** Universidade Técnica de Lisboa, 1ª edição

— ROSAS, Francisco; (1939). **Estudo de um Caso de Colonização, relatório final do curso de engenheiro agrónomo** apresentado ao Instituto Superior de Agronomia, UTL, Lisboa

— TÁVORA, Fernando, **"Da Organização do Espaço",(2006),** FAUP Publicações, 6ª edição

Bibliografia Específica:

— PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Helder Paiva; LOPES, Isabel Costa; BUARQUE, Irene (2009) – **Santo Isidro de Pegões , Contrastes de um Património a Preservar.** Colecção Estudos **Locais** -. Câmara Municipal do Montijo; Edições Colibri; p21

— **Panfleto comemorativo do XXV aniversário da Junta de Colonização Interna**; emitido pelo Ministério da Economia, 24 de Abril de 1962.

— **Memória descritiva do Projecto do casal para a herdade de Pegões**, J.C.I., 1949

— **Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Director Municipal de Montijo**, revisão do PDM, Abril de 2008

Netgrafia:

— **http://www.ippar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/;**

Consultado a 22 de Março de 2010

— **http://pt.wikipedia.org/wiki/Leon_Battista_Alberti;**

Consultado a15 Junho de 2010

— **http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9todo;15 Junho de 2010**

Consultado a15 Junho de 2010

— **http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042388Z9tQO7ul9Xi30BP4.pdf**

Consultado 7 de Março de 2010

— **http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9todo**

Consultado a15 Junho de 2010

— **http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/GIG/PDM/area+urbana+de+santo+isidro/**

Consultado 14 de Abril de 2010

— **http://www.dgotdu.pt/**

Consultado 14 de Abril de 2010

— **http://montijo.setubalpeninsuladigital.pt/pt/conteudos/pdm/**

Consultado 14 de Abril de 2010

Legislação Consultada

— **Proclame. Nº L- 195/01-** Plano de Pormenor e Salvaguarda e Valorização da "Antiga Colónia Agrícola de S to Isidro de Pegões", Câmara Municipal do Montijo, D.A.U., 2001

— **Decreto nº 19/2008**- de 1 de Julho homologação do relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. (LNEC), sobre a análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa (NAL) na zona da OTA e na zona do Campo de Tiro de Alcochete.

— **Decreto-Lei nº. 44720**- Regime da colonização interna, 20 de Novembro de 1962

— **Decreto-Lei n.º 380/99** de 22 de Setembro, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

GLOSSÁRIO

Autenticidade

(…) é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

Extraído de : Carta de Cracóvia 2000;Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia (Polónia); 26 de Outubro de 2000; Anexo: Definições

Conjunto Histórico

(…)todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações.

Extraído de : Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976

Conservação

(…) designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.

Extraído de : Carta de BURRA; ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Austrália, 1980; pág. 1

(…) é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

Extraído de : Carta de Cracóvia 2000;Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia (Polónia); 26 de Outubro de 2000; Anexo: Definições

Conservação Integrada

(…)é conseguida pela aplicação de técnicas sensatas de restauro e pela correcta escolha de funções apropriadas. No curso da história, os centros das cidades e de algumas aldeias têm sido deixados degradarem-se e transformaram-se em áreas com habitação em condições abaixo do aceitável. Esta degradação deve ser compreendida num espírito de justiça social e não deve provocar a partida dos habitantes mais pobres. Por essa razão, a conservação deve ser uma das primeiras considerações em todos os planeamentos urbanos e regionais. Deve-se assinalar que a conservação integrada não impede a introdução da arquitectura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes, e que sejam usados materiais tradicionais.

Extraído de: Carta europeia do património arquitectónico; Amesterdão, Outubro de 1975;

Cópia

É a reprodução de alguma coisa (objecto, informação, etc.) com base apenas num exemplar dessa coisa, sem usar o processo usado originalmente para a criar.

Extraído de : http://pt.wikipedia.org, a 20 de Maio de 2010

Enquadramento dos conjuntos históricos

(…)o meio envolvente, natural ou construído, que influencia a percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou que a eles se associa, por relações espaciais directas ou por laços sociais, económicos ou culturais.

Extraído de : RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E DA SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976

Identidade

(…) entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.

Extraído de :: Carta de Cracóvia 2000;Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia (Polónia); 26 de Outubro de 2000; Anexo: Definições

Manutenção

(…) designará a protecção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada.

Extraído de : Carta de BURRA; ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Austrália, 1980; pág. 1

Monumento

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Retirado de : Carta de Veneza; Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS

Património

(…) é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.

Extraído de : Carta de Cracóvia 2000;Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia (Polónia); 26 de Outubro de 2000; Anexo: Definições

Património Arquitectónico

1.º O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.

2.º A encarnação do passado no património arquitectónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem.

3.º O património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível.

4.º A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.

5.º O património arquitectónico tem um valor educativo determinante.

6.º Este património está em perigo.

7.º A conservação integrada afasta as ameaças.

8.º A conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

9.º A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada.

10.º O património arquitectónico é um bem comum do nosso continente.

Extraído de : CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO; Amesterdão, Outubro de 1975;

Património Cultural

(…) Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Extraído de : CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL; Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura ;Paris; 16 de Novembro de 1972

Reconstrução

(…) será o restabelecimento, com o máximo de exactidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância

existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações. - a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural.

Extraído de : Carta de BURRA; ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Austrália, 1980; pág. 1

Restauro

(…) é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

Extraído de : Carta de Cracóvia 2000;Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído; Cracóvia (Polónia); 26 de Outubro de 2000; Anexo: Definições

Salvaguarda

Entende-se por «salvaguarda» a identificação, a protecção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento.

Extraído de : RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E DA SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976

Uso Compatível

(…) designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo.

Extraído de : Carta de BURRA; ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Austrália, 1980; pág. 1

ANEXO A

RECOMENDAÇÃO NºR (89) 6 SOBRE A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO RURAL

Conselho da Europa, Estrasburgo,

13 de Abril de 1989

O Comité de Ministros, tendo presente o artigo 15.b dos Estatutos do Conselho da Europa,

Considerando que o objectivo da Organização é o de realizar uma união mais estreita entre os seus membros para favorecer, nomeadamente, o progresso económico e social;

Tendo presente a Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa aberta à assinatura em Granada, em 3 de Outubro de 1985; Tendo presente a Convenção-quadro europeia sobre cooperação transfronteiriça das colectividades ou autoridades territoriais, aberta à assinatura em Madrid, em 21 de Maio de 1980;

Observando que a evolução dos modos de produção agrícola e as consequentes mutações sociais dos últimos decénios ameaçam a própria existência da arquitectura rural tradicional e da sua paisagem;

Considerando que este património constitui hoje, não só uma das componentes mais autênticas da cultura europeia, mas também um factor privilegiado de desenvolvimento local;

Salientando que o reconhecimento, quer do património construído, quer do património natural impõe-se de forma imperativa aos Estados membros e às instituições europeias na definição das suas políticas agrícolas e ambientais,

Recomenda aos governos dos Estados membros que, na elaboração das suas políticas de protecção e valorização do património rural, se inspirem nas linhas orientadoras contidas no Anexo à presente recomendação.

ANEXO À RECOMENDAÇÃO N.º R (89) 6

I. SALVAGUARDAR A MEMÓRIA COLECTIVA DA EUROPA RURAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA E DE IDENTIFICAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

1. Prosseguindo a elaboração, em simultâneo, quer de inventários científicos pormenorizados, quer de outros, mais sucintos, abrangendo áreas geográficas precisas, directamente utilizáveis no apoio às políticas de protecção e de valorização;
2. Organizando os trabalhos de identificação do património rural numa base multidisciplinar, que aproxime as características arquitectónicas e artísticas dos factores geográficos, históricos, económicos, sociais e etnológicos.

II. INTEGRAR A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE PLANEAMENTO ECONÓMICO, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE

1.Fazendo cumprir a legislação sobre o património, sobre o ambiente e relativas ao urbanismo para uma melhor gestão do território, tendo em vista assegurar:

i. a protecção jurídica, no espírito da Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa, dos elementos mais representativos do património construído (monumentos, conjuntos arquitectónicos, sítios);

ii. a elaboração de estratégias conjugadas de salvaguarda e valorização conjunta do património construído e natural, planeando de forma articulada estes dois aspectos indissociáveis do património rural;

iii. um controlo efectivo da utilização dos solos, incluindo:

- a limitação da localização anárquica de construções ou equipamentos que degradem progressivamente irremediavelmente o equilíbrio da paisagem,

- a melhoria da integração das construções novas através da imposição de um mínimo de normas.

2. Complementando as normas dos planos directores, por vezes insuficientes ou inapropriadas, através do desenvolvimento de sólidos

sistemas de incentivos, e de assistência arquitectónica com o objectivo de:

i. Encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a sua adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu carácter inicial;

ii. Chamar a atenção do público e dos agentes económicos para os valores da arquitectura local, expressos no uso secular de materiais, proporções, técnicos e pormenores construtivos;

iii. Aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adoptada em Veneza, em 1964, pelo II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa e materiais de substituição, na impossibilidade de utilização e materiais tradicionais;

iv. Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional;

3. Prosseguindo uma política activa de desenvolvimento equilibrado do meio rural, sem a qual não é possível conceber políticas patrimoniais respeitadoras dos princípios da Carta europeia do ordenamento do território (1983),os quais têm por objectivo um melhor equilíbrio regional da Europa.

III. DINAMIZAR A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO COMO FACTOR PRIVILEGIADO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. Mantendo e incrementando os investimentos públicos devido ao seu efeito indutor sobre o conjunto da economia, nomeadamente sobre a criação de empregos, através:

i. de um impulso financeiro do Estado, das regiões e das colectividades locais, para encorajar a reabilitação de edifícios e a protecção de sítios:

- subsídios ou concessão de empréstimos bonificados para a reabilitação das habitações existentes,

-subsídios para a realização de obras de beneficiação em edifícios protegidos e para o reordenamento de sítios construídos,

- subsídios para a requalificação dos espaços públicos nos pequenos aglomerados;

ii. do apoio de actividades económicas tendo em vista a prosperidade das comunidades locais, da qual depende fundamentalmente a manutenção, o restauro e a valorização das construções:

- apoios públicos à modernização das explorações agrícolas,

-apoios às empresas para desenvolvimento de actividades múltiplas, implantação de comércio e indústrias artesanais, apoio a empreendimentos turísticos e à criação de habitações turísticas rurais;

iii. da construção de equipamentos colectivos e de infra-estruturas apropriadas à manutenção e ao desenvolvimento das actividades económicas no meio rural, nomeadamente na área das novas tecnologias e acesso às redes de telemática.

2. Reforçando, a nível regional ou local, cursos de formação sobre as técnicas e ofícios ligados à construção, através da:

i. criação de cursos especializados destinados a arquitectos, urbanistas, técnicos encarregues da conservação do património e técnicos da construção, abordando:

- materiais e técnicas tradicionais de construção,

-duração dos materiais tradicionais e possíveis combinações com materiais contemporâneos,

- custo das técnicas tradicionais de construção e condições da sua utilização actual ou da sua substituição por técnicas e materiais contemporâneos;

ii. criação de centros de formação em ofícios artesanais intimamente ligados à economia local e aos programas de reabilitação;

iii. organização de sessões de formação sobre a manutenção das construções, destinadas aos proprietários e aos agricultores.

3. Favorecendo, através de adequadas medidas regulamentares, fiscais e financeiras, experiências, com carácter demonstrativo, unindo parceiros públicos e privados, tais como:

ii. A criação de «parques naturais» ou «eco-museus» articulando a protecção dos espaços naturais e construídos com o

desenvolvimento económico e social local, em zonas com dificuldades naturais ou problemas de mutação económica;

ii. A realização de grandes obras de reabilitação do património rural, construído ou natural, com o apoio de trabalhadores no activo e de desempregados;

4. Encorajando a criação de pequenos gabinetes técnicos para conceder às autoridades locais apoio na realização de projectos de desenvolvimento rural.

IV PROMOVER O RESPEITO E O CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO RURAL POR TODA A EUROPA

1. Lançando uma urgente e aprofundada reflexão:

i. sobre os efeitos de certos modos de produção e de organização dos mercados agrícolas no ambiente e na degradação e abandono do património construído;

ii, sobre os reais custos da degradação do património rural na vida sócio-económica da Europa.

2. Prosseguindo, sob os auspícios do Conselho da Europa, e numa base multidisciplinar, a pesquisa sobre as condições de uma melhor preservação da paisagem, que representa um bem patrimonial insubstituível.

3. Encorajando, com o apoio de disposições regulamentares e financeiras apropriadas, incluindo a aplicação da Convenção quadro europeia sobre a cooperação transfronteiriça das colectividades ou autoridades territoriais, programas de intercâmbio transnacionais ou transregionais, particularmente no domínio da formação profissional, do apoio técnico mútuo, da informação recíproca sobre as artes e os ofícios da construção.

4. Facilitando a organização de concursos e exposições, a produção de publicações e de material audiovisual, destinado a sensibilizar os políticos, o público em geral, a juventude, os proprietários e os agricultores para as riquezas do património rural e para as razões da necessidade da sua preservação.

ANEXO B

QUADROS SÍNTESE

Quadro 1- *Medidas a aplicar em casos Salvaguarda ou Propostas Contemporâneas para a área de estudo –*

METODOLOGIA E PRINCÍPIOS

Quadro 2- *Medidas a aplicar em casos Salvaguarda ou Propostas Contemporâneas para a área de estudo –*

MATERIAIS

Quadro 3 - *Medidas a aplicar em casos Salvaguarda ou Propostas Contemporâneas para a área de estudo –* **CARACTERISTICAS PARA NOVAS EDIFICAÇÕES/ALTERAÇÕES**